

*contem a natureza que...*  
*queremos Deus a nos ajudar,*  
*para a vida inteira, sempre*

# A Educação Popular no reordenamento institucional da Proteção Social Básica de Campinas



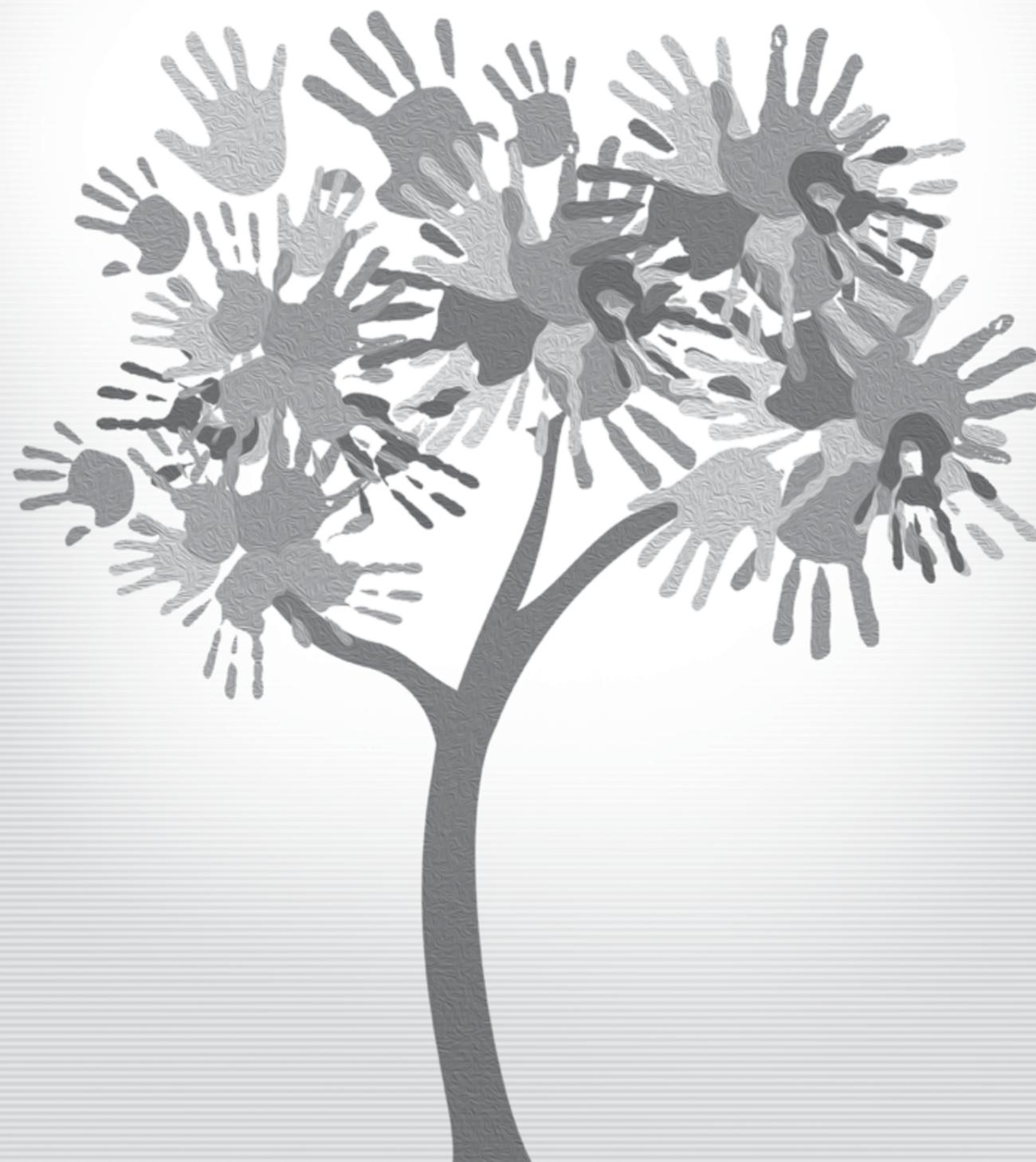
Organizadores:  
Jane Valente  
e Carmem M. G. Senra

 Instituto  
Paulo Freire

FUNDAÇÃO  
**FEAC** 

 PREFEITURA DE  
CAMPINAS  
Um novo tempo  
para nossa cidade.

*A Educação Popular  
no reordenamento institucional  
da Proteção Social Básica  
de Campinas*



# Sumário

## EXPEDIENTE



**Presidente do Conselho Curador - Antonio Carlos de Moraes Salles Filho**  
**Presidente da Diretoria Executiva - Paulo Tilkian**  
**Superintendência Executiva - Arnaldo Rezende**  
**Gestor do Departamento de Gestão Social - Lincoln César Moreira**  
**Assessora Social do Departamento de Gestão Social - Natália Cristina Valente**  
**Estagiária do Departamento de Gestão Social - Michele Carina Franco**  
**Departamento de Marketing (Revisão) – Claudia Corbett MTB: 28.059**



**Patrono - Paulo Freire**  
**Presidente de Honra - Moacir Gadotti**  
**Diretores Pedagógicos - Angela Antunes, Francisca Pini e Paulo Roberto Padilha**  
**Diretor Administrativo Financeiro - Alexandre Munck**  
**Coordenação Pedagógica - Francisca Pini**  
**Formadores - Alex Toledo, Célio V. Moraes, Deise Nascimento e Juliana Fonseca O. Neri**



**Prefeitura de Campinas**  
**Prefeito - Jonas Donizette**  
**Secretária Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social - Janete Aparecida Giorgetti Valente**  
**Assessora do Gabinete - Carmem Magda Ghetti Senra**  
**Diretora do Departamento de Operações da Assistência Social - Silvia Jeni Luiz Pereira de Brito**  
**Coordenadora Setorial da Proteção Social Básica - Zuleika A. Minussi Carneiro**

**Fábrica de Ideias - Comunicação e Marketing**  
**Projeto Gráfico e Diagramação**

**Fotografias Ricardo Lima (FEAC), Divulgação (Instituto Paulo Freire)**

<i>Prefácio</i> .....	7
<b>Capítulo 1. Fundamentos da Proteção Social Básica de Campinas</b> .....	9
Leila Sueli Dias	
Michele Karina Franco	
Natália Cristina Valente	
Noemia Rodrigues de Oliveira	
Tatiana Percin	
<b>Capítulo 2. A Leitura do Mundo da Proteção Social Básica de Campinas</b> .....	37
Zuleika A. Minussi Carneiro	
Carmem Magda Ghetti Senra	
Giovanna Pusso Labbate	
Fernando C. S. Rodrigues	
Maghali A. Rodrigues	
<b>Capítulo 3. Construindo o Reordenamento Institucional: o processo desenvolvido</b> .....	55
Carmem Magda Ghetti Senra	
Maria Margarida da Silva	
Maria José Tofóli	
Gilberto L. Ribeiro	
Lucilaine de Oliveira Schatz	
<b>Anexo: Compilação de Dados das Regiões de Campinas</b> .....	67
Região Leste .....	67
Região Noroeste .....	74
Região Norte .....	82
Região Sudoeste .....	87
Região Sul .....	93
<b>Participantes da Formação PSB 2014</b> .....	97

## *Prefácio*

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ao ser criado, inaugura uma nova forma de gestão dentro da Política Nacional de Assistência Social e, com isso, se compromete com a instituição de uma nova e valorosa forma de operar suas ações de prestação de serviços, programas e benefícios aos seus usuários. Na sua operacionalização, pressupõe novos procedimentos com fluxos e protocolos, se firmando como uma política de seguridade social, junto com a saúde e a previdência social.

Para que todo esse processo de efetivação de direitos ocorra, torna-se necessário a consolidação da Assistência Social como política pública, assumindo também para si a implementação de uma capacitação permanente de seus profissionais. Essa capacitação inclui seus operadores, tanto do poder público, como das entidades socioassistenciais, assim como seus dirigentes, conselheiros, administrativos, educadores e demais pessoas que interagem com a Assistência Social.

O processo histórico que envolve a Assistência Social no Brasil, justifica a necessidade de novas formas de relação. Como política pública pressupõe uma gestão, financiamento e controle social que privilegie a centralidade da família, o território de convivência, com suas diversidades regionais, envolvendo a informação, o monitoramento e o financiamento das ações com a devida avaliação de todas as etapas que compõem esse processo de operação.

Diante disso, torna-se imprescindível o oferecimento de espaços de formação e capacitação para atender as inovações assumidas pelo Sistema Único de Assistência Social. O compromisso de caráter permanente atribuído pelo Sistema aos gestores, supõe a busca continuada de novos parceiros, como as universidades, as entidades de assessoramento, fundações, empresas, para que a partir da construção de uma rede, todos se comprometam com a necessária mudança de paradigmas e a efetivação de uma política de direitos.

Em Campinas, nesta etapa de capacitação, destaca-se a parceria da Fundação FEAC, uma das entidades de assessoramento do município, que desde o ano de 2012 participa de forma comprometida com o gestor e o Instituto Paulo Freire na formação de parte dos operadores da Proteção Social Básica da política municipal de Assistência Social.

No ensejo de capacitar os trabalhadores sociais, destaca-se o compromisso explicitado por Berenice Couto (1999) que devemos nos apresentar não como profissionais viabilizadores de programas, projetos, serviços e benefícios, mas como viabilizadores de direitos!

Portanto, torna-se imprescindível uma gestão compartilhada, na qual gestores, trabalhadores sociais e dirigentes possam apresentar, de forma individual e coletiva, um trabalho comprometido

com a ética de direitos humanos a todos os usuários, dando oportunidade de condições para a apropriação desse universo de direitos e da construção cotidiana de sujeitos coletivos.

O presente livro é uma produção coletiva a partir da formação com o Instituto Paulo Freire para os profissionais de nível superior, integrantes das equipes dos serviços de Proteção Social Básica, do município de Campinas.

Ocorrido no período de abril a dezembro de 2014, os participantes do denominado Grupo Coordenador da Formação se organizaram para a elaboração dos três capítulos que compõem esta publicação. Todo material produzido foi disponibilizado em uma plataforma on-line pelo Instituto Paulo Freire para sugestões, alterações e/ou acréscimos da colaboração de todos os participantes da Formação. Um processo não isento de conflitos para equipes imersas em reordenamentos mas, um produto coletivo costurado nos marcos da Educação Popular.

Assim, o capítulo 1 apresenta “Os Fundamentos da Proteção Social Básica de Campinas” e aborda as principais concepções do processo formativo, como: Leitura do Mundo e Assistência Social; política de Assistência Social, democracia e direitos humanos na Assistência Social; gestão e planejamento participativo; território e Proteção Social Básica; sujeitos da PNAS.

O capítulo 2 aborda “A Leitura do Mundo da Proteção Social Básica de Campinas” e descreve a estrutura dos equipamentos e da gestão com elementos da Leitura do Mundo sobre participação popular.

O capítulo 3 discorre sobre o tema “Construindo o Reordenamento Institucional: o processo desenvolvido” contextualiza as concepções de família, comunidade e território e apresenta o processo formativo (avanços e dificuldades), assim como os desafios do reordenamento institucional e as perspectivas do processo.

Os Anexos apresentam dados da Leitura do Mundo dos serviços de Proteção Social Básica – DAS, CRAS e SCFV. Estes materiais são compostos por dados fornecidos por parte dos participantes e caracterizam um retrato dos serviços na perspectiva de seus profissionais durante o processo formativo.

A Prefeitura Municipal de Campinas, por meio da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social, e no compromisso da busca permanente de parcerias eficientes e comprometidas, agradece a cada uma das pessoas que permitiram que este processo gerasse diferença no cotidiano do trabalho com o usuário da política de Assistência Social.

**Jane Valente**



# *Fundamentos da Proteção Social Básica de Campinas*

————— CAPÍTULO 1 —————

## **1.1. Concepção de Leitura do Mundo e Assistência Social**

Em 2014, realizou-se em Campinas um projeto de formação aos trabalhadores dos CRAS, DAS, SCFV, equipe de gestão da Proteção Social Básica e representantes da CSAC (Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle) com assessoria do Instituto Paulo Freire, em parceria com a Fundação FEAC. Este projeto visava efetivar atividades de formação e acompanhamento político-pedagógico das atividades desenvolvidas pelas equipes e apoiava-se em uma metodologia Freireana.

No ano de 2012, a formação alcançou os trabalhadores (as) de DAS, CRAS, equipe da gestão da proteção básica e estagiários. Em 2013, o processo de formação priorizou os trabalhadores as recém-concursados da Assistência Social e da rede socioassistencial, com os objetivos de assegurar o compartilhamento de saberes construídos em 2012 e de planejar ações nos territórios que contribuíssem para a promoção da participação dos usuários na construção da política de Assistência Social.

Para avançar no processo formativo, em 2014, a proposta foi planejada com base nos apontamentos feitos pelos (as) trabalhadores (as) dos CRAS, DAS, SCFV e equipe de gestão da Proteção Social Básica, tendo por objetivo assessorar a equipe de gestão da Proteção Social Básica, na compreensão e encaminhamento do reordenamento institucional previsto na Política de Assistência Social, por meio do aprimoramento da atuação na Rede Socioassistencial do município Campinas, numa perspectiva crítico reflexivo-propositiva.

Como ponto de partida teórico-metodológico foram apresentados os princípios filosóficos políticos e pedagógicos de Paulo Freire e a teoria social crítica construída acerca da política de Assistência Social.

A categoria central da teoria do conhecimento de Paulo Freire, problematizada durante o processo formativo de Campinas, foi a Leitura do Mundo, que é o primeiro passo para conhecer a realidade, a qual se pretende transformar. Problematizar, portanto, a formação social e política do

Estado moderno, os marcos históricos e teórico-metodológicos que demarcam a relação Estado/Sociedade, a luta da classe trabalhadora por uma reprodução social digna, os direitos humanos como instrumento de luta contra o capital e a educação em direitos humanos como possibilidade de ressignificação dos serviços de proteção social constitui um exercício indispensável para reflexão da educação em direitos humanos e política de Assistência Social.

Para Antunes (2002), a Leitura do Mundo é uma estratégia que possibilita aos sujeitos, lerem e conhecerem a realidade para reunirem conhecimentos para sua transformação, assim:

*“Nesse processo de leitura e releitura do mundo, de leitura e releitura da palavra, uma leitura mais crítica do mundo e da palavra forma o sujeito, que constrói uma visão de mundo e que pode, a partir desta visão, não apenas vê-lo, entendê-lo melhor, mas pode, assim fazendo, entender melhor como ele pode mudar pela nossa ação.” (ANTUNES, p. 25).*

Segundo Antunes (2002), Paulo Freire fala deste processo como o estabelecimento de uma “relação de organicidade com a contextura histórico-cultural”, um processo de nos “colocarmos imersos na realidade (nos fazermos íntimos de nossos problemas) e dela emergirmos criticamente conscientes.” (ANTUNES, 2002, p. 21). Por meio da interação dialética, o (a) educador (a) busca possibilitar que o (a) educando (a), ao fazer a descrição de sua realidade, a elabore e problematize.

*“Não é possível, para Paulo Freire, que a Leitura do Mundo seja esforço intelectual que uns façam e transmitam para outros. Ela é uma construção coletiva, feita com a multiplicidade das visões daqueles que o vivem. O desvelamento da realidade implica na participação daqueles que dela fazem parte, de suas interpretações em relação ao que vivem.” (ANTUNES, 2002, p. 25-6)*

Durante o processo da formação, a leitura do texto “Leitura do Mundo em Paulo Freire”, e posteriormente, complementada com as discussões sobre o texto na plataforma de Ensino a Distância utilizada, suscitaram muitas manifestações dos profissionais participantes do processo formativo, correlacionando o conceito apresentado com o trabalho realizado pela Assistência Social. Esta ligação parte do entendimento de que o trabalho de Paulo Freire não estava exclusivamente voltado para a alfabetização, mas buscava criar condições para o desenvolvimento de uma apreciação crítica do mundo. Sobre isto podemos destacar os seguintes apontamentos, produzidos pelos participantes:

*“[O método] não objetiva necessariamente a alfabetização, mas o desenvolvimento de trabalhos que busquem o despertar de uma consciência crítica e que levem os sujeitos a pensarem sobre suas vidas a partir da realidade na qual estão inseridos, aliando a educação formal apresentada na escola a uma educação problematizadora. Almeja despertar a autonomia, a participação consciente e a emancipação dos sujeitos (embora entendamos os limites para isto na sociedade regida pelo capital (Sistematização dos encontros os (as) trabalhadores (as)).”*

Neste sentido foi possível correlacionar o trabalho proposto por Paulo Freire àquele que se realiza na Assistência Social, já que ambas as intervenções tem objetivos em comum:

*“A Leitura do Mundo, na perspectiva da educação popular, enraizada na mudança tem profunda relação com a Assistência Social e com o nosso **Projeto ético político**, o qual tem como eixos a **participação, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos.**”*

*“A partir da leitura do referido texto, percebemos a **Assistência, vista como uma intervenção emancipatória, com usuários protagonistas capazes de contribuir para o levantamento da realidade, propiciando a desmistificação das contradições do sistema, que geram desigualdades, através do olhar de quem está inserido na realidade.**”*

*“O conceito de Leitura do Mundo, baseado no pensamento de Paulo Freire, possui íntima relação com o modo o qual a Política Nacional de Assistência Social deve ser operacionalizada. Isso porque para construção de uma política pública de qualidade é necessário estar imerso no território, e dessa maneira, construir conhecimento sobre a história, a cultura, as vidas, os recursos, as dificuldades e o que há de potencial neste território. É um território vivo e dinâmico que possui capacidade tanto de reproduzir quanto de transformar. Entendo que esse movimento ocorre por meio das pessoas e das relações que elas estabelecem umas com as outras e também com o Estado. Portanto, é função de gestores e trabalhadores do SUAS garantir espaços de controle social e condições de trabalho. Para tanto, é necessário ter clareza a concepção mundo e de homem/mulher, que temos e que esse diálogo seja feito sempre em uma perspectiva crítica, fazendo a relação de ligação entre singularidade – o que pertence a mim – e universalidade – o que pertence ao mundo. A partir disso, propor e lutar pela constante transformação da estrutura que está de uma dada maneira.”*

*“A articulação da Leitura do Mundo com o campo da Assistência Social pensada no âmbito da atuação profissional dentro da Proteção Social Básica se faz presente à medida que o trabalho social com famílias preconiza a participação do usuário enquanto sujeito de direito e protagonista de sua história.”*

Se por um lado diversos participantes apontaram a relação próxima entre os objetivos da Leitura do Mundo e aqueles da Assistência Social, por outro não faltaram aqueles que apontaram as dificuldades existentes na tentativa de utilização de um processo metodológico deste tipo em nossa prática profissional:

*“Concordo com os colegas que a Leitura do Mundo se apresenta como um método para nos aproximarmos dos objetivos propostos na nova política de Assistência Social, tais com incremento da autoestima, da autonomia, fortalecimento das famílias e comunidades, exercício do protagonismo, etc. Acredito que mais que a esperança, conforme a autora, é necessário disponibilidade interna para quebrar velhos paradigmas, ousar mudanças, se abrir a novas experimentações, o que tem seu preço, mas tudo tem seu preço. É preciso desejar e acreditar que mudanças são possíveis, que podemos contribuir com nosso conhecimento e nossas intervenções, acreditar que estamos acompanhados e que temos alguma chance de sucesso, ainda que diminuto.*

*Com certeza não é uma aventura fácil, e é preciso também contar com condições externas, materiais e o compromisso e desejo político de todos para se enfrentar também as adversidades que se apresentem e renovarmos a cada momento nossas forças e esperanças.”*

Como vimos, as reflexões sobre o conceito de Leitura do Mundo provocaram, por um lado, reflexões sobre as similaridades entre as propostas de Paulo Freire e aquelas da Assistência Social. Por outro, e não poderia ser diferente, desencadearam questionamentos e críticas sobre a realidade atual do trabalho realizado no âmbito da Proteção Social Básica, em Campinas. Assim, apareceram primeiramente as reflexões acerca da qualidade do trabalho que atualmente conseguimos efetivar:

*“Lendo o texto (da Leitura do Mundo em Paulo Freire), a passagem sobre o antidiálogo, antiparticipação e antirresponsabilidade, remeteu-me à nossa ação, que muitas vezes, reproduz a exclusão ao invés de promover a inclusão do usuário da Política.*

*As etapas do Método Paulo Freire, considerando Investigação, Tematização e Problematização, poderiam ser aplicadas em nossa prática, porque mais do que executores da Política, poderíamos ser educadores de fato. Carecemos a experiência para trabalharmos desta forma, o desafio de articularmos com os usuários os nossos conhecimentos e os dele para de fato promovermos mudanças.*

*Neste sentido, digo que não atuamos de forma a promover o diálogo, a participação e a responsabilidade dos usuários/educandos”*

Estas críticas se apoiam em constatações acerca das dificuldades de diversas natureza encontradas no processo de trabalho, relacionadas tanto aos profissionais atuantes, quanto às condições de trabalhos existentes, ao perfil cultural dos grupos atendidos e às particularidades do desenho da PSB em Campinas.

*“Considerando que a Leitura do Mundo deve ser uma construção coletiva, acredito que seja fundamental haver espaço para diálogo, reflexão e trocas não apenas entre trabalhadores e usuários; mas também entre gestão e trabalhadores e entre os serviços que integram a rede de apoio, lembrando sempre da importância do fazer com e não fazer para – o que muitas vezes não acontece dentro de nossa realidade. É necessário não apenas incentivar a participação da população, mas também propiciar condições para que isso ocorra.”*

*“Porém, não podemos deixar de considerar que a nossa prática tem se limitado no atendimento de condicionalidades dos Programas de Transferência de Renda, tarefas administrativas, etc. Nos levando a adotar, muitas vezes práticas nada democráticas, deixando assim de realizar, realmente, o que nos cabe, ou seja, a construção de um diálogo com os nossos usuários e o processo de conscientização, participação e emancipação de todos os sujeitos envolvidos na política de Assistência Social.”*

Somando-se a isto, as reflexões sobre o texto levaram a comentários sobre o estado atual da relação entre trabalhadores e gestão dentro da PSB, e deram espaço à manifestação de algumas das insatisfações e contradições correntes:

*“Como desenvolver uma proposta de trabalho se os próprios colegas se sentem desmotivados? Como desenvolver uma proposta de trabalho com uma população que não acredita e não confia no poder público?”*

*“Como despertar e desenvolver ações que incentivem o pensar se não é essa a nossa própria realidade?”*

*“A Leitura do Mundo proposta por Paulo Freire na PSB apenas será possível de fato, quando esta fizer o trabalho a que se propõe. Quando se é diariamente engolido por uma demanda que por muitas vezes nem cabe ao serviço, fruto da deficitária organização de fluxo, entre outros, torna-se difícil uma articulação eficiente e emancipadora.”*

*“Por outro lado, não com alegria ou satisfação, concordo com os colegas, que ainda não contamos com condições tão relevantes para atender pontos importantes da política. Ainda estamos cumprindo velhas tarefas apenas de inclusão em programas de repasse de recurso financeiro. Paradoxalmente, não exercitamos ou vivenciamos o que nos indica a própria formação e a Leitura do Mundo. Assim, precisamos aproximar efetivamente teoria e prática para obtermos algum sucesso, mas com certeza poder oferecer um serviço de qualidade, pois não podemos nos esquecer que somos trabalhadores de uma política pública, trabalhamos em função da existência de direitos humanos e dos sujeitos de direitos, recebemos todos pelo trabalho realizado e temos todos uma responsabilidade ética e técnica, e também com nossas próprias profissões.”*

*“Como superar essas dificuldades se não estamos sendo ouvidos pela gestão atual da PSB e, portanto, sem condições de interagir no processo dessas definições necessárias para produzir mudanças? A construção coletiva dos profissionais da Assistência Social deveria ser conquistada por meio da colaboração vinda da multiplicidade de visões daqueles que a vivem, porém, até mesmo o processo de pensar a Capacitação de PSB com a participação de uma Comissão de representantes dos trabalhadores foi ceifada.”*

*“Como construir uma Leitura do Mundo da realidade dos profissionais da PSB da SMCAIS hoje, se a gestão se mantém impositiva, sempre no “campo do inegociável”, determinando como e com quem seria realizada a capacitação desses profissionais?”*

Num processo conduzido sob uma metodologia Freireana, é importante que insatisfações e críticas às situações que vivenciamos, atualmente, apareçam. Como menciona um dos participantes, é a partir da exposição dos conflitos que se começa a construção de um caminho para resolvê-los:

*“Não estou aqui no papel de desânimo, ao contrário, creio profundamente na mudança na emancipação e na construção coletiva... mas, precisamos*

*encontrar esse caminho de uma forma mais amena, no texto lemos que esse processo não exclui o conflito e isso será necessário para essa construção...”*

Sabemos que as ações humanas afirmam e negam-se em condições historicamente determinadas. Dessa forma, partimos da concepção de que capacitar, conforme Freire (1996), é um imperativo e uma necessidade para a construção de uma esfera cidadã, a medida em que requer aceitar os riscos do desafio do novo, enquanto inovador, enriquecedor, e rejeitar quaisquer formas de discriminação que separe as pessoas por raça e por classes. É ter certeza de que faz parte de um processo inconcluso, apesar de saber que o ser humano é um ser condicionado, portanto há sempre possibilidades de interferir na realidade a fim de modificá-la. “Quem forma se forma e re-forma ao formar, e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (Ibidem,25).

Ricardo Lima



Grupo Formação PSB 2014

## 1.2. Política de Assistência Social, Democracia e Direitos Humanos na Assistência Social

*“Analisar, pesquisar, refletir, desenvolver trabalho profissional no campo da proteção social e no âmbito de uma sociedade do capital exige, à partida, ter presente que a leitura crítica aponta que esse ambiente é marcado por paradoxos e contradições que se expressam por formas variadas, entre as quais, por mais incoerente que possa parecer, a reiteração da desproteção social.” (SPOSATI, 2013, p. 653).*

A história da Assistência Social se transforma no Brasil, a partir de 1988, quando passa a ser assegurada como direito social e integrante da seguridade social, juntamente com a saúde e previdência. A Assistência Social assume um caráter de Direito e não de benemerência e filantropia de alguns. Começa a mudar seu caminho para a universalização de acessos e de direito assegurado pela Carta Magna, como explicitado por Yazbek (2008):

*[...] a definição de um sistema Seguridade Social para o país, colocando-se como desafio a construção de uma Seguridade Social universal, solidária, democrática e sob a primazia da responsabilidade do Estado. A Seguridade Social brasileira por definição constitucional é integrada pelas políticas de Saúde, Previdência Social brasileira e Assistência Social e supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas as seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidade sociais. (p. 3)*

A Assistência Social, além de fazer parte da Seguridade Social, é responsável por contribuir com a proteção social, enquanto política de garantia dos direitos humanos. Na política de Assistência Social há um compromisso contínuo com a defesa dos direitos humanos, dos interesses da classe trabalhadora, suas organizações e movimentos sociais.

A Assistência Social contribui para a redução das desigualdades sociais e amplia a cidadania e, por contrariar interesses, precisa constantemente de lutas para garantir a sua implantação. Esse deve ser um compromisso político dos governantes e uma luta constante da sociedade brasileira. Ela se fortalece enquanto política pública, no campo do direito, compreendendo o Estado enquanto responsável por seu funcionamento e universalidade de acesso e gerida por um sistema único.

Cabe refletir também, que a Seguridade Social está inserida hoje numa arena de interesses contraditórios, num sistema político/econômico desigual e excludente, fazendo com que os/as trabalhadores (as) dessa política pública se debruçam em esforços para garantir sua efetividade e construção coletiva permanente.

Com as transformações do capitalismo contemporâneo, as refrações da *questão social*<sup>1</sup> tornam-se

1 Categoria muito utilizada pelos/as profissionais de Serviço Social, que entendem a questão social como objeto de trabalho profissional, sendo esta toda expressão e reflexo das desigualdades sociais existentes no sistema capitalista, complementando a observação enquanto objeto de intervenção do Serviço Social a professora Yazbek (2009) contribui dizendo que “[...] a institucionalização e legitimação do Serviço Social como profissão, no Brasil, têm como fundamento processos de reprodução social da vida, e nestes, particularmente, as diversas manifestações da questão social, como pobreza, a subalternidade e a exclusão social” (p. 135).

cada vez mais visíveis, por meio da desigualdade social, do desemprego, da precarização do trabalho, tornando-se assim necessária à intervenção do Estado com sistemas de prevenção e proteção social, por intermédio das políticas sociais oferecidas e distribuídas por programas e serviços que atendam às demandas sociais de sua população cidadã.

Com os avanços da Constituição Federal de 1988, na concepção dos direitos sociais como dever do Estado e da sociedade civil enquanto partícipe e fiscalizadora das políticas públicas, vimos avançar as demandas de participação no planejamento, gestão e formulação de políticas públicas.

O resgate histórico realizado por Yazbek (2008) deixa evidente que a política social no mundo vem sendo pensada para lidar com as contradições eminentes do sistema capitalista, dado que, para existir, se apoia na apropriação da riqueza produzida pela força de trabalho, gerando as desigualdades sociais, a pauperização da classe trabalhadora e as demais expressões e problemas advindos desta forma de organização social.

Portanto, acreditar que as políticas sociais, pensadas pela classe dominante, tendo como mediador o Estado, darão conta sozinhas de subverter essa ordem, é, no mínimo, ingenuidade. Mas também a autora nos alerta que “[...] não podemos duvidar das virtualidades possíveis dessas políticas. Elas podem ser a possibilidade de construção de direitos e iniciativas de “contra-desmanche” de uma ordem injusta e desigual.” (p. 20). Ou seja, a política não é o instrumento em si para a construção de uma nova ordem societária, mas traz possibilidades de construir com os usuários novas formas de resistência, enfrentamento e desmanche do sistema capitalista, incluindo nas pautas das políticas a serem implementadas as demandas das classes subalternas.

Mas para que tudo isso caminhe, precisamos “[...] romper com a tradição clientelista e assistencialista que historicamente permeia a área na qual sempre foi vista como prática secundária, em geral adstrita às atividades do plantão social, de atenções em emergências e distribuição de auxílios financeiros” (p.16). Desafio lançado, a ser enfrentado coletivamente por nós trabalhadores do SUAS, fazendo frente a inúmeras situações que nos colocam sem saídas para consolidar o que preconiza o SUAS e a PNAS.

Para o desenvolvimento de políticas públicas, faz-se necessário compreender e apreender as demandas, conhecer a realidade, desvendar significados, revisitar o passado constantemente para não se repetir velhos erros que dificultam o caminhar e rompimento com práticas arcaicas. “Não podemos, no entanto, esquecer que, por sua vinculação histórica com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário, a Assistência Social brasileira carrega uma pesada herança assistencialista [...]” (YAZBEK, 2008, p.3).

A política de Assistência Social é uma política que, junto com as demais políticas setoriais, considera as desigualdades sócio territoriais, visando seu enfrentamento, bem como a garantia dos mínimos sociais, a convivência familiar e comunitária, o provimento de condições para atender à sociedade e a universalização dos direitos sociais. O público dessa política são todos os cidadãos, com atenção especial aos grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade.

A Assistência Social, enquanto política pública, é efetivada por meio de serviços e benefícios socioassistenciais. Os programas ou projetos compreendem ações integradas para potencializar os benefícios e serviços socioassistenciais, como apresentado na própria Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993):

*Art.24. Os programas de Assistência Social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.*

Além dessas ferramentas de ação na gestão de políticas públicas, o sistema democrático pede mais atenção à população excluída, às chamadas “minorias” (TEIXEIRA, 2009), com a implantação e desenvolvimento de “sistemas, benefícios e serviços” que atendam as necessidades da população. “São conhecidos os sistemas existentes no Estado brasileiro: Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Sistema Educacional, Sistema Previdenciário etc.” (TEIXEIRA, 2009 p.557).

O processo democrático reconhece a participação e organização da sociedade civil como mecanismo participativo e de controle social, como no Art. 204 da CF de 1988:

*Art. 204. As ações governamentais na área da Assistência Social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:*

*I- descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de Assistência Social;*

*II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.*

Para o desenvolvimento das políticas públicas faz-se necessário conhecer a realidade social para a elaboração de estratégias e estudos, no “sentido político para gestão pública” (TEIXEIRA, 2009), compreendendo a realidade como espaço “[...] onde a informação está presente e a utopia é o horizonte. Além disso, é preciso considerar que a sociedade a quem se destinam as ações planejadas é também plural e multiétnica” (p.557)

Para Yazbek (2008), precisamos analisar o papel do Estado dentro de uma sociedade contraditória na relação entre as classes sociais. “É nesse sentido que o Estado é concebido como uma relação de forças, como uma arena de conflitos” (p.4).

Desse modo, a materialização da Assistência Social, neste contexto de contradições, necessita de estratégias para garantia da oferta e qualidade dos serviços prestados. Teixeira (2009) aplica o conceito de estratégia no propósito de que “além de conferir um sentido político para gestão pública e para o planejamento, resgata a noção de combate” (p.558), o que nos ajuda a compreender os desafios, as “trincheiras” encontradas pelos caminhos, e há muito a se combater nesse novo modo de viver as relações sociais, dentro de um sistema obscuro, excludente e desigual.

Formular e administrar políticas sociais no capitalismo neoliberal é um grande desafio, pois existem forças que investem contra os direitos sociais, principalmente as de caráter redistributivo (TEIXEIRA, 2009).

Assim, as políticas sociais abrem espaços ocupacionais para diversos profissionais atuarem na política da assistência e no enfrentamento da questão social, entendendo a prática como ação e reflexão consciente daquele que intervém na sociedade em busca de transformação.

Até o momento foram muitas conquistas, porém cabe a cada um de nós, trabalhadores e usuários do SUAS a compreensão de que estamos todos envolvidos nesse processo em construção. É indispensável ter a clareza de qual Sistema de Seguridade Social nós queremos. Como diz YAZBEK (2008):

*Os rumos e a politização dessa construção e da gestão do Sistema é que permitirão que o SUAS se coloque (ou não) na perspectiva de forjar formas de resistências e defesa da cidadania dos excluídos, ou apenas reiterar práticas conservadoras e assistenciais. Os riscos maiores que enfrentamos nessa disputa são no sentido de que as ações permaneçam no plano do assistencialismo e do dever moral e humanitário e não se realizem como direito (p. 18).*

Nesse sentido, os desafios que temos pela frente são muitos, tanto no campo da gestão, quanto no envolvimento dos usuários. Precisamos refletir constantemente para que as ações propiciem a luta pela manutenção e garantia de um sistema sólido de garantia de direitos.

Nessa direção, no processo de formação realizado no ano de 2014, os participantes puderam trocar vivências e experiências, por meio, da plataforma on-line, como possibilidade de interação e potencialização do processo formativo por meio de círculos de discussão.

Para melhor compreensão desse processo, segue abaixo algumas contribuições dos participantes que vivenciaram esse processo:

*“É muito interessante pensar nas modificações que a Assistência Social sofreu e vem sofrendo, principalmente quando se pensa no papel do Estado nesse contexto. O Estado parte de um ponto de vista em que a lógica era a da benemerência, de meritocracia (os mais pobres que receberam auxílio), sendo que a qualidade da ajuda independente, pois como é descrito no texto “para os pobres qualquer coisa basta”. E hoje, apesar de presenciarmos em alguns locais essa lógica, o Estado cada vez mais consegue enxergar e trabalhar as demandas sociais por um outro viés, [...] Sendo assim, a Assistência Social passa de um caráter assistencialista (da caridade, benemerência) para o campo da política pública. E essa nova concepção construída para a Assistência Social, não deve ser feita apenas pelo Estado, mas também, pelas pessoas que executam os serviços, por meio da rede socioassistencial, tendo em vista a necessidade de superação de conceitos que não dialogam com a perspectiva emancipadora”.*

*“Penso que atuar na Assistência Social, é me compreender inserida numa política pública em construção. É me sentir na caminhada rumo a defesa dessa política enquanto pública de direito daqueles que dela necessitam, respeitando a dignidade do cidadão, a sua autonomia e o seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se a qualquer comprovação vexatória de necessidade”. É atuar de maneira interventiva na sociedade, em meio as disputas da contradição cotidiana”.*

*“[...]nos compreendermos inseridas, em uma das políticas públicas, usá-la como ferramenta na construção para que possamos ter uma prática que venha ao encontro à autonomia do direito, provocando assim um desafio para a participação dos usuários mais efetiva para um papel de protagonista de sua história”.*

*“Ao Estado cabe a viabilização de direitos aos usuários da Assistência. Criação de procedimentos que possibilitem o acesso desses usuários a meios que promovam e fortaleçam condições para o seu desenvolvimento, afastando assim, as possibilidades de riscos sociais. Ao Estado está a efetivação de novas políticas e o monitoramento do trabalho executado, a fim de garantir a prática desta política. Cabe ao profissional possibilitar o usuário na sua participação em espaços de discussão e construção de novas políticas.*

*Sendo o usuário, integrante da política de Assistência Social torna-se o principal protagonista de sua formação. Sendo essencial para sua participação na construção desta política.*

*As entidades cofinanciadas pelo Estado, executam serviços da Assistência, possibilitando aos usuários o acesso aos direitos e promovendo condições aos seus trabalhadores para a execução de seu papel.”*

Na perspectiva da Assistência Social como direitos e dever estatal, o profissional trabalhador desta política pública precisa ser técnico e político, pois quanto mais trabalharmos o rompimento do hiato entre técnica (coisa neutra, autônoma) e política, (disputa de poder) melhor compreendermos que “as soluções por ele buscadas dependem de um dever coletivo complexo.” (NOGUEIRA, 1998, p 190)

Sendo assim, o papel a ser desempenhado pelo profissional desta política será de um agente de atividades gerais que possuem conhecimentos específicos, “um difusor de estímulos favoráveis à democratização, à transparência governamental, à cidadania, à redefinição das relações entre governantes e governados, Estado e sociedade civil.” (NOGUEIRA, 1998, p 189). Nogueira batiza-o como profissional da articulação.

Ricardo Lima



Registro da produção dos grupos em cartazes – Encontro Integrado CRAS/SCFV

### 1.3. Gestão e Planejamento Participativo

A participação do usuário é eixo estruturante da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), exigindo a oferta de metodologia que propicie a participação cidadã de forma autônoma e qualificada, estimulando a expressão de opiniões, contribuindo para a percepção do seu potencial para construção conjunta de mudanças na realidade social. A participação do usuário nos remete ao desafio de ampliar a oferta de formação sobre a própria política e sobre o Controle Social da Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (PNAS/2004).

A história dos governos autoritários e burocratas, conduziram de forma centralizada a gestão das políticas públicas, marcando de forma obscura o protagonismo dos usuários sujeitos de direito, amplificando a presença de atores que se mobilizam mais pela ajuda, caridade e por disputas de recursos públicos, reproduzindo o clientelismo e a subalternização dos sujeitos de direitos.

Os nove anos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no território brasileiro, resultaram na criação de uma ampla rede de proteção social, que materializa a Política da Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, conforme previsto na Constituição Federal de 1998.

O Sistema Único da Assistência Social - SUAS, foi criado pela Resolução CNAS 145/2004 e posteriormente referendado pela Lei 12.435/2011, que o alterou a LOAS. É organizado de forma descentralizada e participativa, tendo como direção a unidade e totalidade da ação pública. O propósito é o de superar a fragmentação e a sobreposição das ações governamentais e não governamentais, sem perder de vista as diversidades regionais, as peculiaridades de cada município e as especificidades dos territórios e das populações neles existentes.

Sua implementação tornou necessário intensificar as luzes sobre o desenho e os arranjos da Gestão da Política de Assistência Social, em todos os seus níveis, direcionando o olhar à capacidade de Gestão e ao seu Planejamento Participativo.

A sociedade capitalista moderna se autodenominou democrática, afirmando que defendia os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade para todos os cidadãos. Contudo, essa democracia liberal é uma democracia apenas formal, na medida em que estes três princípios, na prática, só são válidos para aqueles que fazem parte da minoria burguesa, branca e heterossexual do mundo ocidental. Ou seja, a liberdade é vista apenas como liberdade de mercado, no qual só aqueles que detêm o poder econômico possuem também o poder de opção e de decisão. A desigualdade de oportunidades econômicas, políticas sociais e culturais ainda se constitui em uma das grandes marcas da nossa época. Não há democracia sem direitos universalmente garantidos. Uma sociedade justa é aquela em que todos têm os seus direitos garantidos.

A cidadania é igualmente fonte de vínculo social, fundada na igual dignidade de todos, portanto, seu inverso também é verdadeiro; a desigualdade é fonte de rupturas e fragmentações. Assim, a cidadania tem estreita relação com as exigências e necessidades da democracia no sentido pleno e não apenas formal.

O desafio da cidadania brasileira vai além da garantia de direitos sociais, implica a mudança da cultura política paternalista, clientelista e autoritária, a incorporação de elementos de subjetividade numa sociedade na qual seus cidadãos se reconheçam como cidadãos de direitos com acesso aos bens e serviços produzidos socialmente e com possibilidades reais de participação política, condição básica da democracia.

A Educação Popular acompanha, apoia e inspira ações de transformação social. Nela, o processo educativo se dá na ação de mudar padrões de conduta, modos de vida, atitudes e reações sociais. Portanto, se a realidade social é ponto de partida do processo educativo, este volta a ela para transformá-la (WERTHEIN, 1985, p. 22)

A forma como a sociedade capitalista organiza-se hoje é bem diferente do período em que os debates da Educação Popular da década de 60. As transformações ocorridas no mundo, formas de controle e de poder mudaram; estão mais complexas e sofisticadas e, portanto, difíceis de serem identificadas por olhos menos atentos. Nunca foi tão contrastante a distância entre os saberes produzidos pela humanidade e a precariedade da vida.

A história dos governos autoritários e burocratas conduziram de forma centralizada a gestão das políticas públicas, marcando de forma obscura o protagonismo dos usuários sujeitos de direito, amplificando a presença de atores que se mobilizam mais pela ajuda, caridade e por disputas de recursos públicos, reproduzindo o clientelismo e a subalternização dos sujeitos de direitos.

Tal organização e funcionamento orienta-se para o desafio da “Gestão Pública” cujo conceito ampliado baseia-se, em ser um campo de conhecimentos e de ações desenvolvidas por entidades públicas, organizações privadas e sociais que executam atividades consideradas de interesse público, isto é, com missões e resultados que afetem indiscriminadamente a vida das pessoas. Os seus princípios balizadores estão ligados às ideias do aperfeiçoamento democrático, da participação social, do fortalecimento da cidadania e da expansão do campo de ação política da sociedade civil, interpretação correta do que se denomina, **Gestão Social**” (DUNCAN, 2014).

Nesta perspectiva a gestão da Proteção Social Básica no território, conforme prevista nos documentos orientadores da política de Assistência Social é o resultado de um processo participativo, em que os cidadãos são chamados a reconhecerem seu território, refletindo as dimensões: cultural, ambiental, social, econômica e política, identificando potencialidades e dificuldades que aponte o rumo da emancipação e construção de um outro mundo possível.

A Gestão Social, que corresponde principalmente ao processo participativo e democrático de reconhecimento da identidade, denominação e limites do território; da mobilização, constituição e funcionamento do espaço público de participação pode também apreender concepções de “gestão do desenvolvimento territorial”, “gestão das políticas de desenvolvimento” e “gestão territorial”, cujos conceitos agregados em seu bojo, permitem maior integração, e maior engajamento dos atores sociais nos processos de decisão.

Nesta compreensão, a abordagem territorial se apresenta como uma dimensão potencialmente inovadora, pelo entendimento do território como “espaço usado” (MILTON SANTOS, 2007), fruto de interações entre homens, síntese de relações sociais, como espaço onde se evidenciam as carências e necessidades sociais mas também onde se forjam dialeticamente as resistências e as lutas coletivas.

Apoiar a ação e fortalecimento das organizações sociais que atuam nos territórios é fundamental para que se amplie a formação de redes sociais e que estas sejam capazes de bem representar interesses, nos espaços públicos dos territórios, promover a articulação entre atores e instituições, apoiar a realização de projetos fundamentais para a redução de desigualdades. O território é também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento.

Para o complexo processo de Gestão Social é necessário que se tenha uma base pedagógica, democrática, cujo **planejamento** promova a participação e/ou gestão compartilhada, pelos equipamentos públicos, pelos serviços e benefícios, pela parceria pública e privada, pela Vigilância Social, pelo sistema de informação, gestão do trabalho, regulação, monitoramento e avaliação e controle social; aspectos que dão novo formato à Assistência Social pública não contributiva.

O planejamento permite, enquanto dimensão ampliada, uma Gestão Social com mais capacidade de promover a participação social nas decisões estratégicas, favorecendo a inclusão, enfatizando a autoestima e permitindo a vivência da cidadania (BRASIL/MDA/sdt- 2005c).

A participação social é um processo em construção, considerado um dos aspectos inovadores da arquitetura do SUAS. De fato, no campo da Assistência Social o debate sobre a participação demonstra uma alteração no padrão de relacionamento do Estado com a sociedade civil no tocante ao processo de intermediação dos interesses organizados e da luta pela efetivação dos direitos sociais.

É nesse contexto que o debate no âmbito na PNAS coloca em relevo o papel dos Conselhos enquanto espaços políticos de expressão e negociação de interesses sociais em disputa. Instâncias de natureza pública e democrática, arenas de confrontação, de mediação e de concertação (BIDARRA, FERRAZ, CAMPOS, RAICHELIS, 2006).

Seu papel fundamental é, portanto, o de avaliar, no campo da Assistência Social, o exercício da democracia que se desdobra em duas funções básicas: a participação e o controle social do sistema, que contribui para romper com um traço histórico do processo de formação da sociedade brasileira – a privatização do espaço público por agentes privados.

Considerando-se esse aspecto da gestão, a participação dos sujeitos, ainda é tímida posto que, em geral há poucos mecanismos construídos (audiências públicas, mesas de negociação, fóruns, plenárias, ouvidorias etc.) que oportunizem a expressão de suas demandas ou opinião acerca da Política, exceto as Conferências e os Conselhos da Assistência Sociais.

Os limites da participação são dados pelo sistema social e pela posição que os indivíduos nele ocupam, isto é, a participação é limitada, pelas estruturas básicas e secundárias da sociedade e por limites específicos de cada campo de interações.

Atualmente, percebe-se um certo recuo ao âmbito dos movimentos populares. As lutas populares passaram a caracterizar-se por objetivos reivindicatórios mais imediatistas e pouca articulação para com um projeto político de maior abrangência, dado a crise, senão desinteresse político nas soluções para os problemas estruturais – (Adolfo Ignacio Calderói – Gestão Municipal Ideológica e Participação Popular – S.S \*\*\*\*92).

O controle social da Política da Assistência Social é um dos instrumentos de gestão democrática descentralizada e participativa que disciplina o SUAS, define parâmetros para a regulamentação e implementação. É integrado pelos órgãos gestores, entidades, trabalhadores dos três entes federativos, além de Conselho, Fundos e Conferências Municipais de Assistência Social. Também é formado pelas instâncias de pactuação (representantes de gestores estaduais e municipais, como CONGEMAS/FONSEAS), por fóruns de discussão política e por usuários da Assistência Social.

Assim sendo, entende-se que processos de planejamento que não resultem de situações prévias de empoderamento de seus participantes não são, de fato, participativos.

Planejar sem poder é deixar-se manipular, participando de um processo aparentemente democrático. Não há participação desvinculada do exercício político.

É importante, neste sentido, delinear o conceito de participação, a fim de retirar dele o tom vago que muitas vezes o envolve: “participação é um processo de conquista, no sentido legítimo de termo infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Não existe participação suficiente nem acabada.”

Considerando os debates quanto às concepções dos temas Gestão e Planejamento Participativo, vivenciados pelo grupo de trabalhadores da Política de Assistência Social de Campinas neste processo de formação, e assegurando a coerência da relação dialógica Freireiana, destacamos os apontamentos descritos, pelos trabalhadores quanto à sua práxis, onde problematizaram suas realidades:

*“Avaliamos que existe um desencontro das necessidades previstas no planejamento da gestão e dos CRAS: a gestão estabelece metas e prioridades sem considerar a realidade de cada serviço, que não possui condições de alcançá-las. Por outro lado, os serviços elaboram seus planos individuais conforme suas realidades e estes não chegam à ciência da gestão. No ano de 2014, houve por parte da gestão a requisição dos planos, contudo nenhum retorno foi dado aos serviços”.*

*“Para além dos desencontros dos planejamentos de gestão e serviços, há também as dificuldades dos planejamentos dos serviços, que ficam prejudicados por conta da ausência de conhecimento aprofundado do território, pouca participação da comunidade, dificuldade de diálogo entre serviços da rede, falta de recursos (materiais, espaço físico, humanos, teórico-metodológico) e intercorrências (saída de funcionários sem perspectiva reposição, licenças-saúde, solicitações de outros serviços tais como: Conselho Tutelar, Tribunal de Justiça, Defesa Civil, 156, etc.)”.*

*“Necessidade de informação para o planejamento que hoje não são disponibilizados, a escala de recursos financeiros dos CRAS, investir nas oficinas com o recurso da capacitação”.*

*“A relação entre as políticas ainda é fragilizada, o conhecimento do SUAS ainda não foi incorporado”*

*“Planejamento fica prejudicado, dependendo das flutuações da política.”*

*“Os sujeitos históricos são os trabalhadores e suas famílias por intermédio do protagonismo e da ação organizada, ou seja, todos nós somos construtores desta política. Alguns com ações mais efetivas e participativas (trabalhadores da Assistência e legisladores) outros de maneira mais passiva (usuários que ainda não tem a participação ativa como desejamos), mas todos são construtores”.*

*“Cabe a cada um dos sujeitos exercerem seus Direitos e cobrar a sua execução, por meio da participação ativa junto aos Conselhos, aos movimentos sociais, nas escolas, enfim, em qualquer organização social, não somente pública como a privada”.*

*“O Controle Social é parte da consolidação da Política Pública e é papel de toda sociedade, sejam usuários, trabalhadores da Assistência Social ou “apenas” cidadãos de direitos.”*

*“[...]avançar no diagnóstico de cada território, no sentido de conhecê-lo na sua totalidade, tanto dos aspectos econômicos, sociais, geográficos, formas*

de organização da população, as potencialidades e fragilidades existentes, os laços solidários constituídos etc.”.

“[...] realizar a aproximação dos serviços com a comunidade, abrindo espaços de discussão e até mesmo de gestão compartilhada com a comunidade do território, construindo o planejamento coletivamente, tornando-o como um momento formador e de fortalecimento para a comunidade”.

“A constituição dos fóruns territoriais, proposta na última conferência da Assistência Social no Município... O CMAS deve conduzir esse processo conjuntamente com o gestor do Município. Os profissionais da Assistência Social devem participar do processo, porém não no papel de condutores, mas de motivadores, estimuladores e colaboradores no processo de discussão”.

“[...] desafio de avançar na participação popular, considerando as experiências e acúmulos já vivenciados. A construção do SUAS não avançará sem este fortalecimento, ainda tímido na política de Assistência Social. Neste sentido, a instalação dos CRAS nos territórios ainda é recente e de fato é a presença do serviço que possibilita o reconhecimento da política. Vivenciamos este processo, de melhor definição do CRAS (com o rompimento do cofinanciamento do PAIF) para caminharmos em direção ao fortalecimento da identidade desta unidade pública estatal. Porém, o alcance destes objetivos engloba a participação popular e articulação intersetorial. Os CRAS necessitam conhecer os recursos, os serviços, as lideranças, os movimentos (organizados ou não), enfim, reconhecer as fragilidades e fortalezas daquele território. É esta capilaridade que potencializa a ação”.

“O desenvolvimento do protagonismo social (diferente da limitada participação social) é um grande desafio. Como já mencionado pelas colegas, Campinas busca atingir a população de forma a incluí-la nos espaços de decisão, de formulação e planos de desenvolvimento territorial etc. Contudo, o que percebo hoje, é que as ações vêm ocorrendo de modo bastante incipiente e pontual.”

“Pensar em estratégias para efetivar a Gestão Social, como descrita no texto, envolve mudanças em âmbitos para além do protagonismo social como descentralização política e administrativa; formulação de compromisso entre o público e o privado, a fim de propiciar recursos, dentre outros”.

“[...]conhecer o território, suas potencialidades e fragilidades, segundo o olhar da população. Para tanto, seriam importantes ações para além do espaço físico dos serviços, nas quais os profissionais pudessem sair de seu território (serviço) para que, em um segundo momento, a população se

empoderasse dos espaços e políticas. Fazer uso dessas contribuições também é essencial já que vendo efetividade/resultado, estimula-se a continuidade da participação. Assim, os profissionais da Assistência Social podem (inicialmente) complementar tais contribuições levando-as para outros espaços (municipais, estaduais e federais), ampliando a voz da população, até que desenvolva-se uma autonomia da sociedade local. Ressalto a importância do movimento contrário, das políticas e quem as representa fornecerem recursos e estimularem este desenvolvimento”.

“[...]considerando o tempo de existência do SUAS não estamos mal, principalmente, agora, com a execução “direta” do poder público. Então, é chegada a hora de expandir, que é o efeito de estender, dilatar, desenvolver, alargar, dar maior amplitude ou fazer com que ocupe mais espaço. Entendendo que essa expansão não se restringe apenas ao avanço no concreto, mas pode também referir-se a um crescimento simbólico. É sabido que existem ações neste sentido, porém, ainda isoladas e tímidas..., já temos um acúmulo nestes anos de SUAS, mas penso também, que ficaremos estagnados enquanto não avançarmos na participação popular, amplamente apontada em nossas conferências e demais fóruns de discussão, como um desafio a ser superado. A aproximação e o estreitamento junto à participação popular, com seus ativos, lideranças e movimentos e a inserção destes em nosso trabalho e espaços a serem ocupados é que fortalecerá e potencializará as ações da Proteção Social Básica nos territórios, implicando diretamente na Gestão Social e no avanço do reconhecimento da política intersetorialmente falando. Outro aspecto importante nesta expansão seria o aprimoramento e a atualização dos diagnósticos territoriais, fator relevante para podermos ampliar e qualificar os planejamentos participativos”.

“De forma tímida, tenho participado de algumas ações no território (Leste/Flamboyant) e vejo grandes possibilidades de avanço. Acredito que o papel da Vigilância Socioassistencial, no que diz respeito ao diagnóstico territorial, somado ao olhar que a população tem sobre sua realidade, considerando que um território também é socialmente construído e está em permanente mudança e transformação, é fundamental para a efetividade da proposta de ampliar o planejamento participativo”.

“[...]a definição quanto à função de coordenadores de CRAS, pensando em seu importante papel de “efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial e das demais políticas públicas no território de abrangência do CRAS”, ... faz-se necessário o reconhecimento de papéis e atribuições específicas já definidas pelo SUAS [...]”

“A exemplo da Noroeste ocorrerá também na região Norte, a implantação

de um CEU - Centro de Artes e Esportes Unificados, equipamento público de múltiplo uso, obra do PAC 2 - Comunidade Cidadã, que sediará o CRAS Espaço Esperança. Como a proposta é a gestão compartilhada entre o poder público e a sociedade civil, foram realizadas ao longo dos últimos 12 meses, novas experiências de ações intersetoriais, por meio do desenvolvimento de oficinas mensais com os diversos atores sociais do território, representantes das secretarias de cultura, esportes, Assistência Social e demais políticas, cujo objetivo é a instituição de um Conselho Gestor”.

“Destacamos também, que além das ações acima, com o intuito de buscar a participação e aproximação entre os trabalhadores do SUAS, técnicos e apoio, dirigentes de entidades e principalmente usuários, iniciamos na região Norte, uma ação coletiva, na qual a proposta, neste momento, é aprofundar o conhecimento/compreensão destes atores, acerca desta PNAS/SUAS, ainda em processo de construção.”

“Na região Sul, destacamos as ações intersetoriais dos territórios dos CRAS Bandeiras e Campo Belo, onde ocorrem às atividades do PAC Viracopos, que têm como eixo preponderante ações com a comunidade que recebe benefícios do PAC de forma direta e indireta e conta com o envolvimento dos diversos órgãos públicos, autarquias e rede socioassistencial local”.

“[...] grande desafio, conforme já indicado no PMAS 2014/2017, reiterando as Deliberações da X Conferência Municipal de Assistência Social, é a instituição de Fóruns Regionais dos Serviços da Política de Assistência Social, com representatividade dos segmentos usuários e profissionais da rede socioassistencial, objetivando a discussão da Gestão e Controle Social, que funcione preferencialmente em horários que viabilizem/priorizem a participação dos usuários”.

“Campinas já vivenciou um modelo de gestão descentralizada às antigas DRO; no qual se convergiam alguns serviços públicos, porém enquanto ação de governo não teve continuidade. A Ação Comunitária, desenvolvida em dois micro territórios na região Noroeste permitiu implantar\compor e avançar nas discussões intersetoriais (demandas da região) porém para além da falta de planejamento conjunto, de ações práticas e devido a “poucas” participações das demais políticas setoriais (“ordem política”), não foram suficientes para imprimir ou dar um salto para um modelo de Gestão Territorial;”

“[...]a ação intersetorial tem se mantido principalmente junto à rede socioassistencial e precariamente junto a Saúde e população (lideranças). Um exemplo é a Intersectorial micro II (CRAS Satélite) que vem exercitando uma Gestão Compartilhada (OG - Lideranças - Moradores) com a implantação do

equipamento CEU, pois além de ser resultado de reivindicação da comunidade a mesma deverá compor a Gestão deste serviço;”

“Este e alguns indicativos já vivenciados, que identificamos como premissas importantes para a implantação do processo de Gestão Social nos territórios como reconhecimento dos vários atores e suas responsabilidades para o desenvolvimento local, iniciativas de mobilizações, diagnósticos ainda que empíricos, e iniciativas de ações mesmo que pontuais (Seminários, Cortejos, Praça Revitalizada), junto à rede socioassistencial e usuários da Política de Assistência Social, reforçam que estamos no caminho, porém é óbvio que se faz necessário apreender as etapas de planejamento, institucionalização e participação social que penso ser a linha/costura de todo este processo.”

“Em 1993/96 - primeira experiência de descentralização administrativa do Município - criando-se as SARs - Secretarias Administrativas Regionais (quatro regiões) - com status de secretaria e recursos próprios - conjugando as ações de todas as secretarias setoriais na região (infraestrutura, educação, saúde, assistência, habitação, cultura, esportes etc.). A experiência foi interessante, com necessidade de ajustes, porém com a mudança de governo foi desarticulada e retomada a centralização. A experiência foi interessante porque de certa forma aproximou o poder público e a gestão da população, mesmo que ainda por parte de alguns gestores com ações paternalistas. Em algumas regiões conseguiu-se constituir grupos de discussões por setores de habitação, saúde, Assistência Social e também desenvolver ações integradas entre as políticas sociais.”

“[...]a incorporação de conceitos como gestão social, território, controle social. As alterações na lógica de trabalho, incluindo as normatizações e tipificações constituem-se como desafiadoras, pois envolvem alterações relativas às concepções assistencialistas que ainda permanecem. O tema participação social vem sendo amplamente discutido na contemporaneidade, associado com sua apropriação recente como instrumental das políticas públicas para alcance de determinados objetivos. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas...”

“[...]leitura do território e aproximação da Rede socioassistencial, dá-se ao se estreitar uma relação com os sujeitos. É necessário se apropriar do espaço e conforme (RAFFESTIN,1993,p.143) o ator “territorializa” o espaço. A apropriação do espaço por intermédio do trabalho humano é um ato de poder. O território é uma produção a partir do espaço e envolve, necessariamente, relações de poder. O poder é relacional, está intrínseco em todas as relações sociais (BORDO & alli.,2009).

“as ações ainda são incipientes e precisamos de avanços, porém ressalto que em Campinas temos algumas experiências já de certo tempo que são as reuniões intersetoriais organizadas em todas as regiões e em algumas delas subdivididas por território. A experiência é diversa, mas em uma dessas, que acompanhei um pouco mais de perto - a Noroeste - havia pelo menos, até um tempo atrás, uma boa participação de representantes dos grupos organizados dos bairros, alguns usuários, além dos serviços públicos e instituições que compõem o território. O objetivo principal dessas intersetoriais era ter um olhar do território, possibilitando aproximação e integração dos serviços, das políticas sociais e comunidade”.

Ricardo Lima



Encontro de Formação – Grupo de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

#### 1.4. Território e Proteção Social Básica

Para Duncan (2014), o conceito de território tem sido discutido e desenvolvido segundo vários ângulos de observação, nos quais cada autor define o termo conforme seus métodos e concepções de interpretação da realidade.

O autor Duncan (2014) aponta ainda, que desde a década de 70, o conceito de território é debatido em diversos campos do conhecimento, como a geografia, abrangendo a territorialização das atividades humanas e do poder; a sociologia, examinando a construção e funcionamento dos espaços urbano e rural; a economia, cujos aspectos mais relevantes seriam os efeitos econômicos da localização da produção; a antropologia, focalizando principalmente a cultura e a relação entre o mundo material e o simbólico; a política, sob a ótica do poder e da cultura política; a psicologia, com elementos como o sentido do pertencimento e solidariedade; nas empresas, como estratégia para constituir capacidade competitiva, além de campos interdisciplinares, tais como o desenvolvimento, a criminologia e a governança.

Encontrar uma definição única para espaço, ou mesmo para território, relata Milton Santos (1978), é tarefa árdua, pois cada categoria possui diversas acepções, recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição não é uma definição imutável, fixa, eterna; ela é flexível e permite mudanças. Isso significa que os conceitos têm diferentes significados, historicamente definidos, como ocorreu com o espaço e com o território.

Para Santos (1978), “a utilização do território pelo povo cria o espaço”; imutável em seus limites e apresentando mudanças ao longo da história, o território antecede o espaço. O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área.

Na perspectiva de áreas delimitadas geograficamente, existem espaços que surgem ao longo do tempo, sem ou com inexpressiva presença do Estado de forma articulada e efetiva, reproduzindo um modelo socioterritorial excludente. Embora com pouca presença do Estado, esses espaços, são considerados legítimos pelos moradores, tornando-se o território de determinada população. Esse território vivo, em movimento, de relações sociais.

*[...] que não se trata de esvaziar ou reduzir a importância dos cálculos estatísticos, dos indicadores socioeconômicos, mas de considerar suas potencialidades e limites de análise. Faz-se necessário associar aos números outros olhares sobre os territórios capazes de compreender as conexões, desconexões, interações e fraturas que compõem sua dinâmica relacional (KOGA, 2008, p. 3).*

Os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores de que dispõem, mas antes de tudo, pela maneira como se organizam (BEDUSCHI F° & ABRAMOVAY, 2003). Para Duncan (2014), outro destaque importante, é a gestão desses territórios, a “governança territorial”, que no Brasil somente passou a estar presente nas agendas públicas após o final do governo militar, em 1985, os quais resistiram o quanto puderam para aceitar “acordos” que, segundo o entendimento nacionalista vigente, iriam contra a soberania nacional.

Koga e Alves (2010), referindo-se à questão do território, compreendem que as diferentes expressões da questão social brasileira têm se tornado, paradoxalmente, uma emergência rotineira, dada as multifacetadas imbricações contidas no processo de exclusão social. Também se mantém desafiadora a evidência de que tais expressões se dão no concreto dos territórios de vivência, nos

mais de 5.560 municípios brasileiros, distintos nas suas dimensões populacionais, nas suas áreas geográficas e nas suas configurações econômicas, políticas, culturais e sociais.

Costa e Aguiar (2008) trazem que concepção da política de Assistência Social no Brasil é fruto de uma construção histórica e está diretamente relacionada às transformações societárias contemporâneas na economia e da própria política social.

A história da política social brasileira é marcada pela focalização, fragmentação, descontinuidade e insuficiência, como um mecanismo para uso clientelista, eleitoreiro e de corrupção. Face aos interesses da burguesia, em associação à necessidade de legitimação do Estado diante dos conflitos de classe que se instauraram na nova ordem do capital, foi que se estabeleceram as políticas sociais. Portanto como estratégia de enfrentamento à questão social, um mecanismo tomado como eficiente para aplacar os conflitos que pudessem pôr em xeque a ordem societária estabelecida.

Diversas mudanças na política de Assistência Social foram acontecendo nas duas últimas décadas, se materializando na aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) da atual Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e da sua gestão por meio do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), associadas à Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nº 33, de 13 de dezembro de 2012.

Nesse rumo, o território ganha cada vez mais destaque na perspectiva do SUAS, interpretando a cidade com significado vivo, a partir dos autores que dela se utilizam (SANTOS & SILVEIRA, 2010).

Para Couto, Yazbek e Raichelis (2010, p. 50), “o território é o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento.” A apropriação da perspectiva territorial, na gestão de políticas sociais, pode se constituir num instrumento fortalecedor da democratização, pois permite o conhecimento objetivo das diferenças de acesso, a partir de condições concretas, principalmente, em contextos de desigualdade.

Como consequência desta perspectiva, o território em si, também deve ser encarado como objeto de intervenção/atuação da política de Assistência Social, para além das ações desenvolvidas com as famílias e indivíduos (SANTOS apud BRASIL, 2010, p. 74).

Nesse contexto, a perspectiva territorial, na esfera da Política Nacional de Assistência Social:

*“ [...] tem representado um esforço coletivo pela perspectiva de uma política social mais comprometida com os chãos das cidades brasileiras.*

*Coloca-se para a gestão desta política o desafio de “sair da constatação da importância do território no desenho da Assistência Social para sua incorporação no cotidiano da gestão” (KOGA, 2003, p. 41).*

Segundo Costa e Aguiar (2008), o princípio da territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. A partir desse princípio, as ações de Assistência Social são planejadas considerando a localização da rede de serviços e os territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos de um determinado município.

De acordo com a PNAS, 2004, ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com

a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise, ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas – população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos e pessoas com deficiência.

A proteção social assim colocada, exige maior aproximação no cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos e vulnerabilidades se constituem. Sob esse princípio é necessário relacionar as pessoas e seus territórios, no caso dos municípios, do ponto de vista Federal e nos municípios sob uma perspectiva intraurbanas.

A proteção social está estrategicamente articulada em dois eixos: a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica tem caráter de promoção dos direitos e prevenção das situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Ela prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais para promover a convivência e socialização de famílias e de indivíduos, reduzindo desta maneira, a ocorrência de vulnerabilidades.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº. 109 de 11 de novembro de 2009), consideram-se serviços no âmbito da Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Estes serviços são executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e por meio de outras unidades básicas e públicas de Assistência Social e/ou entidades e organizações de Assistência Social, tais como os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O CRAS constitui-se uma unidade pública estatal de base territorial, que se localiza nas áreas de “vulnerabilidade social” delimitadas em cada município. A sua capacidade de atendimento varia de acordo com o tamanho do município, como demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Quantidade de famílias referenciadas e porte do município

<b>QUANTIDADE DE FAMÍLIAS REFERENCIADAS E PORTE DO MUNICÍPIO</b>	
<b>Porte dos Municípios Proporção</b>	
<b>Pequenos I</b> (até 20.000 hab.)	Mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas
<b>Pequenos II</b> (de 20.001 a 50.000 hab.)	Mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas
<b>Médios</b> (de 50.001 a 100.000 hab.)	Mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas
<b>Grandes</b> (de 100.001 a 900.000 hab.)	Mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas

Fonte: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/financiamento/arquivos/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%20-PNAS.pdf/download> (PNAS)

De acordo com o preconizado pelo SUAS, o CRAS deve prestar orientação e atendimento para a população de seu território, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância social, na produção, sistematização e divulgação de indicadores de sua área de abrangência.

Ainda definida como atribuição do CRAS, temos a gestão desses territórios, de modo a

realizar o mapeamento e a organização das diferentes redes locais.

A vulnerabilidade está associada não apenas às características socioeconômicas, mas a outros diversos fatores (baixos níveis de escolaridade, acesso a serviços públicos, perfis familiares), como também características demográficas dos grupos sociais, dos setores censitários, aspectos que colocam ou podem colocar as pessoas em situações de risco (agravos à saúde, gravidez precoce e jovens vítimas de violência, índice de homicídios, entre outros).

Os territórios, neste sentido, apenas podem ser considerados como tal, quando pensados junto com a população, a partir do seu uso, como já ensinava Milton Santos ao dizer:

*“O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2000, p. 22).*

As reflexões realizadas no processo Formativo da Rede de Proteção Social Básica do município de Campinas do ano de 2014, referentes à temática “Território e Proteção Social Básica” contribuíram para as seguintes apreensões:

*“O conceito de território, ganha na Política de Assistência Social, o foco principal no âmbito das incursões das ações, levando em conta o espaço de vivências e experiências, de relações e construção da história de indivíduos e famílias.”*

*“No que pode ser feito penso que existe um aspecto, que vale a pena ser abordado. Trata-se do movimento de “expansão” que se faz necessário ocorrer nos CRAS. Vou explicar: uma parte significativa do conjunto de trabalhadores da política, vivenciou o processo de implantação dos CRAS em nosso município, com seus acertos e percalços, como geralmente ocorre quando vivenciamos o novo. A outra parcela, se não viveu o processo na sua totalidade, viveu parte dele e ouviu relatos. Penso que para o tempo de existência do SUAS não estamos mal, principalmente, agora, com a execução “direta” do poder público. Então, é chegada a hora de expandir, que é o efeito de estender, dilatar, desenvolver, alargar, dar maior amplitude ou fazer com que ocupe mais espaço. Entendendo que essa expansão não se restringe apenas ao avanço no concreto, mas pode também referir-se a um crescimento simbólico. É sabido que existem ações neste sentido, porém, ainda isoladas e tímidas... aproximação e o estreitamento junto à participação popular, com seus ativos, lideranças e movimentos e a inserção destes em nosso trabalho e espaços a serem ocupados é que fortalecerá e potencializará as ações da Proteção Social Básica nos territórios, implicando diretamente na gestão social e no avanço do reconhecimento da política intersetorialmente falando. Outro aspecto importante nesta expansão seria o aprimoramento e a atualização dos diagnósticos territoriais, fator relevante para podermos ampliar e qualificar os planejamentos participativos.”*

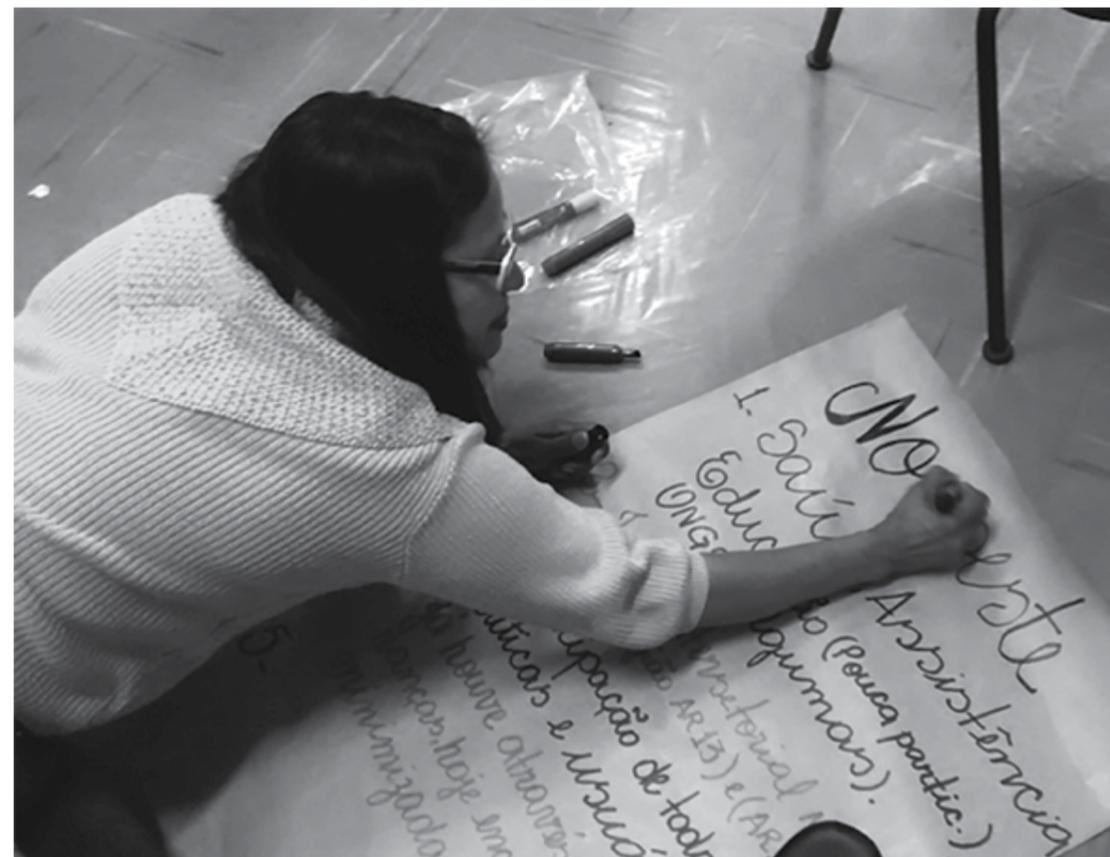
Precisamos avançar no diagnóstico de cada território, no sentido de conhecê-lo na sua

totalidade, tanto dos aspectos econômicos, culturais, ambientais, sociais, geográficos, formas de organização da população, as potencialidades e fragilidades existentes, os laços solidários constituídos etc.

Outro aspecto é realizar a aproximação dos serviços com a comunidade, abrindo espaços de discussão e até mesmo de gestão compartilhada com a comunidade do território, construindo o planejamento coletivamente, tornando-o como um momento formador e de fortalecimento para a comunidade.

A gestão dos territórios enfrenta alguns desafios, como a participação popular, trabalho e articulação intersetorial, mas além desses desafios postos, a própria dificuldade da existência dos equipamentos é apontada como ponto de partida para a discussão da efetivação da política no município.

Ricardo Lima



Registro do trabalho do grupo em cartazes – Grupo CRAS

## 1.5. Os sujeitos da PNAS

*“Os Usuários são sujeitos de direitos e público da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e que, portanto, os representantes de usuários ou de organizações de usuários são sujeitos coletivos expressos nas diversas formas de participação, nas quais esteja caracterizado o seu protagonismo direto enquanto usuário” (Resolução CNAS nº 24/2006, Art. 1º)*

A Resolução CNAS nº24/2006 representa importante avanço para ampliar a participação dos usuários, pois permite que estes sejam representados por grupos de usuários vinculados aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social nos Municípios e Estados e não apenas por associações formalmente constituídas.

Podemos definir que os usuários são pessoas que devem participar ativamente das definições, do monitoramento e da avaliação da política. Sua participação precisa ser planejada desde a gestão do território até a esfera nacional, de forma que suas contribuições estejam inseridas nas formulações da política social. A participação dos usuários de forma ativa no processo contribui para que os trabalhadores os vejam como sujeitos e não como pessoas em situação de fragilidades e que precisam ser vinculados aos programas, projetos, serviços e benefícios da PNAS.

No que se refere aos representantes de usuários podemos destacar a participação nos Conselhos Municipais, Estaduais e Federal, visando o controle social da política de Assistência Social. São esferas que não substituem os órgãos de Governo, mas estão estruturados em colegiados cujo alicerce é o conceito de democracia e participação.

Os conselhos são espaços colegiados que têm o papel deliberativo e a função de construir mecanismos de comunicação e socialização das informações por meio de debates e estratégias com a base que o escolheu ou o indicou para exercer a função de representatividade.

É de fundamental importância divulgar o que se passa nos Conselhos para que os usuários e a sociedade civil controlem a garantia de direitos da população demandatária.

Quanto às Organizações não Governamentais, estas têm o importante papel de realizar o assessoramento e a defesa dos direitos, além de ofertar atendimento às demandas encaminhadas pelo Centro de Referência da Assistência Social, tanto na forma de demandas espontâneas quanto por intermédio de busca ativa.

Neste contexto de ações coletivas, mobilizações e iniciativas, tal como vimos anteriormente, marcado por um “espírito” participativo, é que se constitui o sentido para o nascimento de uma forma de organização que marcará o campo político brasileiro.

Também enquanto sujeitos da Assistência Social, os trabalhadores da área que atuam nas diversas de envolvimento da população desencadeando a participação e/ou protagonismo direto dentro desta Política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, A. **Leitura de Mundo em Paulo Freire**. In: *Leitura de Mundo no Contexto da Planetarização por uma Pedagogia da Sustentabilidade*. Tese de doutorado, FEUSP, 2002.

ARREGUI, C.C. **O Debate sobre a produção de indicadores sociais alternativos**. Revista Serviço

Social e Sociedade, São Paulo, n. 111, 2012.

BRASIL/MDA/SDT.(2005) Documento Institucional n.3 – **Referência para a Gestão Social de Território Rurais**; Brasília: MDA SDT. Disponível em: [http://www.academia.edu/5033307/Doc.\\_Institucional\\_No\\_3\\_SDT\\_CONDRAF\\_-\\_Refer%C3%A2ncias\\_para\\_a\\_Gest%C3%A3o\\_Social\\_de\\_Territ%C3%B3rios\\_Rurais](http://www.academia.edu/5033307/Doc._Institucional_No_3_SDT_CONDRAF_-_Refer%C3%A2ncias_para_a_Gest%C3%A3o_Social_de_Territ%C3%B3rios_Rurais)

COSTA, F. S. de M.; AGUIAR, N. de S. **Centros de Referência de Assistência Social – CRAS: Materializações e Contradições da Política Nacional de Assistência Social**. UFRN, 2008.

COUTO, B. R. **O sistema único de Assistência Social no Brasil: Uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

DUNCAN, M. **Gestão Territorial: Visões e significados**. Disponível em: [http://www.academia.edu/2052742/Gestao\\_Territorial\\_Visoos\\_e\\_significados](http://www.academia.edu/2052742/Gestao_Territorial_Visoos_e_significados). Acesso em: agosto/2014.

FALEIROS, V. de P. **O que é política social**. 2º Reimpr. da 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. EGA. Publicação Original 1996. Digitalização em 2002. Disponível em: [http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia\\_da\\_autonomia\\_-\\_paulofreire.pdf](http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf)

KOGA, D. **A Interlocução do Território na Agenda das Políticas Sociais**. 2010.

NOGUEIRA, M. A. **As possibilidades da política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social Módulo 4*, Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2000.

PREFEITURA Municipal de Campinas / Secretaria de Cidadania, Assistência Social e Inclusão Social, Fundação FEAC e Instituto Paulo Freire (2014) **Caderno de Formação**. Editora e Livraria IPF, São Paulo, SP. 2014.

RIZZOTTI, M. L. A.; SILVA, T. G. M. **A vigilância social na política de Assistência Social: uma aproximação conceitual**. Serviço Social em Revista. Londrina, v. 15, n.2, p.130-151, jan/jun. 2013.

SPOSATI, A. **Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013

TEIXEIRA, J. B. **Formulação, administração e execução de políticas públicas**. In CFESS. *Direitos e Competências Profissionais*. Brasília, 2009.

YAZBEK, M. C. **O significado sócio-histórico da profissão**. In CFESS. *Direitos e Competências Profissionais*. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. **Estado e Políticas Sociais**. Revista Praia Vermelha. v.18. n 1, 2008 p. 1-22 Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/issue/view/8>

# *A Leitura do Mundo da Proteção Social Básica de Campinas*

————— CAPÍTULO 2 —————

## **2.1. O percurso metodológico da Leitura do Mundo**

A Leitura do Mundo consiste em uma leitura da realidade, que ultrapassa a simples coleta de dados por se tratar de uma construção coletiva, que abrange a participação dos sujeitos no processo metodológico. O sentido ao exercício profissional ocorre na medida em que mobiliza os cidadãos da política social no território, para identificarem as dimensões da vida social: afetiva/relacional, cultural, social, econômica, política e ambiental e por meio delas articularem e planejarem as ações relativas à política social.

Dessa forma, o diálogo é uma estratégia essencial ao desenvolvimento da Leitura do Mundo, buscando uma aproximação crítica e mais abrangente da realidade. O diálogo, por sua vez, não significa a conformação de olhares, mas a possibilidade de construção de conhecimentos acerca de determinada realidade, a partir de diferentes olhares, por meio do “diálogo-conflito”. Esta compreensão da Leitura do Mundo possibilita uma relação social intensa e ativa entre os envolvidos, que possuem concepções de mundo diferentes que em alguns momentos se completam.

Nesse processo, as concepções de mundo se complementam e possibilitam uma síntese mais abrangente, chegando a um conhecimento mais pleno em torno dos fatos e da realidade como um todo (ANTUNES, 2002). O conhecimento construído em um processo educativo que tem por referência a concepção Freireana, cujo papel é o de motivar e potencializar a práxis profissional para uma atuação crítica e interventiva na realidade. Impulsionar a ação transformadora, a partir de uma compreensão de que a realidade não é estática e que portanto, pode ser modificada. Educar é assim, promover a capacidade de interpretar o mundo e agir para transformá-lo (ANTUNES: 2002,p.66).

A Leitura do Mundo da Proteção Social Básica de Campinas é atravessada pela leitura da realidade social do município. O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS 2014-2017)

aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social em 2014, contempla esta análise das dimensões da vida social, o qual foi construído de forma participativa com os sujeitos integrantes do SUAS no município: gestores, trabalhadores, usuários e conselheiros. Para sua construção foram realizados dois seminários (Comunicação Interna e Externa) e 16 Grupos de Trabalho, que somaram 406 participantes<sup>1</sup>.

Concebido como ferramenta de gestão do SUAS, o PMAS é, desta forma:

*(...) um produto coletivo que assume o compromisso de, anualmente, ser revisto criticamente, atualizado e alterado na e por meio de sua própria execução, ou seja, é instrumento de um processo, não um fim em si mesmo” (Campinas, 2014, p.10).*

Neste sentido, o PMAS 2014-2017 deve ser formulado, com base nos dados da realidade e seu monitoramento e avaliação pautado pela vida das pessoas atendidas pela Assistência Social, pois é nesta intrínseca relação que poderemos nos orientar para a realização das ações programáticas da política.

O município de Campinas, segundo dados do IBGE (2013), possui uma população em torno de 1.144.862 habitantes, permanecendo em 14º no *ranking* de cidades mais populosas do país e a 3ª cidade mais populosa do Estado de São Paulo.

A Fundação SEADE, por meio do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, delimita que 13% da população campineira, ou seja, 142.562 habitantes, está em áreas de alta ou muito alta vulnerabilidade. Segundo PMAS, “essas pessoas quantificadas, qualificadas e territorializadas passam a compor o público prioritário para a Política de Assistência Social do Município de Campinas” (p.26).

É necessário, portanto, que conheçamos a realidade concreta que constitui a Assistência Social e o território que a circunda, tendo em vista que o território subsidia a gestão municipal com os dados para a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.

Neste sentido, a Leitura do Mundo inicia em cada território em que o CRAS está referenciado e de forma processual, formativa e participativa vai tecendo os dados para compor um plano de ação.

A realização de Leitura do Mundo, a sistematização do marco referencial da Assistência Social e a construção de planos de ações de médio e longo prazos, além de nutrir os processos de atualização do Plano Municipal de Assistência Social, potencializam o fortalecimento dos CRAS. Esta articulação dará materialidade à abordagem sistêmica e orgânica que a atual política Assistência Social tem dado no enfrentamento das demandas específicas do município.

## 2.2. A estrutura dos equipamentos e da Gestão

### 2.2.3. Gestão da Proteção Social Básica

A política municipal de Assistência Social de Campinas caminha na direção da gestão democrática, seja pela participação crescente da comunidade no planejamento e acompanhamento das ações dos CRAS, seja porque a própria Assistência Social já começou a desenvolver um

<sup>1</sup> O esforço realizado para a construção participativa do PMAS 2014-2017 não exclui a necessidade de ampliação de participação dos vários segmentos, sobretudo usuários e de aperfeiçoamento de estratégias metodológicas participativas, inclusive com maior número de reuniões dos grupos de trabalho propostos e integração entre os mesmos.

planejamento articulado às diretrizes da política da Assistência Social e aos princípios da Assistência Social, dando ao ato de planejar sentidos histórico-sociais mais amplos e passou a ser um princípio orientador das ações no território.

A estrutura atual da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMCAIS) abrange o gabinete da Secretaria, que responde pela pasta, o Departamento de Operações da Assistência Social e o Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social, situados na unidade central, além de cinco Distritos de Assistência Social (DAS) descentralizados, localizados nas regiões administrativas do município: Leste, Norte, Sul, Sudoeste e Noroeste. Compõem ainda a SMCAIS as áreas de Segurança Alimentar e Nutricional, de Vigilância Socioassistencial e de Cidadania. A reestruturação organizacional da SMCAIS em conformidade com o SUAS é um dos desafios para o quadriênio 2014-2017 (PMAS, 2014).

O Departamento de Operações da Assistência Social, visando imprimir a lógica de execução da Política de Assistência Social, conforme preconiza o SUAS, organiza os serviços socioassistenciais de forma hierárquica em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) – de Média Complexidade e de Alta Complexidade, por meio de coordenadorias setoriais que são responsáveis pela gestão e operacionalização dos serviços.

A Coordenadoria Setorial de Proteção Social Básica é responsável pela gestão e execução dos serviços socioassistenciais desenvolvidos no âmbito dessa proteção e se organiza pelas unidades estatais de referência compostas, de forma hierárquica, pelo Distrito de Assistência Social (DAS) e pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Este último executa obrigatoriamente o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) compõem a rede complementar da Proteção Social Básica.

O quadro a seguir, apresenta a distribuição territorial dos serviços da Proteção Social Básica.

Quadro 2 – Distribuição Territorial dos Serviços da Proteção Básica

Região	DAS	CRAS	SCFV (*)	
	Oferta Estatal	Oferta Estatal	Oferta Estatal	Oferta Privada
NORTE	DAS Norte	Espaço Esperança Vila Réggio	0	38 executoras
SUL	DAS Sul	Bandeiras Campo Belo	VI. Formosa	28 executoras
LESTE	DAS Leste	Recanto Anhumas Flamboyant	VI. 31 Março	25 executoras
SUDOESTE	DAS Sudoeste	Campos Elíseos Nelson Mandela Novo Tempo	VI. União	16 executoras
NOROESTE	DAS Noroeste	Satélite Íris São Luis Florence	0	21 executoras
<b>Total</b>	<b>05</b>	<b>12</b>	<b>03</b>	<b>128</b>

(\*) – oferta para público – 06 a 14 anos e 11 meses, 15 a 24 anos e 24 anos e Centros Convivência Intergeracional

Fonte: SMCAIS/CSPSB e CSAC 2014.

O Município de Campinas dispõe de uma estrutura descentralizada para organização do SUAS, na forma de Distrito de Assistência Social (DAS), responsável por gerenciar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nas cinco regiões administrativas da cidade. Como o município não dispõe da rede completa de CRAS, na forma prevista na PNAS, o DAS executa o atendimento de indivíduos e famílias moradoras em territórios localizados fora da área de abrangência do CRAS, por intermédio de equipes técnicas de Proteção Social Básica. Desta maneira, o trabalho social desenvolvido no DAS apresenta características distintas do desenvolvido pelo CRAS.

O Município de Campinas fez adesão ao SUAS em 2005 e até o ano 2006 implantou 11 CRAS, permanecendo neste quantitativo até o presente ano. Ainda em 2014, será inaugurado o CRAS Florence e a sede do futuro CRAS São Domingos encontra-se em fase de finalização da obra. O PMAS 2014-2017 define como meta a implantação de mais três novos CRAS até 2017. O desafio de implantação de novos CRAS relaciona-se diretamente com definição de área pública, indicação de recursos orçamentários para construção e aquisição de equipamentos e ampliação de recursos humanos, por meio de concurso público (PMAS, 2014).

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) foi ofertado pela rede socioassistencial privada, por meio de cofinanciamento até o mês de dezembro de 2013. O déficit em recursos humanos decorrente da ausência de concurso público por dez anos prejudicou diretamente a organização e a prestação de serviços socioassistenciais no município, conforme preconiza o SUAS. Foi somente na atual gestão municipal da Assistência Social que se iniciou a inversão deste cenário com a convocação de cerca de 140 servidores públicos, tornando possível, a partir de 2014, a prestação direta pelo Poder Público do PAIF, nas unidades públicas do CRAS.

Ainda em 2014, constitui prioridade a constituição dos cargos de chefia de setor para os CRAS, garantindo assim as normativas do MDS.

Em 2014, inicia-se também o processo de discussão e constituição do Setor de Benefícios Assistenciais que tem como objetivo a coordenação, monitoramento e avaliação das ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aos Benefícios Eventuais, articulando-os aos demais benefícios socioassistenciais, bem como a coordenação da equipe técnica e as ações relativas ao Programa BPC na Escola.

São atribuições da Coordenadoria Setorial de Proteção Social Básica:

- Coordenar a implementação das normatizações estabelecidas pelo Departamento de Operação de Assistência Social (DOAS) junto aos DAS, CRAS e Setor de Benefícios Assistenciais;
- Realizar a gestão dos serviços e benefícios socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica, tanto nas unidades públicas, quanto nas entidades privadas sem fins lucrativos, prestadora de serviços;
- Efetivar os fluxos de referenciamento e contraferenciamento entre as proteções;
- Propor e planejar em articulação com o DOAS os processos de educação permanente da Proteção Social Básica;
- Articular com a área de Vigilância Socioassistencial - fluxos de coleta, armazenamento e disseminação de informações;
- Fortalecer a articulação e a intersetorialidade com as demais políticas públicas;
- Realizar a gestão e alimentação de dados dos sistemas locais de informação, bem como, do MDS.

São atribuições da coordenação do DAS:

- Gestão descentralizada de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e da rede socioassistencial nos territórios de sua atuação;
- Gestão descentralizada e compartilhada com a equipe dos CRAS;
- Gestão territorial em articulação com os CRAS e demais políticas setoriais de acordo com as diretrizes e normatizações do DOAS;
- Coordenação da execução das ações desenvolvidas pela equipe de profissionais da Proteção Social Básica do DAS, nos territórios que não tem cobertura de CRAS;
- Coordenação da execução do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) - no âmbito do território de atuação;
- Articulação das ações intersetoriais, coordenação da execução dos protocolos e fluxos inclusive os intersetoriais voltados à operacionalização e à qualificação da rede socioassistencial;
- Subsidiar o DOAS na formulação da proposta da SMCAIS para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), do Plano Plurianual (PPA) e Plano Municipal de Assistência Social (PMAS);
- Monitoramento e atendimento de situações de emergência e calamidade pública em conformidade com a Defesa Civil, no âmbito do território e em articulação com a Coordenadoria Setorial de Proteção Especial de Alta Complexidade Adulto e Idoso;
- Coordenação, na macrorregião, dos processos de cadastramento, recadastramento e atualização contínua dos cadastros dos beneficiários dos Programas de Transferência de Renda, em estreita articulação com a área de Vigilância Socioassistencial e dos respectivos gestores dos programas de transferência de renda federal, estadual e municipal;
- Coordenação e monitoramento da inserção de informações nos bancos de dados existentes, atendendo às requisições do DOAS e da Vigilância Socioassistencial.

Serão atribuições das chefias de setor dos CRAS:

- Organização e articulação das unidades da rede socioassistencial (SCFV) de proteção básica referenciada ao CRAS; promoção da articulação intersetorial e a busca ativa no território de abrangência do CRAS;
- Realização e execução dos serviços e benefícios socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica e em articulação com a rede e demais políticas públicas;
- Realização da gestão da rede socioassistencial em seu território de abrangência, de forma compartilhada com a coordenação do DAS;
- Inserção de informações nos bancos de dados existentes, atendendo as requisições do DOAS e da Vigilância socioassistencial;
- Planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços ofertados nos CRAS;
- Alimentação dos Sistemas de Informação do SUAS;
- Oferta do PAIF e outros serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica;
- Gestão territorial da rede socioassistencial da PSB.

O quadro abaixo sintetiza a estrutura funcional dos serviços da Proteção Social Básica:

Quadro 3 – Síntese da estrutura funcional dos serviços da Proteção Social Básica

Descrição	Total	Gestão	Serviço Social	Psicologia
Coordenadoria Setorial - PSB	03	01	01	01
DAS Norte	35	01	08	05
DAS SUL	37	01	10	05
DAS LESTE	38	01	09	04
DAS SUDOESTE	44	01	12	06
DAS NOROESTE	34	01	10	03
<b>Subtotal</b>	<b>191</b>	<b>06</b>	<b>50</b>	<b>25</b>

Fonte: SMCAIS – CSPSB

Ag.Social	Monitor Prof.	Agente Administrativo	Serviços Gerais	Motorista	Vigilante
0	0	0	0	0	0
04	02	05	05	02	03
07	01	02	06	02	03
06	01	03	08	02	04
06	02	04	06	02	04
05	0	04	05	02	04
<b>28</b>	<b>06</b>	<b>18</b>	<b>30</b>	<b>10</b>	<b>18</b>

### 2.3. CRAS

O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de Assistência Social responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF (MDS, 2009).

Representa a principal estrutura física local para a Proteção Social Básica, desempenha papel central no território onde se localiza, possuindo a função exclusiva da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e gestão territorial da rede socioassistencial de Proteção Social Básica. Nesse sentido, destacam-se como principais funções do CRAS:

- Ofertar o serviço PAIF e outros serviços, programas e projetos socioassistenciais de Proteção Social Básica, para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;
- Articular e fortalecer a rede de Proteção Social Básica local;
- Prevenir as situações de risco em seu território de abrangência fortalecendo vínculos familiares e comunitários e garantindo direitos.

Divulgação



Recepção do CRAS Nelson Mandela – Visita técnica aos equipamentos e serviços

Para a instalação de um CRAS, a localização é fator determinante para que ele viabilize, de forma descentralizada, o acesso aos direitos socioassistenciais. O CRAS deve ser instalado prioritariamente em locais de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade, famílias com renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, com presença significativa de famílias e indivíduos beneficiários dos programas de transferências de renda, como o BPC - Benefício de Prestação Continuada, Bolsa Família e outros, conforme indicadores definidos na Norma Operacional Básica - NOBSUAS/2012. Cada município deve identificar o(s) território(s) de vulnerabilidade social e nele(s) implantar um CRAS, a fim de aproximar os serviços oferecidos aos usuários.

Para tanto se deve observar, na implantação do CRAS:

- Elaboração de diagnósticos socioterritoriais e identificação de necessidades de serviços;
- Planejamento, com outras instâncias sociais, da implantação da unidade;
- Implantação das condições físicas, institucionais e materiais;
- Seleção, admissão e capacitação da equipe de referência.

Além do exposto ressalta-se que todo CRAS em funcionamento terá de ofertar, obrigatoriamente, o PAIF, estando sua existência necessariamente vinculada ao funcionamento desse serviço. Reconhece-se, portanto, ser atribuição exclusiva do poder público, o trabalho social com famílias, sendo esta a identidade que deve ser expressa no espaço físico do CRAS.

Quaisquer outros serviços, programas, benefícios e projetos de Proteção Social Básica poderão ser ofertados no CRAS, conforme disponibilidade de espaço físico e de profissionais qualificados para implementá-los, desde que não prejudiquem a oferta do PAIF, ou seja, as demais atividades não poderão prejudicar a execução do PAIF e a ocupação dos espaços a ele destinados.

Os demais serviços, programas, projetos e ações de proteção básica desenvolvidos no território de abrangência do CRAS devem ser a ele referenciados. É importante destacar que “território”, por compreender os locais de residência das famílias referenciadas aos equipamentos, tem histórias e características diferenciadas, sendo necessário reconhecer sua especificidade. Por isso, é importante reconhecer potencialidades e vulnerabilidades, bem como situações de risco presentes.

É por meio do CRAS que a proteção social se territorializa e se aproxima da população, reconhecendo a existência das desigualdades sociais e a importância da presença das políticas sociais para reduzir essas desigualdades. Previne e acompanha as situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identifica e estimula as potencialidades locais, melhorando a qualidade de vida das famílias que vivem nas localidades.

Ao estabelecer o PAIF como prioridade dentre os demais serviços, programas e projetos da Proteção Social Básica, que têm como principal foco de ação o trabalho com famílias, o CRAS assume como fatores identitários dois grandes pilares do SUAS: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização.

Por fim, a equipe de referência do CRAS é aquela formada por servidores efetivos, de nível superior e nível médio, responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica nos municípios.

A orientação é que toda a equipe de referência do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos de modo a garantir a continuidade, eficácia e efetividade dos programas, serviços e projetos ofertados, diminuindo a rotatividade de profissionais e permitindo o processo de capacitação continuado dos mesmos.

A equipe de referência do CRAS é interdisciplinar e os perfis devem convergir de forma a

favorecer o desenvolvimento das funções do CRAS. O trabalho social com famílias depende de um investimento e uma predisposição de profissionais de diferentes áreas a trabalharem coletivamente, com objetivo comum de apoiar e contribuir para a superação das situações de vulnerabilidade e fortalecer as potencialidades das famílias usuárias dos serviços ofertados no CRAS.

Além desses profissionais, as equipes de referência dos CRAS devem contar sempre com um coordenador, cujo perfil é técnico de nível superior, concursado, com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais (NOB/RH e Resolução CNAS nº 17/2011).

As equipes volantes podem compor a de referência nos casos dos CRAS que devem cobrir uma área grande, de difícil acesso ou com população dispersa, como nos municípios com povos e comunidades tradicionais. O município de Campinas não possui equipes volantes.

No município de Campinas, o PAIF foi operacionalizado desde a implantação dos CRAS até 2013 por meio de cofinanciamento de entidades socioassistenciais e pelas equipes de servidores públicos dos CRAS, considerando-se os limites estruturais registrados no município, na ocasião da implantação do SUAS (PMAS, 2014). As entidades cofinanciadas executavam o PAIF em suas unidades nos territórios e as famílias acompanhadas eram referenciadas pela equipe de servidores públicos dos CRAS.

A ausência de concurso público por uma década impactou diretamente na permanência deste modelo de operacionalização, que dificultou sobremaneira a construção da identidade da unidade pública estatal. Além disso, o ID-CRAS (2012) conceituou regular e insuficiente a dimensão recursos humanos dos CRAS no município.

A partir de janeiro de 2014, com a convocação de servidores públicos torna-se possível a oferta direta do PAIF. Percebe-se assim, hoje em Campinas um contexto de aproximação aos norteadores dados pelo SUAS para o funcionamento e implantação do CRAS. Porém, há que se continuar avançando na composição para além das equipes mínimas preconizadas pela NOB-RH e na constituição dos cargos de chefia de setor dos CRAS.

Contudo, muitos desafios ainda se apresentam. A implantação dos CRAS significou na maioria dos casos, a instalação do primeiro equipamento estatal da Assistência Social. Os territórios de grande vulnerabilidade social contavam até então apenas com a presença histórica da rede socioassistencial privada. Diferentemente das políticas de Educação e Saúde, com longa trajetória de existência das escolas, creches e centros de saúde, a oferta estatal da Assistência Social se viabiliza pela primeira vez pelos CRAS.

Dos 11 CRAS existentes em Campinas, quatro funcionam em imóveis alugados (Espaço Esperança, Bandeiras, Flamboyant e São Luís), sendo que três destes com condições limitadas de estrutura física para o funcionamento do Serviço (acessibilidade, almoxarifado, poucas salas, ausência de salas para mais de 15 pessoas). O ID-CRAS (2012) atribuiu conceito regular e insuficiente para a dimensão estrutura física dos CRAS no município.

Até o final de 2014, será inaugurada a nova sede do CRAS Espaço Esperança, construída com recursos do PAC e finalizada a reforma do espaço Homem de Mello, que sediará o CRAS São Luís. A reforma, contudo, ainda não contempla um espaço físico de acordo com as normativas do MDS.

O 12º CRAS será inaugurado em 2014, constituindo o CRAS Florence e no primeiro semestre 2015 será inaugurado o CRAS São Domingos, que será o 13º CRAS do município.

Quanto aos processos de trabalho, constata-se a necessidade de padronização das ofertas (ações comunitárias, grupos, ações particularizadas, oficinas com famílias), uma vez que as ações se diversificam de acordo com as características e especificidades de cada serviço (por exemplo, como

a recepção é realizada, quais profissionais executam o acolhimento individual ou grupal). O Anexo I apresenta uma matriz das ações desenvolvidas pelos CRAS.

As equipes dos CRAS identificam um forte predomínio de ações particularizadas, com foco no atendimento de notificações do Conselho Tutelar e de programas de transferência de renda. Impõe-se assim, o desafio de inversão desta lógica para o investimento em ações coletivas e comunitárias. A forte demanda de atendimentos individualizados sobrepõe o investimento das equipes no diagnóstico territorial e no planejamento nas ações de articulação entre os serviços, de mobilização comunitária e de ações comunitárias com caráter preventivo.

Compreende-se assim, o desafio da concepção de processo contínuo e planejado para o reordenamento do PAIF. A implementação deste reordenamento, no entanto, além do processo formativo desenvolvido nos últimos anos, depende de outras ações no âmbito da gestão, que vão desde a ampliação das equipes e até mesmo a criação de novas unidades, com o redimensionamento dos territórios de abrangência de cada equipamento.

Divulgação



Fachada CRAS Novo Tempo – Visita técnica aos equipamentos e serviços

## 2.4. DAS

O Município de Campinas na gestão de 1993/1996, como proposta de governo, vivenciou a primeira experiência de gestão administrativa descentralizada, com a composição das Secretarias Administrativas Regionais (SARs), com o objetivo de aproximação e interlocução do Governo com a comunidade e o atendimento integrado das demandas da população. Foram criadas quatro secretarias regionais, com status de secretaria municipal com autonomia e recursos financeiros definidos, constituídas com coordenadorias representativas das Secretarias Setoriais de Educação, Saúde, Habitação, Assistência Social, de Infraestrutura, Recursos Humanos e Finanças.

Na gestão seguinte (1997/2000) houve um retrocesso do processo, voltando-se ao modelo centralizado de gestão administrativa e conseqüentemente das ações. As SARs perderam o status

de Secretaria e passaram a ser denominadas de Departamento Regional de Operações (DROS), responsável pelo atendimento da população e operacionalização dos programas e projetos. No decorrer dessa gestão os DROS perderam o fôlego no que diz respeito à ação descentralizada e as Secretarias Setoriais foram desfazendo as Coordenadorias dentro dos Departamentos Regionais. A Secretaria de Assistência Social, embora mais tímida, manteve suas ações descentralizadas de atendimento da população e a operacionalização dos programas e projetos.

Posteriormente, na gestão de 2001/2004 os DROS foram extintos e as ações da Secretaria de Assistência Social se mantiveram. Organizadas por intermédio das Coordenadorias Regionais de Assistência Social (CRAS) nas cinco regiões, a descentralização foi resgatada com forte propósito do trabalho territorializado, por meio da Ação Comunitária nos micro territórios buscando o protagonismo, mobilização e participação popular, a busca pelo trabalho em rede intersetorial, a integralidade das ações e também vivenciou a experiência do Orçamento Participativo.

Em 2005, o Município faz a adesão ao SUAS e mantém na sua organização, agora denominados de Distritos de Assistência Social que cumprem, historicamente, um papel importantíssimo no processo de gestão e articulação da rede e serviços socioassistenciais e intersetorial de políticas no macro território, na consolidação dos CRAS e atendimento à população das áreas que não têm cobertura.

Entendemos que a manutenção dos DAS, se dá na perspectiva da gerência do macro território, dado a extensão territorial, populacional e especificidades das regiões do Município, bem como, os grandes desafios de gestão e operacionalização do SUAS, já sentidos pelas grandes Metrôpoles. Na construção do diagnóstico, planejamento e indicadores do macro território em estreita articulação com a Vigilância Socioassistencial e com as demais políticas setoriais.

O Anexo I elaborado pelos profissionais dos DAS durante o processo de formação realizado com o Instituto Paulo Freire, em 2014, sintetiza as condições físicas, de recursos humanos, principais demandas e fluxo de atendimento das diferentes unidades. Quadro 4: síntese as condições físicas, de recursos humanos, principais demandas e fluxo de atendimento das diferentes unidades - DAS.

Divulgação



Distrito de Assistência Social DAS Leste – Visita técnica aos equipamentos e serviços

Observam-se a partir destes apontamentos os desafios para a qualificação da ação de atendimento dos DAS nas áreas fora do território de abrangência dos CRAS. É importante destacar que, considerando a grande extensão territorial sob responsabilidade dos DAS, existem dificuldades de acesso da população às unidades de atendimento.

Além disto, o Cadastro Único em Campinas foi inicialmente constituído de forma centralizada. A descentralização da equipe do Cadastro Único foi acentuada nos últimos dois anos, com a constituição de postos de atendimento nos DAS. Este processo impõe o desafio de incorporação deste serviço à equipe do DAS.

A organização dos atendimentos possui suas especificidades, considerando a realidade local, observando-se a necessidade de adequação dos processos de recepção, buscando sua qualificação no acolhimento do usuário no Serviço, bem como nos processos de trabalho.

Há semelhança, contudo, entre as principais demandas, fluxos e perfil dos usuários atendidos.

## 2.5. SCFV

No início da década de 1980, no município de Campinas, foi implantado o Programa de Núcleos atendendo a reivindicações da população dos bairros periféricos, especialmente mães que não tinham onde deixar seus filhos (entre 7 e 14 anos) durante o contraturno escolar, enquanto trabalhavam. Tal programa não constou em nenhuma lei, decreto, diretriz ou portaria que regulamentasse sua criação ou expusesse seus objetivos. O registro mais antigo encontrado sobre o programa refere-se ao Núcleo Comunitário de Menores:

*Em 1984, devido à realidade de pobreza, subnutrição e desagregação familiar, onde a marginalidade e a marginalização são respostas a esse quadro, a Prefeitura Municipal de Campinas implanta o Núcleo Comunitário de Menores. [...] O desenvolvimento do trabalho objetiva ocupar o tempo ‘ocioso’ da criança com atividades que facilitem a socialização e o afloramento de características próprias à personalidade social e cultural de suas famílias. (SMAS, 1985 apud SANTIEFF, 2002).*

Observa-se um programa com caráter assistencialista, cuja principal característica era a proteção das crianças a partir da ocupação do seu tempo ocioso evitando que ficassem nas ruas, oferecendo atividades que buscavam desenvolver habilidades para o enfrentamento da vida.

Em 1986, o programa é descrito como:

*Equipamentos onde menores de ambos os sexos, de 7 a 14 anos podem permanecer durante o período em que não se encontram na escola. Objetiva integrar o menor e sua família na comunidade favorecendo a convivência social e propiciando oportunidades de discussão, reflexão e ampliação do universo de informação do menor. (CAMPINAS, 1986 apud OLIVEIRA, 2008)*

A partir de 1989, após discussão entorno do estigma no termo ‘menor’, o serviço passou a ser nomeado como Núcleo Comunitário de Crianças. Em 1993, o programa tinha por objetivo proporcionar proteção, alimentação e formação por meio da mediação de um adulto e da criação de

recursos educativos. Em 2001, ocorreu uma atualização do objetivo:

*Atuar em caráter preventivo, cumprindo um papel fundamental nos eixos básicos da Assistência Social: inclusão, prevenção, proteção e promoção de crianças e adolescentes e famílias, por meio de atividades socioeducativas, recreativas, lúdicas e de formação.*

*Proporcionar às crianças e aos adolescentes, mediante atividades recreativas, esportivas, culturais, artesanais e de complementação escolar e alimentar, oportunidades de crescimento, desenvolvimento e formação, atendendo o disposto no ECA (proteção, alimentação e formação).*

*Ampliação de seu universo cultural e informacional.*

*Atendimento do grupo familiar de forma integral. (CAMPINAS, 2003)*

A fim de ir ao encontro das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, o MDS por intermédio da SNAS e do CNAS, aprovou a PNAS (2004) objetivando o redesenho desta política, na perspectiva de implementação do SUAS, materializando as diretrizes da LOAS. Destacando a Proteção Social Básica:

*São considerados serviços de proteção básica de Assistência Social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, por meio do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho. (BRASIL, 2004)*

Neste sentido, os serviços socioassistenciais foram revistos, repensados e ampliados. Os Núcleos Comunitários de Crianças e Adolescentes passaram a se chamar Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, constituindo-se em um serviço realizado a partir de grupos heterogêneos e intergeracionais de forma a promover situações desafiadoras, estimulando e orientando os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território, na comunidade.

Para tanto, uma gestão descentralizada e participativa como proposto pela LOAS, implica na participação popular, na autonomia da gestão municipal, potencializando a divisão de responsabilidades e no cofinanciamento entre as esferas de governo e a sociedade civil.

Historicamente, o município de Campinas já contou com a execução direta de 17 Núcleos Comunitários de Crianças e Adolescentes: Jardim São Marcos, Espaço Esperança, Vila Ipê, Vila Esmeraldina, Jardim Carlos Lourenço, Vila Formosa, Vila Rica, Vila Costa e Silva, Vila Nogueira, Vila 31 de Março, Jardim Nilópolis, Jardim Maria Rosa, Jardim Proflurb, Vila União, Jardim Santa Rosa, Parque Floresta e Vida Nova. Desde 2008, as unidades gradualmente foram repassadas para a administração de ONGs por meio de parcerias.

Em 2009, foi aprovada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a qual descreve o SCFV:

*Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (MDS, 2009)*

Transforma-se a lógica assistencialista. Não se busca adaptar o ser humano ao seu meio social, ele é compreendido como sujeito ativo, capaz de se transformar e transformar o seu entorno.

Desde a Resolução CNAS Nº 01, de 21 de fevereiro de 2013, o SCFV passa por um processo de reordenamento, o qual implica no cumprimento dos parâmetros da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a adoção de novos parâmetros da oferta – público prioritário e do cofinanciamento. Quanto ao público prioritário, estabelece-se que 50% das vagas devem destinar-se a crianças, adolescentes e pessoas idosas em maior vulnerabilidade, isto é:

*I - em situação de isolamento;*

*II - trabalho infantil;*

*III - vivência de violência e, ou negligência;*

*IV - fora da escola ou com defasagem escolar superior a dois anos;*

*V - em situação de acolhimento;*

*VI - em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;*

*VII - egressos de medidas socioeducativas;*

*VIII - situação de abuso e/ou exploração sexual;*

*IX - com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;*

*X - crianças e adolescentes em situação de rua;*

*XI - vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência;*

*(Resolução CNAS Nº 01/2013, Art. 3º.)*

O reordenamento do SCFV tem os seguintes objetivos: unificar a lógica do cofinanciamento federal, facilitar a execução do Serviço, planejar de acordo com a realidade local, potencializar a inclusão do público prioritário, garantir serviços continuados e equalizar/uniformizar a oferta.

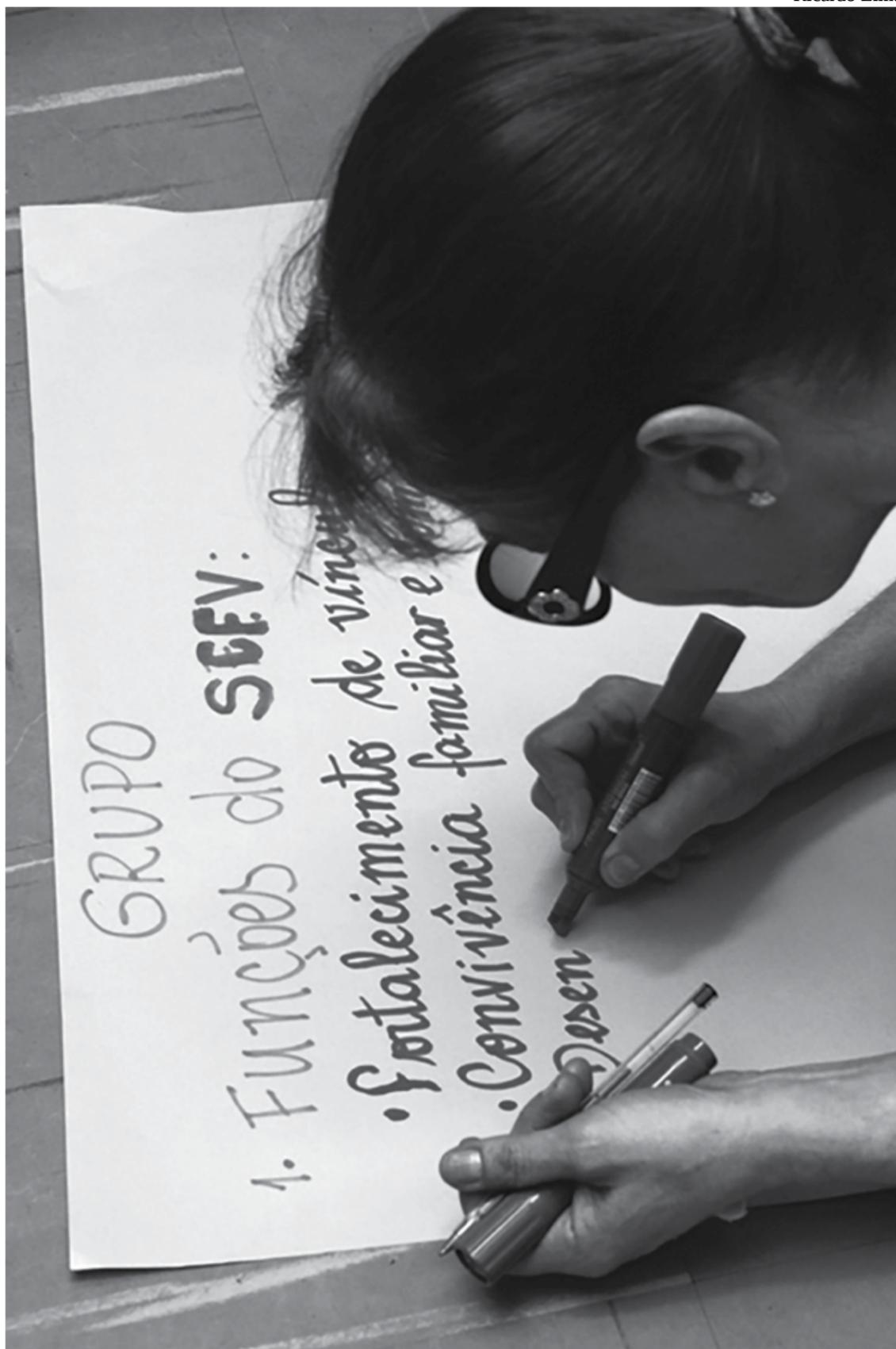
Visando ultrapassar a característica histórica do serviço – a oferta de atividades desconectadas e desarticuladas, justificadas pela necessidade de “ocupar o tempo” – e constituir-se enquanto política pública, o PMAS (2014-2017) propõe:

*A construção de uma concepção de fortalecimento de vínculos no âmbito da proteção básica de Assistência Social se anuncia e se configura como um desafio de extrema relevância porque contribui com a sedimentação do entendimento de que lidar com vulnerabilidades do campo relacional é uma responsabilidade pública (...), pois o trânsito do ambiente individual para o social é a raiz fundante da política pública que exige seu distanciamento da mediação da benemerência ou da caridade. (SPOSATI, 2009 apud PMAS, 2014-2017)*

O Anexo I demonstra um recorte dos SCFV de Campinas, uma vez que o município conta com três instituições públicas e 128 entidades cofinanciadas, porém, participaram da Formação profissionais de 54 SCFV. No entanto, o registro não foi preenchido por todos os SCFV participantes.

Observamos a partir dos dados apresentados que, a estrutura das organizações são distintas, assim como seu modo de funcionamento, público atendido e atividades desenvolvidas. Reflexo das características de cada região e do reordenamento. Apesar disso, por intermédio dos encontros na capacitação, criou-se um espaço de discussões entre estes serviços, permitindo a identificação de pontos em comum, especialmente os relacionados às dificuldades enfrentadas como:

- Ações confusas e distantes do ideal. Quando se trata de garantia de direitos, os SCFV são configurados de forma desordenada atendendo mais às missões individuais das organizações, do que propriamente as necessidades dos usuários ou dos territórios. Poucos serviços planejam as ofertas de acordo com as demandas do local, pouco ou quase nada se faz em prol da apropriação dos espaços públicos e participação comunitária distanciando-se cada vez mais do protagonismo no território.
- Não há uma concepção unificada do público prioritário, dificultando em alguns territórios, a potencialização, identificação e inserção do público prioritário.
- Existem dúvidas ao formular as propostas sociopedagógicas. Por vezes, confunde-se o atendimento do SCFV com a Educação ou complementação da mesma ou até mesmo com a Saúde.
- Aponta-se com frequência o conflito entre o que técnicos dos serviços compreendem e o que pretendem os dirigentes das entidades prestadoras dos serviços. Soma-se o desconhecimento das políticas públicas pelos dirigentes e, nos raros momentos em que se promovem capacitações ou discussões a respeito, os técnicos são levados a representarem as entidades.
- A rotatividade de profissionais nas ONGs fragiliza o vínculo com a comunidade. Fala-se muito de pertença e pouco se faz efetivamente para que isso aconteça. A desvalorização do profissional e a discrepância entre as faixas salariais são as grandes responsáveis pela rotatividade e conseqüentemente pela vulnerabilidade das ações participativas dos usuários nos serviços.
- A intersetorialidade é frágil e os recursos não são otimizados de maneira que possibilitem uma intervenção planejada e eficaz, o que contribui para o isolamento dos serviços.



Registro do trabalho dos grupos em cartazes – Encontro integrado CRAS-SCFV

## 2.6. Elementos da Leitura do Mundo sobre Participação Popular

É importante distinguir duas formas de participação: social e popular.

A Participação Social se dá nos espaços e mecanismos do controle social como nas conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas etc. São os espaços e formas de organização e atuação da Participação Social. É assim que ela é entendida, como categoria e como conceito metodológico e político, pelos gestores públicos que a promovem. Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, a fiscalização, o acompanhamento e a implementação das políticas públicas, bem como para o exercício do diálogo e de uma relação mais rotineira e orgânica entre os governos e a sociedade civil.

A Participação Popular, por outro lado, corresponde às formas mais independentes e autônomas de organização e de atuação política dos grupos das classes populares e trabalhadoras e que se constituem em movimentos sociais, associações de moradores, lutas sindicais etc. A Participação Popular corresponde a formas de luta mais direta do que a participação social, por meio de ocupações, marchas, lutas comunitárias etc.

A Participação Social dos usuários na política de Assistência Social constitui um dos principais desafios reafirmados nas deliberações da X Conferência Municipal de Assistência Social, em 2013, expresso em:

*“Criar fóruns regionais dos serviços da política de Assistência Social (com representatividade dos segmentos usuários e profissionais da rede socioassistencial), que compõe o território de abrangência dos CRAS, objetivando a discussão da gestão e o controle social, que funcione preferencialmente em horário que viabilize/priorize a participação do usuário” (PMAS, 2014, p.19).*

Reafirma-se assim a importância de não reduzir a Participação Social aos espaços dos conselhos, mas ampliá-la em novos espaços de diálogo e construção da política. A participação ativa da/com a população exige construções coletivas, a fim de promover o desenvolvimento e fortalecimento do sentimento de pertencimento e de identidade.

A rede socioassistencial pública e privada em Campinas organiza, historicamente, o processo de Participação Social por meio das reuniões intersetoriais e articulação da rede. Este processo assume características diferenciadas em cada território, sendo que nem todos os espaços contam com participação dos usuários. Neste sentido, considerando a natureza das ações pontuais do DAS, não existem estratégias para a implementação da participação dos usuários, salvo demanda específica como, as Conferências da Assistência, que representam ensaios de mobilização e participação do usuário.

A relação entre os CRAS e SCFV é incipiente, a articulação em rede é processual, no entanto, em Campinas temos valiosas iniciativas e articulações, porém a densidade das mesmas ainda é escassa. Nos relatos de experiências durante a Formação verifica-se que há muita dificuldade no envolvimento de determinados setores (alguns casos a educação não participa, noutras regiões a saúde é mais ausente, por exemplo), a participação é reconhecida como pessoal e não referendada institucionalmente pelos órgãos de origem e a participação dos usuários nas reuniões de rede ainda é irrisória. A articulação ocorre devido a situações pontuais (discussão de casos, inclusão em programas de transferência de renda ou benefícios), faltando uma atuação integrada entre a rede socioassistencial e as demais políticas públicas.

A fragilidade na articulação entre os serviços e na gestão territorial a partir das unidades estatais (CRAS e DAS) dificulta o processo de reconhecimento e constituição de identidade dos serviços da Assistência Social para a população atendida. O próprio processo de planejamento e de avaliação dos serviços não contempla a participação dos usuários da comunidade.

O rompimento com o imediatismo, com o praticismo e com individualismo é tarefa preponderante para a construção de estratégias que viabilizem a participação dos usuários. Destaca-se também o rompimento com a visão assistencialista, incluindo o usuário como partícipe da política e não meramente o destinatário da política. Contudo, o sentimento de pertença é resultante de um processo e não condição prévia.

Os desafios remetem a uma ampliação dos modos de se relacionar com o mundo (todos fazem parte da construção das políticas), a uma ampliação do olhar para o território (laços de apoio, mas também de violência e isolamento) e a uma superação das barreiras em nosso conhecimento (técnico) e nossa valoração, contrárias a vida da organização comunitária.

Para Yazbek (2008) é preciso ter clareza dos desafios, compromissos e responsabilidades para o SUAS, dentre eles:

*“Atribuir centralidade aos usuários da Assistência Social. Considero que pouco conhecemos e respeitamos esses usuários, temos dificuldades em trabalhar com eles numa direção social emancipatória, não apenas do ponto de vista individual, mas coletivo, sendo necessário o desenvolvimento de novos desenhos para trabalhar com famílias”.(p.49)*

Concordando com a autora, o PMAS (2014) reflete que é preciso tornar a participação do usuário uma ação contínua e cotidiana, por isso, “parte-se do princípio de que quanto maior a participação social e política dos cidadãos, maior o controle social das políticas públicas. E quanto mais cidadãos participam das decisões sobre os rumos dessas políticas, melhores serão os serviços públicos prestados à população” (p. 129).

Em síntese, o desafio está em reconhecer que o usuário é construtor da política e não mero receptor de serviços. Por isso, o planejamento participativo assegura a oportunidade para reunir os sujeitos e juntos construir um *sentido* eco-político-pedagógico para a Assistência Social. Tal processo de planejamento é reconhecido então como importante ato de humanização, como oportunidade para as pessoas pronunciarem as suas palavras e desejos de exercitarem sua própria autonomia como sujeitos.

## 2.7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, A. Leitura de Mundo em Paulo Freire. In: **Leitura de Mundo no Contexto da Planetarização por uma Pedagogia da Sustentabilidade**. Tese de doutorado, FEUSP, 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social. 2009b.

CAMPINAS. **Plano de Assistência Social do Município de Campinas – 2014/2017**. 2014.

YAZBEK, M.C. **Estado e Políticas Sociais. Política Social e Serviço Social: elementos históricos e debate atual**. Revista Praia Vermelha. Rio de Janeiro: UFRJ, v.18, n.1, 2008.

## Construindo o Reordenamento Institucional: o processo desenvolvido

————— CAPÍTULO 3 —————

### 3.1. Concepção da relação família, comunidade e território

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 28), “família é um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade”. É a primeira forma de socialização do indivíduo, considerando toda sua transformação, mantém em seu princípio a proteção e o cuidado, lembrando, no entanto, que esse papel não é designado apenas à família, mas também para o Estado e a sociedade em geral.

O PMAS 2014/2017 de Campinas apresenta o conceito de Família da PNAS e também o conceito construído pela equipe da média complexidade do município no processo de formação com a prof<sup>a</sup> Regina Mioto, sendo que:

*Família é o espaço de relações dinâmicas, complexas e contraditórias de socialização, de afetividade e de construção de intersubjetividades, bem como econômicas e de serviços. Configura-se, historicamente, de diferentes formas em um determinado contexto sócio-histórico, cultural, econômico e político, como um espaço de construção e reconstrução de relações, tanto internas como com a sociedade, atravessadas pela questão social (CAMPINAS, 2014, p. 59).*

O Conceito de matricialidade sociofamiliar no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) necessita de problematização, uma vez que se tomado em um sentido restrito pode representar uma prática de culpabilização das famílias ao não cumprirem com a função de proteção social, desconsiderando a ausência histórica de investimentos públicos nas regiões economicamente mais empobrecidas das cidades (CAMPINAS, 2014).

As definições de família partem ainda muitas vezes das funções ou papéis que representam:

cuidado, proteção, educação, socialização, meio de referência moral e ética. Além disso, as noções de família, incorporadas aos programas sociais brasileiros de inclusão social, continuam tomando como referência uma matriz de organização familiar das sociedades ocidentais industriais e pós-industriais (MEYER et al., 2012). Temos o desafio de refletir acerca dessa variabilidade histórica, social e cultural que permeia os conceitos gerais de família. Constitui também desafio, atender essas famílias em suas especificidades independente dos arranjos, sem preconceitos e compreendendo que num sistema complexo como o familiar pode também ocorrer desproteção e violação de direitos.

Outro aspecto a ser destacado é que as políticas públicas são atravessadas pela questão de gênero ao convocarem as mulheres como sendo o elo principal entre as políticas de inclusão social e a melhoria de condições de vida.

Problematiza-se assim o trabalho social com famílias no SUAS. O desenvolvimento do trabalho social com a família revela que a mesma é posicionada tanto como origem como instância de resolução dos problemas sociais e econômicos (MEYER et al., 2012).

A Assistência Social ao trabalhar com a família deve ofertar um espaço de escuta, permitindo assim observar a vulnerabilidade e potencialidade dos indivíduos, uma vez que cada família tem sua história e peculiaridades, ou seja, cada uma tem subjetividades próprias que necessitam ser compreendidas.

*Conforme (Costa e Aguiar, 2010) adoção do conceito “vulnerabilidade social”, é resultante do processo de concepção do SUAS enquanto uma adaptação/importação do modelo que hoje configura o Sistema Único de Saúde – SUS, uma vez que é um conceito originalmente trabalhado no contexto sanitário. Não fica claro o que a Política entende por vulnerabilidade social e nem como a sua adoção contribui para a eficácia do tratamento da questão social (p.8).*

Neste contexto, a Proteção Social Básica destaca-se pelo seu caráter inovador no SUAS, tendo como uma das suas principais ofertas, as ações preventivas, que são ofertadas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

O trabalho social com famílias depara-se com questões relacionadas ao próprio conceito de família, mas também com o desenvolvimento das ações e com as condições objetivas para isto. Na formação, alguns questionamentos foram registrados, tais como:

*“Será que de fato os Programas vêm atendendo as demandas da família?”*

*“Será que de fato estamos incluindo as famílias nos processos cotidianos de trabalho?”*

*“Será que conseguimos compreender e incorporar as mudanças das famílias que são o nosso público alvo?”*

O avanço no marco conceitual de família não necessariamente está acompanhado de sua coerência com o trabalho social desenvolvido com as famílias no SUAS.

A fragmentação das ações e da atenção à família interpela os profissionais a um olhar crítico sobre a atuação na Assistência Social.

Neste sentido:

*[...] a operacionalização da política de Assistência Social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada (BRASIL, 2004, p. 44).*

A territorialização das necessidades e potencialidades da população busca pautar não somente aspectos objetivos da realidade vivida pela população, mas incorporar a dimensão subjetiva presente nas relações entre os sujeitos e seu cotidiano de vivência.

Milton Santos (2000) traz uma abordagem conceitual sobre o uso do território que introduz à gestão das políticas públicas, uma perspectiva que vai para além da intersectorialidade como justaposição do setorial, já que o território pressupõe a unidade em si.

*“O território em si para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para análise social quando o consideramos a partir do seu uso e a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (Santos apud MEYER et al.: 2000, p.22).*

Dessa forma, o uso que os homens fazem do território, é que dá sentido à dinâmica do cotidiano e a toda e qualquer possibilidade de intervenção na realidade.

A Assistência Social avança ao incorporar categorias e conceitos que vão ao encontro do enfrentamento dessa questão, já que permite e assegura o protagonismo da população na construção de um projeto de sociedade.

KOGA e ALVES (2010, p.79), destacam como desafio:

*[...] a construção de uma rede efetiva de proteção social, por meio dos CRAS que esteja no território e com o território enquanto uma presença do Estado que vai para além de uma função equipamentista, pois se constitui em mais um ator social no cotidiano da dinâmica de vida da população.*

Hoje em Campinas, o foco das ações da Proteção Social Básica tem se constituído nos atendimentos individuais em detrimento às ações coletivas, muito em resposta aos Programas de Transferência de Renda e mais especificamente, às famílias em descumprimento de condicionalidades.

Entretanto, se faz necessário a inversão desta lógica, priorizando um conjunto de ações que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários e que os serviços sejam conhecidos e reconhecidos pelos indivíduos, famílias e comunidades, respondendo à diversidade e particularidade de cada território, estimulando a participação das famílias no planejamento, na execução e na avaliação de todas as atividades nas quais estiverem envolvidas de forma a promover o protagonismo.

Para tanto, constitui desafio o redimensionamento dos territórios de cobertura dos CRAS, a implantação de novos CRAS, a qualificação e expansão dos SCFV, a ampliação em investimento físico, material, em recursos humanos, a qualificação das ações existentes, a educação permanente

para os trabalhadores do Sistema, com vistas ao fortalecimento dos espaços que possibilitem o acesso da comunidade aos serviços, à discussão da política de assistência e do controle social com representatividade dos segmentos de usuários, profissionais da rede socioassistencial e demais atores que compõem o território.

## Referências:

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Norma Operacional Básica

NOB/SUAS. Brasília, Novembro 2004.

CAMPINAS. Plano de Assistência Social do Município de Campinas – 2014/2017. 2014.

COSTA, F. S. de M; AGUIAR, N. de S. Centros de Referência da Assistência Social – CRAS: materializações e contradições da Política Nacional de Assistência Social. Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal, nov.2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br>. Acesso em: 01/12/14.

KOGA, D. e ALVES, V. A. A interlocução do Território na Agenda das Políticas Sociais. Revista Serviço Social & Saúde, Campinas, V IX, n. 9. jul., 2010.

MEYER, D., KLEIN, C. e Prezzi, L. Noções de família em políticas de ‘inclusão social’ no Brasil contemporâneo. Estudos Feministas, Florianópolis, mai./ago., 2012.

## 3.2. O processo formativo (avanços e dificuldades)

Em 2014, a formação com Instituto Paulo Freire foi ampliada para participação de **todos os profissionais de nível superior da Proteção Social Básica** no município, um público participante de profissionais dos SCFV (unidades executoras cofinanciadas e unidades públicas), dos CRAS, dos DAS, da gestão da PSB e da Vigilância Socioassistencial (CSAC). Tratou-se da **primeira Formação com a execução direta do PAIF pelos CRAS** no município e **a primeira formação com abrangência de todos os serviços da Proteção Social Básica**. A relevância deste apontamento deve-se à possibilidade de discussão e aprofundamento sobre as concepções e diretrizes da Proteção Social Básica, considerando o cenário de implantação do SUAS no município.

O processo formativo contou com dois seminários (um no início e outro no final), Leitura do Mundo, sobre o trabalho da rede socioassistencial em Campinas; Formação Inicial e Formação Continuada (encontros presenciais e atividades por meio da plataforma de Educação à Distância). A participação foi organizada em quatro turmas: 1- Grupo coordenador, composto por Coordenação da Proteção Social Básica, coordenadores dos DAS, representantes dos CRAS, representantes da Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle (CSAC), representantes da FEAC e representantes do SCFV; 2- Grupo do DAS; 3- Grupo do CRAS; 4- Grupo dos SCFV.

A escolha das representações dos CRAS e DAS no Grupo Coordenador ocorreu nas reuniões de equipe dos DAS e dos CRAS de cada região. Os representantes do SCFV foram indicados pelos participantes das turmas deste Serviço.

Nos meses de agosto e setembro de 2014, foram realizados Encontros Integrados entre as turmas de DAS e SCFV e de CRAS e SCFV.

Por consequência do não preenchimento de uma das turmas prevista para a Formação, este horário foi organizado para a realização de visitas técnicas dos educadores do IPF aos equipamentos (unidades estatais: CRAS e DAS) no período de maio a setembro de 2014. O objetivo foi promover a observação contextualizada da atuação, a aproximação dos formadores com as equipes técnicas e a escuta qualificada dos desafios locais para o reordenamento institucional dos serviços.

O Objetivo da Formação:

*Assessorar a equipe de Gestão de Proteção Social Básica e de coordenação dos serviços na compreensão e encaminhamento do reordenamento institucional previsto na política Nacional de Assistência Social e articular e monitorar as ações relativas ao processo de formação, por meio do aprimoramento da atuação na Rede Socioassistencial do município de Campinas, numa perspectiva crítico-reflexivo-propositiva (IPF, 2014, p. 9).*

Os objetivos específicos foram: aprofundar as concepções que orientam a Política Nacional de Assistência Social; subsidiar a equipe para a reflexão e apropriação de conteúdos e estratégias que qualifiquem as ações desenvolvidas nos CRAS, nos SCFV e nos DAS; aprimorar o desempenho das funções de gestão e operação dos serviços contribuindo para o desenvolvimento de serviços de qualidade; articular e monitorar as ações relativas ao processo de formação.

A Composição do Grupo Coordenador, em 2014, diferiu dos anos de 2012 e 2013, em que foi composto exclusivamente por profissionais da gestão da Proteção Social Básica. Neste ano, o grupo coordenador ampliou a participação para além da equipe de gestão da SMCAIS, para os representantes dos equipamentos e serviços por região.

Contudo, a construção do papel do grupo coordenador não foi tarefa simples, com muitos questionamentos quanto aos objetivos da participação de técnicos dos CRAS e dos DAS e com posicionamento da região Noroeste por não indicar representação para o grupo coordenador. No entanto, outra mudança relevante na composição dos grupos foi a não participação da equipe de gestão nas turmas de CRAS, DAS e SCFV, limitando-se ao Grupo Coordenador. Por conta disso, a participação de representantes dos serviços foi fundamental para monitoramento e avaliação do processo formativo. Ainda assim, a junção de gestores e representantes de trabalhadores dos serviços das unidades estatais (CRAS e DAS) em um único grupo exigiu a disponibilidade permanente para o diálogo e problematização da realidade na metodologia Freireana.



Encontros Integrados dos Serviços e Equipamentos da Proteção Social Básica – Agosto e Setembro de 2014

O tempo foi o principal obstáculo de todo o processo, uma vez que o reordenamento institucional em curso apresenta demandas de densidade significativa e que não se esgotam em um processo de formação.

Além disso, a inversão total de execução do PAIF, a partir de 2014, exigirá a constituição de outros espaços de diálogo, que alinhem as diretrizes e desafios do reordenamento da Proteção Social Básica.

A recomposição das equipes dos CRAS, após uma década sem concurso público acrescido das mudanças na gestão da Proteção Social Básica e do DOAS compõem um cenário desafiador, em que fluxos de comunicação e de processos de trabalho ainda necessitam de aperfeiçoamento.

Os conflitos estiveram presentes na formação, seja no questionamento da própria formação e da interlocução entre trabalhadores e gestão, desafio que reforça a importância de investimento em uma gestão participativa, organizada de forma descentralizada e compartilhada com os diversos níveis hierárquicos do SUAS (CAMPINAS, 2014).

Neste sentido, o PMAS 2014/2017 assume como desafios:

*Construção de um pacto institucional permanente de gestão que imprima gestão compartilhada, unidade de propósitos e visão de conjunto entre todos os níveis de gestão, partilhado pelos trabalhadores; [...]*

*Alinhamento de processos, fluxos de trabalho e definição de Protocolos de atendimento para padronização da ação dos CRAS e CREAS e dos demais serviços de proteção especial (CAMPINAS, 2014, p.15).*

Cabe destacar que a constituição de uma turma específica para os profissionais de DAS representou uma conquista para o reconhecimento deste equipamento da Proteção Social Básica

e da natureza das ações desenvolvidas pelos profissionais. Esta foi a primeira formação que contemplou desta maneira os DAS, que permitiu um reconhecimento das ações, dos trabalhadores e da necessidade de se avançar na definição das especificidades, dos limites e das perspectivas do serviço.

Por tratar-se de serviço em reordenamento, as turmas específicas do SCFV também possibilitaram a discussão de especificidades sobre a natureza do serviço. Contudo, ainda constitui desafio a participação efetiva e integral dos profissionais da rede socioassistencial privada em processos continuados de educação permanente no SUAS.

A participação de profissionais, tanto do poder público como da rede privada, é outro avanço significativo para a construção da identidade dos trabalhadores da Proteção Social Básica e do SUAS.

A garantia de um espaço de formação para profissionais da Proteção Social Básica ao longo destes anos também é um avanço, em conformidade com a NOB-RH e com a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS:

*No âmbito organizacional do SUAS, a implantação da perspectiva da Educação Permanente deve partir do reconhecimento da centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais relacionadas à gestão participativa e ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais para a estruturação dos processos de planejamento e implementação de ações de formação e capacitação (BRASIL, 2013, p.34).*

Por fim, a produção desta publicação alimenta e direciona os próximos passos no reordenamento institucional da Proteção Social Básica no município de Campinas.

## Referências

- BRASIL. Ministério do desenvolvimento Social. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Brasília, 2013.
- CAMPINAS. Plano de Assistência Social do Município de Campinas – 2014/2017. 2014.
- INSTITUTO PAULO FREIRE. Caderno de Formação – Grupo Coordenadores, São Paulo, 2014.

### 3.3. Desafios do reordenamento institucional

O reordenamento institucional da Proteção Social Básica, em Campinas, engloba todos os equipamentos e serviços existentes: CRAS, DAS e SCFV. Trata-se de um processo em curso, com muitos desafios, que requisitarão o dimensionamento e o redimensionamento das ações em seu desenvolvimento.

O reordenamento dos CRAS, no município, abrange todas as ações necessárias para a execução direta do PAIF, além do alinhamento de fluxos e processos de trabalho das unidades estatais existentes.

O reordenamento dos DAS contempla a definição das ações desenvolvidas por este serviço,

considerando a permanência de sua natureza de atendimento e de gestão territorial até que se avance no número de CRAS implantados no município.

Constitui o reordenamento do SCFV tanto o cumprimento da caracterização do mesmo na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, quanto a priorização do público em vulnerabilidade social, na proporção mínima de 50%, conforme a Resolução CNAS 001/2013.

Durante a formação do Instituto Paulo Freire com a Proteção Social Básica, alguns desafios para o reordenamento institucional (DAS, CRAS e SCFV) foram formulados pelos participantes:

- **Participação das famílias:** estimular a reflexão, participação política e a autonomia das famílias; estimular a participação das famílias no planejamento, na execução e na avaliação de todas as atividades nas quais estiverem envolvidas nos serviços, de forma a promover seu protagonismo; relacionar a história das famílias com a história e o contexto do território em que vivem, a fim de fortalecer seu sentimento de pertença e coletividade; atender as famílias em suas especificidades.
- **Participação popular:** desenvolver mecanismos de participação popular e conseqüentemente o exercício do protagonismo das pessoas atendidas nos programas sociais, sendo necessário problematizar o formato dos programas e o desenvolvimento das ações com os usuários.
- **Serviços e Benefícios:** equilibrar a proporção entre benefícios e serviços para acesso da população e articulá-los, pois o foco acaba sendo nos programas de transferência de renda, pela demanda e necessidade de ações complementares que estes exigem. Importante destacar que o município não possui regulamentados os benefícios eventuais. Os atendimentos são pautados com predominância na lógica emergencial, com baixo investimento na promoção e prevenção.
- **Organização e condições de trabalho nos serviços:** a grande dificuldade é estrutural. Faltam espaços adequados (estrutura física e acessibilidade), atividades que estimulem a participação popular e flexibilização de horários que propiciem de fato a participação da população.
- **Investimento na Assistência Social:** a Assistência Social dispõe de investimentos muito baixos para programas, projetos e serviços a serem desenvolvidos, e esse fator incide diretamente nos números de beneficiados atendidos no território e na qualidade das ações desenvolvidas.
- **Fortalecimento de vínculos comunitários:** qualificar e ampliar espaços de convivência, em um conjunto de ações que priorize as relações comunitárias de troca e solidariedade e que estejam articuladas com programas e projetos de outras políticas. Avançar assim, no reordenamento do SCFV e fortalecimento dos princípios do SUAS, por exemplo, laicidade.
- **Readequar a gestão macro dos territórios:** os CRAS estão localizados em territórios superdimensionados (mais de 5.000 famílias referenciadas), o que implica dificuldade em realizar um trabalho mais próximo e contínuo à população. É necessário rever a dimensão dos territórios, o que exigirá a ampliação do número de CRAS existentes. Além disso, existem diferenças na divisão territorial entre as políticas públicas.
- **Barreiras do território:** os serviços da Proteção Social Básica localizam-se em áreas extremamente vulneráveis, com alto índice de violência urbana e com áreas de tráfico de drogas intenso, em que algumas vezes até os profissionais se sentem ameaçados. Necessidade de capacitação e supervisão permanente, além de investimento em ações, tais como: crachás de identificação, placas de identificação nos carros, utilização de carros sem insulfilme, entre outros.

- **Encaminhamentos e estudos de casos:** necessidade de estabelecer fluxos, protocolos e espaços de discussão de casos, entre as proteções do SUAS e entre os serviços da rede e com o Sistema de Garantia de Direitos. Além disso, é imprescindível a ampliação de atendimento nos serviços das proteções social básica e especial.
- **Investimento na Proteção Social Básica:** compreendendo que na Proteção Social Básica as ferramentas metodológicas devem se adaptar a realidade de cada território, priorizando ações preventivas por meio de atividades coletivas, o que demanda maior aporte de recursos materiais, sendo nosso maior desafio o acesso e a maior transparência a esses recursos, em função de entraves burocráticos da Gestão Pública. O investimento no SUAS significa expansão e qualificação dos serviços socioassistenciais nas unidades cofinanciadas e públicas.
- **Educação permanente:** há necessidade de capacitação e supervisão permanente para as equipes, para que o trabalho não seja influenciado por valores pessoais. Necessidade de um espaço contínuo para o exercício da visão crítica e a apropriação teórico-metodológica.
- **Ampliação das equipes:** investimento em concurso público permanente para ampliação das equipes das unidades estatais conforme preconiza as legislações do SUAS.
- **Implantação da área de Gestão do Trabalho:** efetivar a implantação desta área prevista no SUAS.
- **Regulamentação municipal do SUAS:** construir coletivamente regulamentações e legislação municipal do SUAS.

Fundamental ressaltar que apesar dos limites e desafios, a implantação do SUAS também representa um campo de possibilidades, como assinala RAICHELIS e NERY (2014 apud, p.224):

*A existência dos CRAS e CREAS, como unidades públicas estatais, cria oportunidade inédita de qualificação e articulação dos serviços, programas, projetos e benefícios voltados ao atendimento das necessidades sociais e direitos da população nos seus territórios de abrangência. A presença do Estado nos territórios de proximidade da população é, ao mesmo tempo, condição para a efetivação do SUAS e criação de um campo de tensionamento que aprofunda as contradições que podem estimular a organização popular, ao tornar visível os critérios restritivos de acesso a serviços e benefícios socioassistenciais para toda a população que deles necessitar, distantes da universalidade requerida às respostas estatais.*

Concordando com a autora fica evidenciada que a política de Assistência Social é um espaço potencializador da organização popular e da intervenção política. Desse modo, o território como espaço vivo expressa as diversas expressões da questão social e desafia os diversos sujeitos coletivos a formularem estratégias para o seu enfrentamento.

### 3.4. Perspectivas do processo: os próximos passos

*O reordenamento institucional se constitui em um novo paradigma na Política Social que deve ser incorporado por toda a rede de atendimento no país, sendo*

*que reordenar o atendimento significa, portanto reorientar as redes pública e privada (IPF,2014 In: BRASIL,2006, p.67)*

O reordenamento da Proteção Social Básica, em Campinas, contém processos que se diferenciam entre si, mas que possuem o objetivo comum de qualificar e de padronizar as ações dos serviços envolvidos. Neste sentido, engloba o desafio de compor e qualificar as unidades estatais (DAS e CRAS) em suas especificidades e integrar os serviços públicos e a rede de organizações da sociedade civil nos territórios.

O **reordenamento dos CRAS** se refere à reorganização das ações do PAIF no município, a partir da execução direta em 2014. O processo engloba alinhamento de processos de trabalho e estabelecimento de fluxos, inclusive de comunicação, para além dos mecanismos e dos funcionamentos já existentes. Para tanto, os próximos passos se direcionam para a necessidade de Educação permanente para os trabalhadores, de profissionalização da Gestão Pública, de realização de concurso público permanente e de ampliação orçamentária da Assistência Social para a qualificação das ações da Proteção Social Básica.

A SMCAIS realizou em junho e julho de 2014 encontros regionais com profissionais dos DAS, dos CRAS e dos SCFV públicos, que deverá ser mantido regularmente tanto para construir e monitorar os fluxos de trabalho em cada território, quanto para fortalecer a gestão territorial integrada.

Na busca pela superação da fragmentação das ações e pelo estabelecimento de fluxos no SUAS, desde agosto de 2014, a SMCAIS constituiu o **GT Interproteções**, conforme definição do PMAS 2014/2017:

*Como mecanismo de gestão, propõe-se que em 2014 seja instituído um ‘Grupo de Trabalho Interproteções’, que terá como objetivo o monitoramento e a avaliação de protocolos e fluxos bem como a efetivação do protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e transferência de Renda no âmbito do SUAS (CAMPINAS, 2014, p. 45).*

Representa um avanço significativo na construção e aperfeiçoamento de fluxos de trabalho.

O reordenamento do SCFV foi marcado por um Encontro com a rede socioassistencial privada executora do SCFV, em outubro de 2013 para apresentação do passo a passo do reordenamento SCFV/MDS. Em dezembro do mesmo ano, a SMCAIS realizou Seminário com diretora da Proteção Social Básica do MDS para discussão sobre o Reordenamento do SCFV com toda rede socioassistencial.

A SMCAIS constituiu, a partir de então, um grupo de trabalho interno com representantes do DOAS (direção, Proteção Social Básica, proteção social especial de média complexidade) e da Vigilância Socioassistencial (Coordenadoria Setorial de Avaliação e Controle – CSAC). O grupo de trabalho debruçou-se sobre dados do público prioritário em atendimento pelos CREAS e diagnóstico sobre a inclusão no PAEFI e no SCFV.

Em seguida, foram realizados encontros regionais com a rede socioassistencial para apresentação dos dados analisados e consolidação de um grupo de trabalho ampliado, com representantes de entidades socioassistenciais de cada região. Este grupo de trabalho tem se reunido mensalmente desde agosto de 2014 e discutido temáticas relacionadas ao reordenamento do SCFV, como por exemplo, público prioritário, aspectos metodológicos e Marco Regulatório da Sociedade Civil (Lei nº13.019/2014).

Segundo Raichelis e Nery (2014), no SUAS observa-se um duplo e contraditório movimento, a expansão com precarização como uma tendência que caracteriza o trabalho profissional no SUAS. São desafios imensos para um trabalho complexo e especializado.

Destaca-se, contudo que:

*[...] não é possível imaginar que os avanços ou recuos do trabalho profissional no SUAS possam ser autonomizados da crise contemporânea que leva à reconfiguração do capitalismo, do Estado e do mundo do trabalho, com ressignificações nas políticas sociais e nos espaços institucionais em que elas se plasmam (RAICHELIS e NERY, 2014, p. 229).*

O reordenamento da Proteção Social Básica exigirá enfim, mudanças de concepção, gestão e método e esforços de planejamento comprometidos com os vários desafios que compõem o processo e com os vários atores envolvidos, na perspectiva de um processo em construção, com tensionamentos e possibilidades.

Por fim:

*A compreensão da história como possibilidade e não determinismo, [...] seria ininteligível sem o sonho, assim como a concepção determinista se sente incompatível com ele e, por isso, o nega (FREIRE, p.48).*

Que os próximos passos do reordenamento da Proteção Social Básica, em Campinas, sigam na trilha do sonho e da construção de ações que fortaleçam o SUAS e a defesa de direitos socioassistenciais.

Divulgação



Seminário: Desafios da Proteção Social Básica de Campinas – Abril de 2014

## Referências:

BRASIL, Lei 13019/2014 de 31 de julho de 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm). Acesso em: 01/12/14.

CAMPINAS. Plano de Assistência Social do Município de Campinas – 2014/2017. 2014.

COSTA, F.S.N e AGUIAR, N.S. Centros de Referência da Assistência Social – CRAS: materializações e contradições da Política Nacional de Assistência Social. Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal, nov.2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais>. Acesso em: 01/12/14.

FREIRE, P. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: 1992.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013. DOU. Brasília 26 fev.2013.

RAICHELIS, R.; NERY, V. A inserção do assistente social e do psicólogo no SUAS: uma contribuição ao debate. In: Romagnoli, R.C.; Moreira, M.I.C. (orgs.). SUAS – a articulação entre Psicologia e o Serviço Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas. Curitiba. 2014.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Caderno de Formação – Grupo Coordenadores, São Paulo, 2014.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Caderno de Formação – Grupo DAS, São Paulo, 2014.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Caderno de Formação – Grupo CRAS, São Paulo, 2014.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Caderno de Formação – Grupo SCFV, São Paulo, 2014.

## Compilação de Dados das Regiões de Campinas

— ANEXO I —

### Região Leste

#### **DAS - Distrito de Assistência Social Leste**

**ENDEREÇO:** Av. Moraes Salles, 1.799 – Cambuí

**TELEFONES:** (19) 3251-4333 / 3241-9434 / 3295-5519

**E-MAIL:** [das.leste@campinas.sp.gov.br](mailto:das.leste@campinas.sp.gov.br)

**EQUIPE:** 01 coordenador psicólogo, 02 assistentes sociais, 01 agente administrativo, 01 apoio operacional (guarda), 03 apoios operacionais (limpeza), 01 motorista (terceirizado), 02 vigilantes (terceirizados).

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (próprio ou cedido): \*, 01 recepção, 01 sala da administrativa, 01 sala da coordenação, 01 sala de reunião, 01 sala do serviço social, 01 sala de atendimento delimitada por divisórias, com porta, mas sem janela (utiliza para ventilação uma fresta do vitrô da sala do Serviço Social), 01 cozinha, 01 almoxarifado, 02 banheiros de funcionários, 03 banheiros de usuários, sendo 01 para pessoas com deficiência.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** diariamente, das 8h às 16h – Atendimento social.

Segundas e quartas, das 8h às 11h (Região Central, Sousas e Joaquim Egídio). Terças e quintas, das 8h às 11h (Região Costa e Silva, Taquaral e Carlos Gomes).

**FLUXOS:** procura espontânea, referenciamento de serviços da saúde e da assistência, do Conselho Tutelar, Vara da Infância, Ministério Público e outros.

**QUEM PROCURA:** todos os segmentos, mas em sua maioria mulheres.

**DEMANDAS RECORRENTES:**

a) por meio do referenciamento dos serviços: solicitação de estudo social, solicitação de entrevista domiciliar.

b) por meio de procura espontânea: solicitação de recursos, como inclusão em programas de transferência de renda, encaminhamentos para documentação, informações sobre cursos, cestas básicas e auxílio para transporte.

**PRIMEIRO ATENDIMENTO:** o usuário é atendido pela recepção e encaminhado para o Serviço Social. Como o DAS não realiza acompanhamento, apenas atendimentos pontuais, geralmente não há seguimento, embora em alguns casos isso aconteça na prática. Quando identificada situação de violência, referenciado ao CREAS para seguimento.

**\*Não informado**

### **CRAS – Recanto Anhumas**

**ENDEREÇO:** Rua Luisa de Gusmão, 2.200 – Vila Nogueira

**TELEFONES:** (19) 3237-1635 / 3236-8333

**E-MAIL:** cras.recantoanhumas@campinas.sp.gov.br

Área territorial km<sup>2</sup>: \*; População: \*; Nº de bairros: 12.

**EQUIPE:** técnico de referência: sim; Formação T.R.: assistente social A.S.: 03; PSI: 02; Pedagogo: 0; Agentes sociais: 03; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 02; ADM: 01; Recepcionista: 0; Cadastradores PBF: 0; Oficineiros: 02; Monitor curso livre: 01; Apoio: 01; Cozinha: 0; Faxineira: 03; Guarda: 0; Motorista 0 - Disponibilidade de veículo dias por semana: \*

**RECEPÇÃO:** orientações básicas (sobre o CRAS, cursos, alguns programas sociais, oficinas e serviços da rede), encaminhamento para acolhimento técnico e conduta.

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** \*

Atendimentos individuais ou grupais: \*

**QUEM PROCURA:** diversos, a região é bastante diversificada quanto a vulnerabilidades e demandas.

**DEMANDAS RECORRENTES:** solicitação para participar em programas de transferência de renda (BF, RC, AJ, BPC), cesta básica, documentação civil, cursos/oficinas, orientações sobre poder judiciário e habitação.

**PRIMEIRO ATENDIMENTO:** recepção: \*

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** \*

**\*Não informado**

### **CRAS FLAMBOYANT**

**ENDEREÇO:** Rua Paraibuna, 277 – Jardim Flamboyant

**TELEFONE:** (19) 3255-6401

**E-MAIL:** crasflamboyant@gmail.com

Área territorial km<sup>2</sup>: 0; População: aproximadamente 39.000 famílias; Nº de bairros: 12.

**EQUIPE:** técnico de referência: não; A.S.: 03; PSI: 02; Pedagogo: 0; Agentes sociais: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; ADM: 01; Recepcionista: 0; Cadastradores PBF: 0; Oficineiros: 0; Monitor curso livre: 01; Apoio: 0; Cozinha: 0; Faxineira: 01; Guarda: 01; Motorista: 0; Disponibilidade de veículo dias por semana: segunda e quarta, período integral/quinta e sexta, período da tarde.

**OBSERVAÇÕES:** ADM também fica na recepção.

**ESTRUTURA:** casa alugada; Recepção: 01; Sala técnicos: 02; Sala técnico de referência: \*; ADM:

não tem, ADM fica na recepção; Cozinha: 01; Copa/refeitório: utilizam a cozinha; Brinquedoteca: 01; Sala para CadÚnico: não; Auditório: não; Salas para atendimento individual: 02 salas de atendimento; Salas para atendimento em grupos: 02 espaços adaptados para grupos (pátios). Não há acessibilidade para o espaço das oficinas e brinquedoteca pois há escadas; Sala Multiuso: não; Sala de reunião: 1 sala de reunião (improvisada – corredor de passagem); Banheiros: 03 banheiros (01 para funcionários e 02 para usuários); Almoxarifado: Não, utilizamos armários das salas de atendimento, de técnicos e banheiros. Outros serviços: \*

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

Reunião técnica: semanal, sexta-feira pela manhã.

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** segunda-feira, período da manhã, com duas técnicas de plantão para acolhimento. Nos demais dias, há escala de revezamento sempre que há técnico disponível. Visitas domiciliares: conforme necessidade, adequada à disponibilidade de transporte. Oficinas: oficinas de artesanato, ocorrem duas vezes por semana/Oficinas Socioeducativas com adolescentes, jovens e mulheres – Observações: aberta aos homens, porém não há participação. Cadastro PBF: encaminhamos para o Posto de Cadastramento, localizado no DAS – Leste.

Reuniões com usuários do PBF: descumprimento.

**FLUXOS:** recepção faz orientações básicas ao usuário (sobre o CRAS, cursos, PTRs, oficinas etc).

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** realizada pelos técnicos; Atendimentos individuais ou grupais: \*

**QUEM PROCURA:** mulheres chefes de família jovens e adultas.

**DEMANDAS RECORRENTES:** solicitação de inclusão em Programas de Transferência de Renda (principalmente Bolsa Família e Ação Jovem); Cesta Básica; Documentação Civil.

**PRIMEIRO ATENDIMENTO:** realizado pelo auxiliar administrativo, na recepção.

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** forma individual pela equipe técnica (Assistente Social e Psicólogo).

**\*Não informado**

### **SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**

#### **SCFV Centro Assistencial Cândida Penteadó de Queiroz Martins**

**ENDEREÇO:** Rua Erico Veríssimo, 194 – Vila Brandina – Região: Leste

**TELEFONE:** (19) 3255-1144

**E-MAIL:** projetoceac@hotmail.com

**FAIXA ETÁRIA:** 6 a 14 anos e 11 meses.

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** 100.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 7h30 às 11h30, das 13h às 17h; sábados, das 9h às 11h30.

Programação: curso de informática para 20 crianças e adolescentes.

**EQUIPE:** coordenador: sim; A.S.: 01; Psicólogo: 0; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 0; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 0; Oficineiros (Prof.): 04; Educador social: 03; Apoio: 0; Cozinha: 0; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 03; Outros (especificar): 0.

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (Próprio ou cedido): \*; Recepção: 01; Sala Técnicos: 01; Sala Administrativo: 0; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 0; Sala de Atividades: 03; Sala Multiuso: 0; Sala de Informática: 01; Banheiros Funcionários: 0; Banheiros Usuários: 0; Banheiros PCD: 0; Almoxarifado (materiais e/ou alimentos): 02; Biblioteca/Videoteca: 01; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 01; Brinquedoteca: 01; Auditório: 0; Área Externa: 01; Quadra Poliesportiva: 0 - Outros (especificar): \*

**FLUXOS:** recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos: as famílias quando chegam ao

CEAC são atendidas pela Coordenadora/assistente social. Inicialmente, é realizada uma conversa para obter informações sobre a família e sobre a criança/adolescente. Para ingressar no serviço é obrigatório que estejam matriculadas na escola.

Posteriormente, é feita a matrícula, quando é solicitado às famílias cópias de alguns documentos e iniciam as atividades.

**OBSERVAÇÕES:** Apesar de ser um bairro de classe média alta, em seu interior, há mais de 30 anos houve uma ocupação de terras que deu origem à favela da Vila Brandina. Muitas famílias vieram de cidades como, Minas Gerais e Bahia, e até hoje há uma imigração constante desses Estados. Mesmo com alguns avanços em termos de infraestrutura, hoje em dia não há mais barracos de madeira no local. As casas são de alvenaria, porém, sem acabamentos como reboco ou pinturas. Há água encanada e energia elétrica, no entanto, o saneamento básico não está totalmente concluído e ainda podemos ver o esgoto a céu aberto em alguns pontos.

Outro problema enfrentado pelas famílias que vivem no local é o tráfico de drogas e o aliciamento de adolescentes pelos traficantes.

**QUEM PROCURA:** pais que trabalham fora o dia todo e se preocupam em deixar os filhos em um ambiente seguro, desenvolvendo atividades diversas, pois, se ficassem em casa sozinhos, estariam expostos a vários riscos.

**\*Não informado**

### **SCFV - SETA, Vila Nogueira**

**ENDEREÇO:** Rua Emílio Lang Júnior, 411 – Vila Nogueira – Região: Leste

**TELEFONES:** (19) 3579-8040 / 3325-2091

**E-MAIL:** seta@setacampinas.org.br

**FAIXA ETÁRIA:** 6 a 14 anos e 11 meses;

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** 0.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 17h.

**EQUIPE:** coordenador: Não; A.S.: 01; Psicólogo: 0; Pedagogo: 01; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 0; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 0; Oficineiros (Prof.): 0; Educador social: 02; Apoio: 01; Cozinha: 01; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0 - Outros (especificar): \*

**ESTRUTURA:** prédio da Prefeitura Municipal de Campinas; Recepção: 0; Sala Técnicos: 01; Sala Administrativo: 0; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 0; Sala de Atividades: 02; Sala Multiuso: 01; Sala de Informática: 0; Banheiros Funcionários: 0; Banheiros Usuários: 05; Banheiros PCD: 0; Almoxarifado (materiais e/ou alimentos): 02; Biblioteca/Videoteca: 0; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 01; Brinquedoteca: 0; Auditório: 0; Área Externa: 0; Quadra Poliesportiva: 0 – Outros (especificar): \*

**FLUXOS:** recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos: o primeiro atendimento se dá pela assistente social que verifica a demanda e realiza encaminhamentos conforme identificação da mesma.

**QUEM PROCURA:** moradores da região da Vila Nogueira e bairros circunvizinhos.

**\*Não informado**

### **SCFV - Centro Educacional Integrado “Padre Santi Capriotti” (CEI)**

**ENDEREÇO:** Rua Doutor Quirino, 1.856 – Centro – Região: Leste

**TELEFONES:** (19) 3233-6560 / 3233-6580

**E-MAIL:** cei@feac.org.br / adrianalopesdecampos@yahoo.com.br

**FAIXA ETÁRIA:** \*

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** 170.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 17h.

**EQUIPE:** coordenador: sim; A.S.: 01; Psicólogo: 01; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 0; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 01; Oficineiros (Prof.): 05; Educador social: 0; Apoio: 01; Cozinha: 0; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0; Outros (especificar): \*

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (Próprio ou cedido): \*

**RECEPÇÃO:** 01; Biblioteca/Videoteca: 01; Sala de Atividades: 04

**NÃO INFORMADOS:** Sala Técnicos; Sala Administrativo; Sala dos Funcionários; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião); Sala Multiuso; Sala de Informática; Banheiros Funcionários; Banheiros Usuários; Banheiros PCD; Almoxarifado (materiais e/ou alimentos); Cozinha; Copa/refeitório; Brinquedoteca; Auditório; Área Externa; Quadra Poliesportiva e Outros (especificar).

**FLUXOS:** primeiro atendimento é realizado pelo Serviço Social, instrutor da oficina optada, inclusão no programa e tomadas as medidas cabíveis de acordo com a necessidade.

**QUEM PROCURA:** idosos em situação de isolamento.

**\*Não informado**

### **SCFV - Centro Espírita Allan Kardec (CEAK) - Instituto Popular Humberto de Campos**

**ENDEREÇO:** Rua Irmã Serafina, 674 – Centro – Região: Leste

**TELEFONE:** (19) 2514-8767

**E-MAIL:** iphc.eice@yahoo.com.br

**FAIXA ETÁRIA:** 6 a 14 anos e 11 meses;

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** \*

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** atendimento social de segunda a sexta, das 8h às 17h. Atendimento às crianças/adolescentes: segunda a sexta, das 7h30 às 17h30.

**EQUIPE:** A.S.: 01; Pedagogo: 01; Educador social: 07; Cozinha: 02; Faxineira: 02.

**NÃO INFORMADOS:** Coordenador; Psicólogo; Orientadora Pedagógica; Estagiário AS; Estagiário Pedagogia; Estagiário PSI; Administrativo; Recepcionista; Agentes Sociais (monitor); Oficineiros (Prof.); Apoio; Guarda/Vigilante; Porteiro; Motorista; Voluntário – Outros.

**ESTRUTURA:** Tipo de prédio (Próprio ou cedido): \*; Recepção: \*; Sala Técnicos: 01; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 01; Sala de Atividades: 01; Sala de Informática: 01; Biblioteca/Videoteca: 02; Cozinha: 02; Copa/refeitório: 01; Brinquedoteca: 01; Auditório: 01; Quadra Poliesportiva: 01.

**NÃO INFORMADOS:** Sala Administrativo; Sala dos Funcionários; Sala Multiuso; Banheiros Funcionários; Banheiros Usuários; Banheiros PCD; Almoxarifado (materiais e/ou alimentos); Área Externa - Outros.

**FLUXOS:** recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos.

**QUEM PROCURA:** pais e/ou responsáveis pelas crianças em busca de vagas para o contraturno escolar.

**\*Não informado**

### **SCFV - Sociedade dos Irmãos da Congregação de Santa Cruz (CECOIA)**

**ENDEREÇO:** Rua Miguel Abrahão Keiralla, 61 – Jardim Conceição Sousas – Região: Leste

**TELEFONE:** (19) 3258-3892

**E-MAIL:** maghali@cecoia.org.br

**FAIXA ETÁRIA:** 6 a 14 anos e 11 meses;

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** 200.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 7h às 17h.

**EQUIPE:** Coordenador: sim; A.S.: 01; Psicólogo: 01; Administrativo: 01; Recepcionista: 01; Agentes Sociais (monitor): 03; Oficineiros (Prof.): 02; Educador social: 06; Cozinha: 02; Apoio: 01; Faxineira: 01.

**NÃO INFORMADOS:** Pedagogo; Orientadora Pedagógica; Estagiário AS; Estagiário Pedagogia; Estagiário PSI; Guarda/Vigilante; Porteiro; Motorista; Voluntário – Outros.

**ESTRUTURA:** sede própria; Recepção: 01; Sala Técnicos: 03; Sala Administrativo: 0; Sala dos Funcionários: 02; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 01; Sala de Atividades: 05; Sala Multiuso: 01; Sala de Informática: 01; Banheiros Funcionários: 02; Banheiros Usuários: 04; Banheiros PCD: 01; Almoxarifado (materiais e/ou alimentos): 03; Biblioteca/Videoteca: 0; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 01; Brinquedoteca: 01; Auditório: 0; Área Externa: 01; Quadra Poliesportiva: 0 - Outros \*

**FLUXOS:** primeiro atendimento e encaminhamentos feitos pela recepção que encaminha para equipe técnica, que faz entrevista e analisa a demanda. No caso de vaga para o SCFV é preenchida uma ficha para a visita domiciliar e inclusão nos serviços se houver vaga. As outras demandas são encaminhadas à rede socioassistencial e, quando se fizer necessário, ao DAS, uma vez que não há CRAS na região.

**QUEM PROCURA:** moradores da região de Sosas e Joaquim Egídio incluindo a zona rural de Joaquim Egídio, em sua maioria busca espontânea.

**\*Não informado**

## **SCFV - Aprendizado Doméstico Sant'Ana**

**ENDEREÇO:** Rua Barão de Jaguará, 297 – Centro – Região: Leste

**TELEFONE:** \*

**E-MAIL:** \*

**FAIXA ETÁRIA:** Jd. Florence – 15 a 24 anos e 11 meses.

Jd. Rossin/SCFV – Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional: \*

Jd. Esmeraldina/ SCFV – Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional: \*

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** \*

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** Centro de Convivência de segunda a sexta, das 8h às 17h. SCFV: segunda a sexta, das 13h às 16h30.

**EQUIPE:** Coordenador: sim; A.S.: 03; Estagiário AS: 03; Administrativo: 01; Oficineiros (Prof.): 07; Educador social: 03; Apoio: 02; Cozinha: 01.

**NÃO INFORMADOS:** Psicólogo; Pedagogo; Orientadora Pedagógica; Estagiário Pedagogia; Estagiário PSI; Recepcionista; Agentes Sociais (monitor); Faxineira; Guarda/Vigilante; Porteiro; Motorista; Voluntário - Outros (especificar): financeiro.

**ESTRUTURA:** dois núcleos em espaço cedido pela comunidade e 01 núcleo em espaço municipal.

**NÃO INFORMADOS:** Recepção; Sala Técnicos; Sala Administrativo; Sala dos Funcionários; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião); Sala de Atividades; Sala Multiuso; Sala de Informática; Banheiros Funcionários; Banheiros Usuários; Banheiros PCD; Almoxarifado (materiais e/ou alimentos); Biblioteca/Videoteca; Cozinha; Copa/refeitório; Brinquedoteca; Auditório; Área Externa; Quadra Poliesportiva - Outros

**FLUXOS:** recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos por assistente social, educadora

e estagiária. Escuta e diagnóstico qualificado pelo Assistente Social; encaminhamentos para as oficinas de acordo com a demanda apresentada; visita domiciliar; discussão de caso com a rede; referencialmente a outras políticas públicas.

**QUEM PROCURA:** jovens à procura de orientação para o mercado de trabalho; crianças e jovens querendo participar de atividades especialmente na área cultural e esportiva; jovens encaminhados de outras políticas públicas; população adulta querendo participar de atividades para socializar com a comunidade.

**\*Não informado**

## Região Noroeste

### DAS

**ENDEREÇO:** Rua Salvador Allend, s/nº – Jardim Nova Esperança – Região: Noroeste

**TELEFONES:** (19) 32212647 / 3221-1818

**E-MAIL:** dasnoroeste@yahoo.com.br

**EQUIPE:** 01 coordenadora (assistente social); 03 assistentes sociais; 01 estagiária de serviço social; 01 auxiliar administrativo; 01 auxiliar de limpeza; 01 motorista (terceirizado) e 03 meio período por semana para o Serviço Social e dois períodos para Serviço Administrativo; 01 vigilante (terceirizado) 24h por dia, Equipe do Cadastro Único, composta por 03 pessoas digitadores terceirizados pelo IMA. Observação 1: além do Acolhimento, há dois técnicos como referência para o Programa Juventude Conectada (01 coordenador por sala); 01 técnico referência para o Grupo CREVIDA (grupo socialização de idosos); 02 técnicos para o Renda Cidadã; 01 técnico para o Programa Viva Leite; 02 técnicos como referência para atendimento por meio de visita domiciliar para os casos encaminhados por Conselho Tutelar; Vara da Infância; Disk denúncia; 156 e Defesa Civil. Todos são atendimentos diretos ao usuário individual e coletivo.

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (próprio ou cedido: \*; 02 salas para atendimento técnico; 01 sala da coordenação dividida com 1 técnico; 01 sala utilizada para setor administrativo; 01 sala para almoxarifado; 01 cozinha; 01 sala de espera; 01 sala utilizada pela equipe do Cadastro Único; 01 Sala pequena de recepção, 01 sala do Juventude Conectada (Telecentro comunitário); 01 sala utilizada pela Educação/FUMEC.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, com orientações diárias, se necessário.

**ACOLHIMENTO:** DAS - quarta-feira, iniciando às 8h. Homem de Mello (outro equipamento da Assistência na Região utilizado pelo Distrito e pelo CRAS São Luiz – Espaço de Múltiplo uso).

**FLUXOS:** a maioria é demanda espontânea. Atendemos, ainda, famílias referenciadas por outros serviços, como saúde, educação, habitação, de ONGs, da própria Secretaria de Assistência Social, INSS, Conselho Tutelar, Vara da Infância, Ministério Público e outros.

**QUEM PROCURA:** a maioria mulheres, chefes ou não de família e idosos.

**DEMANDAS RECORRENTES:** a maioria vem em busca de recursos, cesta básica, inclusão em programas como Renda Cidadã, Ação Jovem, benefícios como BPC, solicitação de documentos, entre outros. Casos encaminhados do Conselho Tutelar, Vara da Infância, Ministério Público. Solicitação de vagas em instituições de longa permanência.

**PRIMEIRO ATENDIMENTO:** O usuário é atendido pela recepção e encaminhado para o Serviço Social ou Cadastro Único. O técnico de Serviço Social, que é referência para o atendimento do Acolhimento, dá continuidade fazendo os devidos encaminhamentos.

### CRAS Florence

**ENDEREÇO:** Rua: Lasar Segal, 110 – Florence I. O CRAS ainda será inaugurado em sua sede em 2014

**TELEFONE:** \*

**E-MAIL:** crasflorence@gmail.com

Área Territorial km²: \*; População: \*; Nº de Bairros: 5.

**EQUIPE:** técnico de referência: sim; Formação T.R.:AS; A.S.: 1; Agentes Sociais: 02; Estagiário PSI: 1; ADM: 1.

**NÃO INFORMADOS:** PSI; Pedagogo; Estagiário AS; Estagiário Pedagogia; Recepcionista; Cadastradores

PB; Oficineiros; Monitor curso livre; Apoio; Cozinha; Faxineira; Guarda; Motorista; Disponibilidade de veículo por dia ou por semana.

**ESTRUTURA:** prédio público, estrutura padrão – da praça de esporte CEU das Artes do Governo Federal – espaço de Cultura e esporte; Recepção: 01; Sala Técnicos: 01; Salas para Atendimento individual: 2

**NÃO INFORMADOS:** sala Técnico de Referência; ADM; Cozinha; Copa/refeitório; Brinquedoteca; Sala para CadÚnico; Auditório; Salas atendimento; Salas para atendimento em grupos; Sala Multiuso; Sala de Reunião; Banheiros: Banheiros de usuários; Banheiro funcionários; Almoxarifado - Outros serviços.

**OBSERVAÇÕES:** copa e salas de atividades são comuns às três secretarias.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 17h.

**REUNIÃO TÉCNICA:** Semanal, às segundas-feiras.

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** acolhimento: terça de manhã; quarta e quinta à tarde (sempre dois técnicos no atendimento). Nos demais dias, as pessoas passam por uma triagem pela recepção e, se for urgente, são atendidas por algum técnico disponível na hora, ninguém sai do CRAS sem orientação.

**VISITAS DOMICILIARES:** terça à tarde, quarta de manhã; sexta à tarde visitas domiciliares e/ou reuniões (períodos em que temos disponíveis os transportes), reuniões são marcadas em outros dias e os técnicos usam transporte próprio.

**OFICINAS:** sexta-feira à tarde oficina de artesanato.

**CADASTRO PBF:** O atendente do BF é quem faz o cadastro do SIGM. Há um atraso pois a agenda está para agosto/14, com a vinda de mais um atendente (prevista para abril), esperamos melhorar a situação.

**REUNIÕES COM USUÁRIOS DO PBF:** Reuniões mensais dos programas de transferência de renda.

**OBSERVAÇÕES 1:** as crianças ficam no espaço da brinquedoteca, enquanto os responsáveis são atendidos pelos técnicos.

**OBSERVAÇÕES 2:** no momento, fazem a atualização do PROSOCIAL de todas as famílias. No momento, a equipe do Florence está fazendo o acompanhamento do Viva Leite. No momento, estamos acolhendo a equipe do Prato Cheio para cadastramento. Parceria com o Instituto Bosch no Projeto Novas Atitudes.Com.

**RECEPÇÃO:** A recepção faz a triagem de todas as pessoas que chegam ao CRAS para atendimento técnico, do BF, do PRONATEC e até mesmo da Habitação (que usa uma de nossas salas).

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** \*; atendimentos individuais ou grupais: \*

**QUEM PROCURA:** moradores dos bairros território do CRAS que vivem em vulnerabilidade social e risco. O bairro não tem saneamento básico, é uma área de ocupação.

**DEMANDAS RECORRENTES:** procura por PTR - Bolsa Família entre outros; procura por cesta básica; atualização e segunda via de documentos.

**RECEPÇÃO -**

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** dias específicos de atendimento técnico aos usuários, mas sempre há um técnico no CRAS para urgência e/ou eventuais.

\*Não informado

### CRAS São Luiz

**ENDEREÇO:** Rua Um, 1.343 – Jardim Santa Clara

**TELEFONES:** (19) 3221-3899 / 3221-2727

**E-MAIL:** crassaoluis@yahoo.com.br

**OBSERVAÇÕES:** CRAS localizado fora do território.

Área Territorial km<sup>2</sup>: \*; População: \*; N° de Bairros: 7.

**EQUIPE:** Técnico de referência: Não; Formação T.R.: \*; A.S.: 4; PSI: 1; Pedagogo: \*; Agentes Sociais: 01; Estagiário AS: \*; Estagiário Pedagogia: \*; Estagiário PSI: \*; ADM: 1: \*; Recepcionista: \*; Cadastradores PBF: 01; Oficineiros: \*; Monitor curso livre: \*; Apoio: \*; Cozinheira: \*; Faxineira: 01; Guarda: 01; Motorista: \*; Disponibilidade de veículo dias por semana: \*

**ESTRUTURA:** Imóvel Alugado; Recepção: 01; Sala Técnicos: 01; Sala Técnico de Referência: \*; ADM: 01; Cozinha: 01; Banheiros: 02 para trabalhadores e 02 para o público; Salas para Atendimento individual: 01.

**NÃO INFORMADOS:** cozinha; Copa/refeitório; Brinquedoteca; Sala para CadÚnico; Auditório; Salas para atendimento em grupos; Sala Multiuso; Sala de Reunião; Almojarifado - Outros serviços: CPAT utiliza o mesmo espaço.

**OBSERVAÇÕES:** a localização e estrutura do CRAS não estão compatíveis com as normas do MDS.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** das 8h às 17h.

Reunião técnica: \*

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** no CRAS - terças, quartas e quintas-feiras, das 8h30 às 11h30; quartas-feiras, das 13h30 às 15h30. Acolhimento descentralizado no bairro São Luis: terças-feiras, das 09h às 11h - local Casa Amarela.

Visitas Domiciliares: \*; Oficinas: \*; Cadastro PBF: \*

Reuniões com usuários do PBF: \*

**RECEPÇÃO:** porta Aberta e agendamento.

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** Quando procura o CRAS, o usuário é atendido pela recepção, onde é criado ou atualizado seu cadastro no SIGM; em seguida é atendido pela equipe técnica.

Atendimentos individuais ou grupais: \*

**QUEM PROCURA:** majoritariamente mulheres.

**DEMANDAS RECORRENTES:** Demandas PTRs, cestas básicas e documentação.

**RECEPÇÃO -**

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** O primeiro atendimento no “acolhimento” é realizado pela equipe de serviço social. Em casos que demandam atendimento da psicologia, a profissional é acionada.

\*Não informado

### **Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Centro Comunitário da Criança do Parque Itajaí e Região (Serviço CECOMPI)**

**ENDEREÇO:** Rua Padre Josino Moraes Tavares,164/190 – Parque Itajai – Região: Noroeste

**TELEFONE:** (19) 3221-3433

**E-MAIL:** ccc.pqitajai@gmail.com

**FAIXA ETÁRIA:** 6 a 14 anos e 11 meses;

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** 150.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 16h.

**EQUIPE:** Coordenador: \*; A.S.: 0; Psicólogo: 0; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 0; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 0; Oficineiros (Prof.): 0; Educador social: 0; Apoio: 0; Cozinheira: 0; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0 - Outros: \*

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (próprio ou cedido): \*; Recepção: 0; Sala Técnicos: 0; Sala Administrativo: \*; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião):

0; Sala de Atividades: 0; Sala Multiuso: 0; Sala de Informática: 0; Banheiros Funcionários: 0; Banheiros Usuários: 0; Banheiros PCD: 0; Almojarifado (materiais e/ou alimentos): 0; Bibliotecas/ Videotecas: 0; Cozinha: 0; Copa/refeitório: 0; Brinquedotecas: 0; Auditório: 0; Área Externa: 0; Quadra Poliesportiva: 0 – Outros: \*

**FLUXOS:** Recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos; primeiro atendimento realizado pelo Serviço Social.

**QUEM PROCURA:** famílias de crianças e adolescentes. Inclusão no programa social.

\*Não informado

### **Projeto Gente Nova (PROGEN) - Vila Castelo Branco**

**ENDEREÇO:** Rua Castel Nuovo, 699 – Vila Castelo Branco – Região: Noroeste

**TELEFONES:** (19) 3269-6088 / 3229-1659

**E-MAIL:** progen@feac.org.br e pedagogiavcb@progen.org.br

**FAIXA ETÁRIA:** 6 a 14 anos e 11 meses; 15 a 24 anos e 11 meses.

Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional.

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** \*

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 17h30.

**EQUIPE:** Coordenador: Sim; A.S.: 01; Psicólogo: 1; Pedagogo: 01; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 0; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 0; Oficineiros (Prof.): 0; Educador social: 13; Apoio: 0; Cozinheira: 0; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0 – Outros: \*

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (próprio ou cedido): \*; Recepção: 0; Sala Técnicos: 0; Sala Administrativo: \*; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 0; Sala de Atividades: \*; Sala Multiuso: 0; Sala de Informática: 0; Banheiros Funcionários: 0; Banheiros Usuários: 0; Banheiros PCD: 0; Almojarifado (materiais e/ou alimentos): 0; Biblioteca/ Videoteca: 0; Cozinha: 0; Copa/refeitório: 0; Brinquedoteca: 0; Auditório: 0; Área Externa: 0; Quadra Poliesportiva: 0; Outros: \*

**FLUXOS:** Recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos - O primeiro atendimento é realizado com o Serviço Social. Após compreensão do caso, se for de interesse da família, é feita a matrícula da criança e do adolescente para participar das atividades do SCFV. Quando não é esta a demanda, é feito o encaminhamento necessário.

**QUEM PROCURA:** moradores da região, alunos das escolas públicas da região. Famílias em situação de vulnerabilidade; pais trabalhadores; conflitos familiares.

\*Não informado

### **Projeto Gente Nova (PROGEN) - Jardim Bassoli**

**ENDEREÇO:** Rua Jose Gomes da Silva, 157 – Parque Floresta III – Região: Noroeste

**TELEFONES:** (19) 3221-3334 / 3221-5246

**E-MAIL:** progen.bassoli@gmail.com

**FAIXA ETÁRIA:** \*

Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional.

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** 250.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 17h.

Programação: As oficinas ocorrem uma vez por semana, no período da tarde. A ginástica ocorre duas vezes por semana, no período da manhã.

**EQUIPE:** Coordenador: Não; A.S.; Psicólogo: 0; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 0;

Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 1; Administrativo: 0; Recepcionistas: 0; Agentes Sociais (monitor): 0; Oficineiros (Prof.): 1; Educador social: 1; Apoio: 0; Cozinha: 0; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0 – Outros: \*

A ONG desenvolve atendimento para crianças e adolescente – SCFV de 06 a 14 anos. O espaço disponível é deste serviço.

Ações do Centro de Convivência são realizadas nos espaços da Comunidade, após diálogo com os síndicos. Estamos utilizando dois salões de festa, dos blocos B e G – Jardim Bassoli (espaço comunitário), para atendimento ao Grupo do Viva Leite, Oficina de Artesanato e Oficina do Cuidar (cuidados – estética e manicure). Utilizamos uma das quadras do Conjunto Habitacional para Atividade de Ginástica.

No espaço da ONG compartilhamos uma sala para atendimento e escritório.

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (próprio ou cedido): \*; Recepção: 0; Sala Técnicos: 0; Sala Administrativo; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 0; Sala de Atividades: 0; Sala Multiuso: 0; Salas de Informática: 0; Banheiros Funcionários: 0; Banheiros Usuários: 0; Banheiros PCD: 0; Almoxarifado (materiais e/ou alimentos): 0; Biblioteca/Videoteca: 0; Cozinha: 0; Copa/refeitório: 0; Brinquedoteca: 0; Auditório: 0; Área Externa: 0; Quadra Poliesportiva: 0 – Outros: \*

**FLUXOS:** recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos à equipe técnica. No caso do Viva Leite, a família faz inscrição para aguardar uma vaga disponível. Neste interim é informada das oficinas e atividades existentes no Centro de Convivência, sendo convidada a participar. Quando a demanda é para benefícios sociais ou outras questões (família ainda não inserida no Serviço) é encaminhada ao DAS.

**OBSERVAÇÕES:** o Grupo Viva Leite funciona no período da manhã, duas vezes por semana. Momento de orientações, informes, dinâmicas focando vivência social e comunitária.

**QUEM PROCURA:** população moradora do Conjunto Habitacional Jardim Bassoli, principalmente em busca do Programa Viva Leite. Contudo, para os demais benefícios sociais, há demandas, que são referenciadas ao DAS Noroeste – atendimento social desta população.

**\*Não informado**

### **Centro Promocional Nossa Senhora da Visitação**

**ENDEREÇO:** Av. Márcio Egídio de Souza Aranha, 143 – Jd. Ipaussurama – Região: Sudoeste

**TELEFONE:** (19) 3227-8128

**E-MAIL:** visitacao@ig.com.br

**FAIXA ETÁRIA:** Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional.

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** 326.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda, terça, quarta, quinta e sexta-feira, **período da manhã:** 7h10 às 8h, ginástica localizada; 8h às 11h, Grupo Preciosidade - (3ª idade); 9h às 11h, artesanato: (7 a 17 anos); 8h às 9h40, futebol (7 a 17 anos); 9h30 às 10h30, Coral (7 a 17 anos); 8h às 9h40, futebol (7 a 17 anos); 9h às 9h50, ballet Profª Fátima/proj. (5 a 8 anos); 9h às 10h, ballet pontas + 10 anos; 9h10 às 10h, ballet Profª Luciene/proj. (5 a 8 anos); 9h10 às 10h, ballet pontas + 10 anos; 9h50 às 10h45, ballet Profª Glenda (4 a 6 anos); 10h às 10h50, ballet Profª Rafaela (4 a 6 anos); **período tarde:** 13h às 14h40, futebol (7 a 17 anos); 13h às 14h40, futebol (7 a 17 anos); 13h30 às 14h30, Coral (7 a 17 anos); 13h30 às 14h30, artesanato 6 a 8 anos; 14h30 às 15h20, ballet (9 a 12 anos); 15h30 às 16h20, ballet primary (7 a 10 anos); 15h30 às 16h20, ballet pontas + 10 anos; 15h30 às 16h20, ballet pontas + 10 anos; 13h30 às 14h30, artesanato (6 a 8 anos); 14h30 às 15h30, artesanato (9 a 17 anos); 15h30 às 16h30, artesanato (9 a 12 anos) educação infantil – de segunda-feira a sexta-feira, horário das 7h30 às 17h. Observação: há crianças/adolescentes que

fazem mais que uma das atividades, e as crianças da Educação Infantil acima de 4 anos participam das aulas de Ballet.

**EQUIPE:** Coordenador: Sim; A.S.: 01; Psicólogo: 0; Pedagogo: 01; Orientadora Pedagógica: 01; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 01; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 03; Oficineiros (Prof.): 09; Educador social: 0; Apoio: 04; Cozinha: 01; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 01; Voluntário: 01 - Outros (especificar): 01 voluntária, presidente e Diretora Educacional.

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (próprio ou cedido): \*; Recepção: 0; Sala Técnicos: 01; Sala Administrativo: 0; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 0; Sala de Atividades: 02; Sala Multiuso: 0; Sala de Informática: 0; Banheiros Funcionários: 0; Banheiros Usuários: 04; Banheiros PCD: 0; Almoxarifado (materiais e/ou alimentos): 1; Biblioteca/Videoteca: 0; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 01; Brinquedoteca: 0; Auditório: 0; Área Externa: 0; Quadra Poliesportiva: 01 – Outros: \*

**FLUXOS:** recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos para Assistente Social.

O atendimento das pessoas que procuram nossos serviços é realizado por meio do acolhimento e, se tivermos o serviço solicitado, é colocado o nome na lista de espera para chamarmos logo que surja uma vaga, de acordo com a necessidade; acessamos o usuário ou grupo familiar para os demais programas da rede. Realizamos referenciamento e contrareferenciamento à rede socioassistencial e as Políticas Sociais, articulação intersetorial com as Políticas Públicas, entre outros.

**OBSERVAÇÕES:** Programa Viva Leite.

**QUEM PROCURA:** crianças, adolescentes, jovens, idosos e famílias que encontram-se em processo de reconstrução de vínculos, de autonomia, parte delas inseridas em programas de transferência de renda ou serviços sociassistenciais, referenciados pelo CRAS/DAS. Atendemos as famílias do Jardim Ipaussurama e entorno, a maior procura vem do Satélite Iris. Os usuários que participam do Centro de Convivência Inclusivos e Intergeracionais são incluídos nos programas em sua maioria, de forma espontânea. Procuramos atender, sempre que possível, as demandas referenciadas pelo CRAS /DAS, pela Rede Socioassistencial, Centro de Saúde e demais políticas públicas.

**\*Não informado**

### **Associação Evangélica Assistencial (AEA) - Unidade II**

**ENDEREÇO:** Rua Manoel Izidoro Reis, 1.135 – Jardim Santa Rosa – Região: Noroeste

**TELEFONES:** (19) 3221-5358 / 98742-0960

**E-MAIL:** aeassconviver@gmail.com

**FAIXA ETÁRIA:** 6 a 14 anos e 11 meses;

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** 120.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta-feira, das 8h às 11h15 e das 12h30 às 16h.

**EQUIPE:** Coordenador: Sim; A.S.: 01; Psicólogo: 0; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 01; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 0; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 03; Oficineiros (Prof.): 0; Educador social: 0; Apoio: 01; Cozinha: 01; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0 - Outros: \*

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (próprio ou cedido): \*; Recepção: 0; Sala Técnicos: 01; Sala Administrativo: 0; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 0; Sala de Atividades: 0; Sala Multiuso: 03; Sala de Informática: 01; Banheiros Funcionários: 02; Banheiros Usuários: 05; Banheiros PCD: 0; Almoxarifado (materiais e/ou alimentos): 03; Biblioteca/Videoteca: 0; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 01; Brinquedoteca: 0; Auditório: 0; Área Externa: 01; Quadra Poliesportiva: 0; Outros (especificar): 01 Lavanderia

**FLUXOS:** recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos - o primeiro atendimento é realizado

pela equipe técnica, Assistente Social e Orientadora Pedagógica, sendo direcionado de acordo com a necessidade de cada um. Tratando-se do desenvolvimento da criança/adolescente é acompanhado pela orientadora pedagógica, por outro lado, em casos familiares, é acompanhado pela assistente social. Entretanto, todos os atendimentos são rigorosamente analisados e encaminhados à rede socioassistencial ou outros serviços da rede.

**QUEM PROCURA:** moradores do bairro jardim Santa Rosa e Chácara Cruzeiro do Sul, e região do Campo Grande. Crianças e adolescentes referenciados pelo DAS Noroeste e CRAS em situação de vulnerabilidade ou privação socioeconômica e/ou que apresentem os vínculos familiares, sócioafetivos e relacionais fragilizados, ou a dinâmica familiar comprometida.

**\*Não informado**

### **Fundação Gerações**

**ENDEREÇO:** Rua Doutor Sebastião Augusto de Castro, 34 – Parque Valença II

Região: Noroeste

**TELEFONE:** (19) 3221-8172

**E-MAIL:** fundacaogeracoes@gmail.com

**FAIXA ETÁRIA:** 15 a 24 anos e 11 meses.

Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional.

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** \*

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 7h às 17h.

Programação: Curso de recreação, violão, cidadania.

**EQUIPE:** Coordenador: Sim; A.S.: 1; Psicólogo: 0; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 0; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 0; Oficineiros (Prof.): 03; Educador social: 02; Apoio: 0; Cozinheira: 0; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0 – Outros: \*

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (Próprio ou cedido): \*; Recepção: 0; Sala Técnicos: 0; Sala Administrativo: 0; Sala dos Funcionários: 01; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 0; Sala de Atividades: 02; Sala Multiuso: 0; Sala de Informática: 0; Banheiros Funcionários: 0; Banheiros Usuários: 02; Banheiros PCD: 0; Almojarifado (materiais e/ou alimentos): 0; Biblioteca/Videoteca: 01; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 0; Brinquedotecas: 0; Auditório: \*; Área Externa: 0; Quadra Poliesportiva: 01 – Outros: \*

**FLUXOS:** recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos - O primeiro atendimento é realizado pela Assistente Social. O seguimento se dá por meio da inserção do usuário no curso de preferência e, se for necessário, encaminhamento para as demais políticas públicas, ou para a rede socioassistencial.

**QUEM PROCURA:** crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, residentes na região Noroeste de Campinas.

**\*Não informado**

### **Aprendizado Doméstico Sant'Ana**

**ENDEREÇO:** Rua Barão de Jaguará, 297 – Centro – Região: Noroeste

**TELEFONE:** \*

**E-MAIL:** \*

**FAIXA ETÁRIA:** (Jd. Florence/ SCFV) – 15 a 24 anos e 11 meses;

Jd. Rossin/SCFV – Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional.

Jd. Esmeraldina/ SCFV – Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional.

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** \*

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** Centro de Convivência de segunda a sexta, das 8h às 17h; SCFV: segunda a sexta, das 13h às 16h30.

**EQUIPE:** Coordenador: Sim; A.S.: 03; Psicólogo: 0; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 03; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 01; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 0; Oficineiros (Prof.): 07; Educador social: 03; Apoio: 02; Cozinheira: 01; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0; Outros (especificar): 1 financeiro.

**ESTRUTURA:** dois núcleos em espaço cedido pela comunidade e 01 núcleo em espaço municipal; Recepção: 0; Sala Técnicos: 0; Sala Administrativo: 0; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 0; Sala de Atividades: 0; Sala Multiuso: 0; Sala de Informática: 0; Banheiros Funcionários: 0; Banheiros Usuários: 0; Banheiros PCD: 0; Almojarifado (materiais e/ou alimentos): 0; Biblioteca/Videoteca: 0; Cozinha: 0; Copa/refeitório: 0; Brinquedoteca: 0; Auditório: 0; Área Externa: 0; Quadra Poliesportiva: 0 - Outros: \*

**FLUXOS:** recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos - pela assistente social, educadora e estagiária. Feita escuta e diagnóstico qualificado pelo Assistente Social; encaminhamentos para as oficinas de acordo com a demanda apresentada; visita domiciliar; discussão de caso com a rede; referenciamento a outras políticas públicas.

**QUEM PROCURA:** jovens à procura de orientação para o mercado de trabalho; crianças e jovens querendo participar de atividades especialmente na área cultural e esportiva; jovens encaminhados de outras políticas públicas; população adulta querendo participar de atividades para socializar com a comunidade.

**\*Não informado**

## Região Norte

### DAS NORTE

**ENDEREÇO:** Rua Engenheiro Cândido Gomide, 223 – Jardim Guanabara

**TELEFONE:** (19) 3242-5552

**E-MAIL:** das.norte@campinas.sp.gov.br

**EQUIPE:** 01 coordenadora; 03 assistentes sociais; 01 agente administrativo; 01 aux. limpeza; vigilantes terceirizados; motorista terceirizado.

**ESTRUTURA:** 01 sala de reunião, 01 sala coordenação, 01 sala de atendimento, 02 salas para a equipe técnica, 01 espaço para o administrativo, 01 sala para o CadÚnico, 01 banheiro para usuários, 03 banheiros para uso geral de toda a equipe, 01 cozinha, 01 sala para almoxarifado, 01 recepção.

**OBSERVAÇÕES:** o imóvel é alugado com problemas de infraestrutura e sem acessibilidade.

**HORÁRIO DE ATENDIMENTO:** segundas a sexta, das 8h às 17 h, com acolhimento às terças de manhã e tarde, quarta de manhã e quinta à tarde. Acolhimento descentralizado na CACO (casa de ação comunitária) às terças e quartas de manhã.

**FLUXOS:** Demanda espontânea e encaminhamentos da Rede, principalmente da saúde. Considerando a extensão do território, os atendimentos são realizados com prévio agendamento. Observação: desde 2013 estamos atendendo requisições do Conselho Tutelar oriundas de solicitações a partir de 2011.

**QUEM PROCURA:** a maioria mulheres e idosos.

**DEMANDAS RECORRENTES:** a maioria vem em busca de inclusão em benefícios como: PTR (Programas de Transferência de Renda), cestas básicas, documentação, casos encaminhados do Sistema de Garantia de Direitos e outras demandas das políticas públicas de educação, habitação e saúde.

**PRIMEIRO ATENDIMENTO:** a maioria se dá por telefone e, na data agendada, os usuários são direcionados para a equipe de acolhimento ou equipe do CadÚnico. Os usuários que aparecem espontaneamente são orientados, agendados e, caso pertençam à outra região, são encaminhados de acordo com a demanda apresentada.

### CRAS VILA RÉGGIO

**ENDEREÇO:** Av. Papa João Paulo II, s/nº – Vila Padre Anchieta

**TELEFONE:** (19) 3282-4455

**E-MAIL:** cras.vilareggio@gmail.com

Área Territorial km²: \*; População: 5.000 famílias; Nº de Bairros: 15.

**EQUIPE:** Técnico de Referência: Sim; Formação T.R.: A.S. A.S.: 02; PSI: 03; Pedagogo: 0; Agentes Sociais: 01; Estagiário AS: 01; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; ADM: 01; Recepcionista: 0; Cadastradores PBF: 0; Oficineiros: \*; Monitor curso livre: 02; Apoio: 0; Cozinha: 0; Faxineira: 01; Guarda: 01; Motorista: \*; Disponibilidade de veículo dias por semana: 03.

**OBSERVAÇÕES:** Agente social dividida com outro serviço.

**ESTRUTURA:** prédio público, localizado fora do território de atendimento e não tem acessibilidade a deficientes; Recepção: 01 recepção (com 01 banheiro); Sala Técnicos: 02 salas dos técnicos (com 01 banheiro); Sala Técnico de Referência: é a mesma sala dos outros técnicos; ADM: 01 sala do administrativo; Cozinha: 01 cozinha (com 01 banheiro); Copa/refeitório: 0; Brinquedoteca: 0; Sala para CadÚnico: 0; Auditório: 0; Salas para Atendimento individual: 1 sala de atendimento (com 01 banheiro); Salas para atendimento em grupos: 0; Sala Multiuso: 01 (com banheiro); Sala de

Reunião: 01 salão de oficinas com banheiro; Banheiros: 06; Almoxarifado: 01 (com 01 banheiro). Outros serviços: 02 salas ocupadas pela educação (FUMEC).

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** das 8h às 17h, de segunda a sexta; Reunião técnica: segundas-feiras intercaladas entre DAS e CRAS.

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** por profissionais que se revezam neste período. Terças e quartas-feiras oficialmente e demais dias conforme demanda. Visitas Domiciliares: quintas e sextas-feiras, período integral. Oficinas: terças, quintas e sextas-feiras.

**CADASTRO PBF:** Os usuários são encaminhados a posto descentralizado localizado na região.

**REUNIÕES COM USUÁRIOS DO PBF:** Bimestralmente com listagem de descumprimento. Acolhida realizada pelo funcionário de Ensino Médio. Acolhimento realizado pelos técnicos do Ensino Superior. Atendimentos individuais ou grupais: dupla psicossocial.

**RECEPÇÃO:** quando o usuário chega ao CRAS, é recepcionado pela agente administrativa e depois encaminhado para atendimento com a dupla psicossocial.

**QUEM PROCURA:** maioria mulheres para os PTR e Cesta Emergencial, e os homens para inscrição no Pronatec.

**DEMANDAS RECORRENTES:** dúvidas sobre os PTR, a cesta emergencial, a habitação, a solicitação de documentação, o poder judiciário e casos de saúde.

**\*Não informado**

### CRAS ESPAÇO ESPERANÇA

**ENDEREÇO:** Rua Antonio da Cunha de Abreu, 131 – Jd. Santa Mônica – CEP 13082-145

**TELEFONES:** (19) 3246-2944 / 3216-4939

**E-MAIL:** crasespacosperanca@yahoo.com.br

**OBSERVAÇÕES:** Será inaugurada em 2014 a estrutura padrão – da praça de esporte CEU das Artes do Governo Federal – espaço de Cultura e esporte.

Área Territorial km²: \*; População: 5.000 famílias; Nº de Bairros: 8.

**EQUIPE:** técnico de referência: sim; Formação T.R.: AS; A.S.: 03; PSI: 02; Pedagogo: 0; Agentes Sociais: 03; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; ADM: 01; Recepcionista: 0; Cadastradores PBF: 0; Oficineiros: 0; Monitor curso livre: 02; Apoio: 0; Cozinha: 01; Faxineira: 01; Guarda: 01; Motorista: \*; Disponibilidade de veículo dias por semana: 02 meio período, 2 dias período integral.

**OBSERVAÇÕES:** Agentes sociais (sendo que um fica três dias da semana, outro com problemas de saúde, e outro com restrições médicas); agente de limpeza; cozinha (com restrições médicas e próxima da aposentadoria); Monitor de curso livre – 1 vez na semana.

**ESTRUTURA:** casa alugada, adaptada para o CRAS; Recepção: 0; Sala Técnicos: 01; Sala Técnico de Referência: 01; ADM: 01; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 0; Brinquedoteca: 0; Sala para CadÚnico: 0; Auditório: 0; Salas para Atendimento individual: 01; Salas para atendimento em grupos: 01 (sem portas); Sala Multiuso: 0; Sala de Reunião: 0; Banheiros: 04; Almoxarifado: 0 - Outros serviços: 0.

**OBSERVAÇÃO:** Serviço em processo de mudança para sede pública.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 08h às 17h.

Reunião técnica: segundas-feiras.

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** feita por todos os funcionários do CRAS. Acolhimento: técnicos de ensino superior. Demanda espontânea e referenciada, às terças e quintas (manhã e tarde). Casos triados e identificados como urgência são atendidos no mesmo dia, quando possível. Acolhida: todos os dias.

**VISITAS DOMICILIARES:** conforme necessidade, adequada à disponibilidade de transporte.

Oficinas: sextas-feiras o dia todo.

**CADASTRO PBF:** encaminhamos para o Posto de cadastramento, localizado no DAS – Norte.

Reuniões com usuários do PBF: bimestralmente, com listagem de descumprimento.

**RECEPÇÃO:** porta Aberta e agendamento.

**QUEM PROCURA:** maioria mulheres para inclusão em PTR, cesta básica emergencial, vagas em SCFV e creche. Além de público com perfil para PRONATEC.

**DEMANDAS RECORRENTES:** Assuntos variados: demandas de outras políticas, como saúde, educação, habitação, segurança alimentar, previdência social, transporte (idosos). Programas de transferência de renda, documentos pessoais, capacitação profissional, poder judiciário, entre outros.

**OBSERVAÇÃO:** Os técnicos se revezam nos atendimentos.

**\*Não informado**

### **Associação Beneficente Semear - Unidade I: Parque Via Norte**

**ENDEREÇO:** Rua dos Cambarás, 600 – Parque Via Norte – Região: Norte

**TELEFONES:** (19) 3245-0199 / 3307-0188

**E-MAIL:** social.semear@gmail.com ou semear@mpcnet.com.br

**FAIXA ETÁRIA:** 6 a 14 anos e 11 meses.

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** \*

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 17h.

**EQUIPE:** Coordenador: Sim; A.S.: 01; Psicólogo: 0; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 01; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 01; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 0; Oficineiros (Prof.): 03; Educador social: 03; Apoio: 02; Cozinha: 01; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0 - Outros (especificar): 1 bibliotecário.

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (Próprio ou cedido): \*; Recepção: 0; Sala Técnicos: 01; Sala Administrativo: \*; Sala dos Funcionários: 01; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 01; Sala de Atividades: 03; Sala Multiuso: 0; Sala de Informática: 01; Banheiros Funcionários: 02; Banheiros Usuários: 02; Banheiros PCD: 0; Almojarifado (materiais e/ou alimentos): 02; Biblioteca/Videoteca: 02; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 01; Brinquedoteca: 0; Auditório: 0; Área Externa: 01; Quadra Poliesportiva: 01 – Outros: \*

**RECEPÇÃO:** primeiro atendimento e encaminhamentos: o primeiro atendimento é realizado sempre pela Assistente Social, que é responsável pela triagem, inserção de novos usuários no SCFV, encaminhamentos e atendimentos à família. Em caso de motivo pedagógico, o atendimento é realizado pela Orientadora Pedagógica.

**QUEM PROCURA:** famílias residentes do território, em sua maioria pertencentes à classe baixa ou média baixa, pais e responsáveis de crianças e adolescentes com faixa etária entre 06 e 14 anos, com dificuldade de cuidadores para seus filhos nos períodos de contraturno escolar.

**\*Não informado**

### **SCFV - Associação Beneficente Semear - Unidade II: Vila Olímpia**

**ENDEREÇO:** Rua da Natação, 263 – Vila Olímpia – Região: Norte

**TELEFONE:** (19) 3282-9209

**E-MAIL:** \*

**FAIXA ETÁRIA:** 6 a 14 anos e 11 meses; 15 a 24 e 11 meses.

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** \*

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** \*

**EQUIPE:** Coordenador: Não; A.S.: 0; Psicólogo: 0; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 0; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 0; Oficineiros (Prof.): 0; Educador social: 01; Apoio: 0; Cozinha: 01; Faxineira: 01; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0; – Outros: \*

**ESTRUTURA:** a unidade possui dois prédios; Recepção: 01; Sala Técnicos: 0; Sala Administrativo: \*; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 0; Sala de Atividades: 0; Sala Multiuso: 08; Sala de Informática: 0; Banheiros Funcionários: 02; Banheiros Usuários: 04; Banheiros PCD: 0; Almojarifado (materiais e/ou alimentos): 0; Biblioteca/Videoteca: 01; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 01; Brinquedoteca: 01; Auditório: 0; Área Externa: 0; Quadra Poliesportiva: 01 – Outros: \*

**RECEPÇÃO:** primeiro atendimento é realizado pelo serviço social e, se necessário, é realizado o encaminhamento para a rede.

**QUEM PROCURA:** moradores do residencial Vila Olímpia, destacando as mães que buscam informações sobre matrículas.

**\*Não informado**

### **SCFV - Centro Promocional Tia Ileide (CPTI) - Unidade Fórum da Família**

**ENDEREÇO:** Rua do Apóstolo do Lucas, 75 – Núcleo Residencial Sete de Setembro – Jd. Sete de Setembro – Região: Norte

**TELEFONE:** (19) 3281-0201

**E-MAIL:** cci@cpti.org.br

**FAIXA ETÁRIA:** Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional.

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** \*

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 17h; aos sábados das 8h às 9h.

**EQUIPE:** Coordenador: Não; A.S.: 02; Psicólogo: 01; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 0; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 0; Oficineiros (Prof.): 06; Educador social: 0; Apoio: 0; Cozinha: 0; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0 - Outros (especificar): \*

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (Próprio ou cedido): \*; Recepção: 0; Sala Técnicos: 03; Sala Administrativo: \*; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 01; Sala de Atividades: 01; Sala Multiuso: 0; Sala de Informática: 0; Banheiros Funcionários: 01; Banheiros Usuários: 03; Banheiros PCD: 0; Almojarifado (materiais e/ou alimentos): 01; Biblioteca/Videoteca: 0; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 0; Brinquedoteca: 01; Auditório: 0; Área Externa: 0; Quadra Poliesportiva: 0; - Outros: \*

**RECEPÇÃO:** primeiro atendimento e encaminhamentos feitos por qualquer profissional da equipe técnica que realiza o atendimento inicial. O seguimento depende do caso. O foco é o trabalho em grupos, mas pode ser realizada somente uma orientação pontual ou gerar encaminhamentos individualizados.

**QUEM PROCURA:** público heterogêneo e intergeracional. Orientação sobre Programas de Transferência de Renda, segurança alimentar, auxílio-transporte, programa Viva Leite, demandas de saúde, currículo, questões de violação de direitos (principalmente de gênero); a procura por oficinas e outras atividades coletivas é a menor.

**\*Não informado**

## **SCFV - Associação Civil Carmelitas da Caridade – Centro Assistencial Vedruna – Jardim São Marcos**

**ENDEREÇO:** Rua José Segalló Filho, 126 – Jd. Santa Mônica – Região: Norte

**TELEFONE:** (19) 3216-4941

**E-MAIL:** vedruna@sigmanet.com.br – site: www.vedruna.org.br;

**FAIXA ETÁRIA:** 6 a 14 anos e 11 meses

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** 159.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 7h45 às 17h; aos sábados, quinzenalmente, das 8h às 12h.

**PROGRAMAÇÃO:** os atendimentos ocorrem em grupos divididos por faixa etária (6 a 8 anos, 9 a 11 anos e 12 a 14 anos e 11 meses) e participam de diversas atividades (roda de conversa, atividades lúdicas diversificadas, espaço leitura, contações de histórias, espaço lúdico do brincar, momentos de integração e lazer e cuidado especial) e por oficinas (artes: trabalhos manuais e percussão, informática e afetividade e relacionamento), conforme o interesse.

**EQUIPE:** Coordenador: Não; A.S.: 01; Psicólogo: 01; Pedagogo: 01; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 0; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 0; Oficineiros (Prof.): 02; Educador social: 06; Apoio: 0; Cozinheira: 0; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0 – Outros: \*

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (Próprio ou cedido): \*; Recepção: 01; Sala Técnicos: 02; Sala Administrativo: 01; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 01; Sala de Atividades: 04; Sala Multiuso: 0; Sala de Informática: 01; Banheiros Funcionários: 0; Banheiros Usuários: 09; Banheiros PCD: 0; Almoxarifado (materiais e/ou alimentos): 01; Biblioteca/Videoteca: 01; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 0; Brinquedoteca: 01; Auditório: 0; Área Externa: 01; Quadra Poliesportiva: 01 - Outros: \*

**RECEPÇÃO:** primeiro atendimento e encaminhamentos. O processo para inclusão no SCFV inicia com o atendimento na recepção ao receber a família. Seus dados são inseridos na lista de espera. Em seguida, a Assistente Social faz a entrevista com a família e o processo de matrícula para inclusão no SCFV, visita domiciliar, encaminhamentos, acompanhamento e orientação familiar.

**QUEM PROCURA:** a demanda dos serviços é feita pelos moradores da Microrregião Amarais, área Norte de Campinas que residem nos seguintes bairros: Jd. São Marcos, Residencial Campinho, Vila Esperança e Jd. Santa Mônica.

**\*Não informado**

## *Região Sudoeste*

### **DAS Sudoeste**

**ENDEREÇO:** Av. Tancredo Neves, s/nº – Jardim Novo Campos Elíseos

**TELEFONES:** (19) 3269-4073 / 3229-2144 / 3269-5955

**E-MAIL:** das.sudoeste@campinas.sp.gov.br

**EQUIPE:** 01 Coordenadora, 04 Assistentes Sociais, 01 Agente Administrativo, 02 Ag. de Apoio Operacional, 01 cozinheira (readaptada), 01 Monitora, Vigilante 24 horas, 01 Motorista (terceirizado), 03 meio períodos por semana.

**ESTRUTURA:** 01 Recepção, 03 salas de atendimento S. Social, 01 sala Administrativo, 01 sala coordenação, 01 sala atendimento Cadastro Único, BF, 01 sala Informática, Prog. Juventude Conectada, 02 banheiros para funcionários, 06 banheiros para usuários, sendo 03 femininos e 03 masculinos, 01 cozinha/refeitório; 01 sala de reunião - usada pela alfabetização e adultos à noite, 02 Almoxarifado, sendo 01 de produtos de uso comum e 01 de materiais e produtos para doação. Temos 02 salas cedidas para uso da saúde.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 17h.

**ACOLHIMENTO SOCIAL:** terça, quarta e quinta, das 8h às 12h, e quinta das 13h às 16h.

CadÚnico: segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

Juventude Conectada: terça a sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h.

FUMEC: segunda a sexta, das 19h às 22h.

**FLUXOS:** a maioria é demanda espontânea. Atendemos, ainda, famílias referenciadas por outros serviços, como saúde, educação, habitação, de ONGs, da própria Secretaria de Assistência Social, INSS, Conselho Tutelar, Vara da Infância, Ministério Público e outros.

**QUEM PROCURA:** a maioria mulheres, chefes ou não de família. Idosos. Alguns jovens.

**DEMANDAS RECORRENTES:** a maioria vem em busca de recursos, cesta básica, inclusão em programas como Renda Cidadã, Ação Jovem, benefícios como BPC, solicitação de documentos, entre outros. Casos encaminhados do Conselho Tutelar, Vara da Infância, Ministério Público.

Há um número crescente de denúncias de violência, negligência contra idosos ou mesmo solicitação de vagas em instituições de longa permanência.

### **CRAS Campos Elíseos**

**ENDEREÇO:** Rua. Tião Carreiro, 20 – Vila União III

**TELEFONES:** (19) 3268-1688 / 3228-4858

**E-MAIL:** cras.camposeliseos@campinas.sp.gov.br

Área Territorial km²: \*; População: \*; Número de Bairros: 11.

**EQUIPE:** Técnico de Referência: Sim; Formação técnico de referência: Assistente Social; Assistente Social: 04; Psicólogo: 02; Pedagogo: \*; Agentes Sociais: 03; Estagiário AS: 01; Estagiário Pedagogia: \*; Estagiário Psi: \*; ADM: 01; Recepcionista: 01; Cadastradores PBF: \*; Oficineiros: \*; Monitor curso livre: \*; Apoio: \*; Cozinheira: \*; Faxineira: 02; Guarda: 01; Motorista: \*; Disponibilidade de veículo dias por semana: 03.

**ESTRUTURA:** tipo de prédio: prédio é público: \*; Recepção: salão de múltiplo uso onde é realizada a recepção; Sala de técnicos: 02 de uso individual de técnicas e 01 dividida por 03 outras técnicas; Sala de técnico de referência: \*; ADM: \*; Copa/refeitório: a sala de espera, os grupos e atividades do SCFV revezando o espaço; Brinquedoteca: 01 do SCFV; Sala para CadÚnico: \*; Auditório: \*; Salas para atendimento individual: 04 salas de atendimento, sendo uma compartilhada entre

técnico de referência, utilizada pela costura, SCFV e FUMEC; Salas para atendimento em grupo: \*; Sala multiuso: \*; Sala de reunião: 01; Sala de oficina: \*; Banheiros: 02 FEM/MASC utilizado pelas crianças do SCFV, um para pessoas com deficiência e outro para funcionários; Almoarifado: \*; Outros serviços: 01 sala de informática (telecentro utilizada também pelo SCFV e FUMEC).

**OBSERVAÇÕES:** \*

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 17h. Reunião técnica: \*

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** é realizada às terças e quintas-feiras, às 8h e às 13h.

Visitas Domiciliares: \*; Oficinas: \*; Cadastro Bolsa Família: \*; Reuniões com usuários do Bolsa Família: \*; **Observação:** atendimento específico do PRONATEC às segundas e quartas-feiras.

O primeiro atendimento é efetuado pela técnica que realiza o acolhimento, que é a porta de entrada. Em seguida, a técnica do prosseguimento avalia, quando caso de inclusão em acompanhamento, leva para discussão em reunião de equipe. Casos pontuais, são tomadas devidas providências para o atendimento e encerramento do caso.

**FLUXOS:** recepção do usuário; chega ao serviço e é atendido na recepção e orientado conforme demanda.

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** em dias de acolhimento é feito um grupo de orientação e posteriormente se inicia o atendimento individual para quem necessitar. atendimentos Individuais ou Grupais: após a entrada do usuário pelo acolhimento, é iniciado processo de orientação, atendimentos ou acompanhamento.

**QUEM PROCURA:** o público pertence ao território de abrangência do CRAS, ou seja, reside entre os 13 bairros atendidos pelo serviço.

**DEMANDAS RECORRENTES:** questões relacionadas a idosos, como abandono e maus tratos, benefícios de transferência de renda e casos de saúde.

**PRIMEIRO ATENDIMENTO:** \*; **RECEPÇÃO:** \*;

\***Não informado**

## CRAS Nelson Mandela

**ENDEREÇO:** Rua Carmen de Ângelis Nicoletti, s/n – DIC V de Março

**TELEFONE:** (19) 3236-8013

**E-MAIL:** cras.nelsonmandela@campinas.sp.gov.br

Área Territorial km<sup>2</sup>: \*; População: segundo informações das lideranças locais, cada bairro possui uma média de 1000 lotes, totalizando 14 mil famílias no território do CRAS.

Número de Bairros: 14.

**EQUIPE:** Técnico de Referência: Não; Assistente Social: 02; Psicólogo: 02; Agentes Sociais: 01; ADM: 01; Monitor curso livre: 01; Faxineira: 01; Guarda: 01.

**NÃO INFORMADOS:** Estagiário AS; Estagiário Pedagogia; Estagiário Psi; Pedagogo; Estagiários; Recepcionista; Cadastradores PBF; Oficineiros; Apoio; Cozinha; Motorista; Disponibilidade de veículo dias por semana

**ESTRUTURA:** está dentro da CEPS - Centro de Políticas Sociais Nelson Mandela.

Auditório: 01 auditório; Salas para atendimento individual: 05; - Outros serviços: 1 sala de telecentro.

**NÃO INFORMADOS:** Salas para atendimento; Salas para atendimento em grupo; Sala multiuso; Sala de reunião; Banheiros para usuários e funcionários; Almoarifado; Recepção; Sala de técnicos; Sala de técnico de referência; ADM; Copa/refeitório; Cozinha; Brinquedoteca; Sala para CadÚnico.

**OBSERVAÇÕES:** área de serviço, tenda para atividades externas e estacionamento.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 17h.

Reunião técnica: \*

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** \*; Visitas Domiciliares: terças (manhã), quartas (dia todo) e quintas (tarde); Oficinas: \*; Cadastro Bolsa Família: \*; Reuniões com usuários do Bolsa Família: \*

**FLUXOS:** Recepção: \*

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** primeiro atendimento em grupo de terças (tarde) e quintas (manhã) por uma dupla psicossocial. atendimentos Individuais ou Grupais: agendamentos individuais e grupais, realizados às terças, às 13h, e às quintas, às 9h, por uma dupla psicossocial.

**QUEM PROCURA:** todo cidadão, com predominância de mulheres adultas.

**DEMANDAS RECORRENTES:** cesta básica e recursos; programas de transferência de renda; emissão de documentação; orientações previdenciárias.

\***Não informado**

## CRAS Novo Tempo

**ENDEREÇO:** Rua Odete Terezinha Santucci Octaviano, 92 – Conjunto Habitacional Vida Nova I

**TELEFONE:** (19) 3224-2224

**E-MAIL:** crasnovotempo@gmail.com / cras.novotempo@campinas.sp.gov.br

Área Territorial km<sup>2</sup>: \*; População: \*; Número de Bairros: 7.

**EQUIPE:** técnico de referência: Não; Assistente Social: 03; Psicólogo: 02; Pedagogo: \*; Agentes Sociais: 01; Estagiário AS: \*; Estagiário Pedagogia: \*; Estagiário Psi: 01; Estagiários: 01; ADM: 01; Recepcionista: \*; Cadastradores PBF: \*; Oficineiros: \*; Monitor curso livre: \*; Apoio: \*; Cozinha: \*; Faxineira: 01; Guarda: 01; Motorista e disponibilidade de veículo dias da semana: \*

**OBSERVAÇÕES:** até o momento sem profissional de nível médio para recepção/administrativo.

**ESTRUTURA:** prédio público; Recepção: 01 sala de recepção; Sala de técnicos: 03 salas para profissionais de nível superior; Sala de técnico de referência: \*; ADM: \*; Copa/Refeitório: \*; Cozinha: \*; Brinquedoteca: 01 sala multiuso; Sala para CadÚnico: 01; Auditório: \*; Salas para atendimento individual: 01; Salas para atendimento em grupo: \*; Sala multiuso: 01; Sala de reunião: 01 sala para reunião com a comunidade; Banheiros: 02 banheiros para uso da equipe, 02 banheiros para usuários, 01 banheiro adaptado para pessoa com deficiência; Almoarifado: \*; Outros serviços: \*; **OBSERVAÇÕES:** estrutura física com necessidade de manutenção, caixa d'água danificada e teto com infiltração. Até o momento com mobiliário sucateado, sem instalação de internet, uma linha telefônica, equipamentos eletrônicos e de informática com necessidade de manutenção.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 17h.

Reunião técnica: \*

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** \*; Visitas Domiciliares: \*; Oficinas: \*

Cadastro Bolsa Família: \*; Reuniões com usuários do Bolsa Família: \*

**FLUXOS:** recepção feita na recepção (hoje com os profissionais de nível superior) com orientação básica seguida de encaminhamento para acolhimento.

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** Acolhimento: demanda espontânea e denúncias, com atendimento realizado na terça, quarta e quinta, nos períodos da manhã e tarde, com recepção e acolhida realizadas por profissional de nível superior. Orientações e encaminhamentos conforme demanda apresentada, e possível inserção no acompanhamento PAIF.

Atendimentos Individuais ou Grupais: \*

**OBSERVAÇÕES:** Protocolos/Notificações: demanda referenciada em outros órgãos encaminhada ao CRAS para estudo social e orientações e encaminhamentos conforme demanda apresentada, e possível inserção no acompanhamento PAIF.

**QUEM PROCURA:** mulheres, idosos, adolescentes, jovens, Órgãos e Entidades.

**DEMANDAS RECORRENTES:** Documentos pessoais; Programas de Transferência de Renda;

Violência Doméstica contra mulher, criança e adolescente; Negligência contra idosos e crianças; Vaga em creche; Orientações sobre Previdência Social; Mediação com Conselho Tutelar; Cesta Emergencial de Alimentos.

**\*Não informado**

### **SCFV - Associação Beneficente Salém**

**ENDEREÇO:** Rua Conselheiro Antônio Carlos, 1.140 – Jd. Campos Elíseos

**TELEFONE:** (19) 3227-1101

**E-MAIL:** salemcampinas@yahoo.com.br

**FAIXA ETÁRIA:** 6 a 14 anos e 11 meses.

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** 100.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 17h.

**EQUIPE:** coordenador: Sim; Assistente Social: 01; Psicólogo: 0; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 01; Estagiário Psicologia: 0; Administrativo: 01; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 01; Oficineiros (Prof.): 0; Educador Social: 06; Apoio: 0; Cozinheira: 02; Faxineira: 01; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 02 - Outros: \*

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (próprio ou cedido): \*; Recepção: 0; Sala Técnicos: 01; Sala Administrativo: \*; Sala dos Funcionários: 01; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 0; Sala de Atividades: 04; Sala Multiuso: 0; Sala de Informática: 01; Banheiros Funcionários: 0; Banheiros Usuários: 03; Banheiros PCD: 0; Almojarifado (materiais e/ou alimentos): 04; Biblioteca/Videoteca: 01; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 01; Brinquedoteca: 01; Auditório: 0; Área Externa: 01; Quadra Poliesportiva: 0 - Outros (especificar): 1 escritório.

**FLUXOS:** recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos.

Observação: \*

**QUEM PROCURA:** mães “chefes de família”, com necessidade de trabalhar fora (trabalho formal), e que encontram dificuldades para pagar alguém que possa ficar com os filhos; Mães/responsáveis por crianças e adolescentes que apresentam dificuldades de relacionar-se com outros (comportamento muito agitado, ou extremamente quietos; ou ainda mães/responsáveis que buscam uma atividade para preencher o tempo ocioso da criança/adolescente, a fim de prevenir, “principalmente”, situações de violência e criminalidade que por vezes os cercam. Além de Demandas indicadas/solicitadas pela Rede Socioassistencial tais como, Centros de Saúde, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, ESCOLAS.

**\*Não informado**

### **SCFV - Centro Promocional Nossa Senhora da Visitação**

**ENDEREÇO:** Av. Márcio Egídio de Souza Aranha, 143 – Jd. Ipaussurama

**TELEFONE:** (19) 3227-8128

**E-MAIL:** visitacao@ig.com.br

**FAIXA ETÁRIA:** Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional.

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** 326.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** Segunda a sexta - **período da manhã**, 7h10 às 8h, Ginástica localizada; das 8h às 11h, Grupo Preciosidade (3ª idade); 9h às 11h, Artesanato (7 a 17 anos); 8h às 9h40, Futebol (7 a 17 anos); 9h30 às 10h30, Coral (7 a 17 anos); 8h às 9h40, Futebol (7 a 17 anos); 9h às 9h50, Ballet Prof.<sup>a</sup> Fátima/proj. (5 a 8 anos); 9h às 10h, Ballet Pontas + 10 anos; 9h10 às 10h, Ballet prof.<sup>a</sup> Luciene/proj. (5 a 8 anos); 9h10 às 10h, Ballet Pontas + 10 anos; 9h50 às 10h45, Ballet prof.<sup>a</sup> Glenda (4 a 6 anos); 10h às 10h50, Ballet Prof.<sup>a</sup> Rafaela (4 a 6 anos).

**Período tarde**, das 13h às 14h40, Futebol (7 a 17 anos); 13h às 14h40, Futebol (7 a 17 anos); 13h30 às 14h30, Coral (7 a 17 anos); 13h30 às 14h30, Artesanato (6 a 8 anos); 14h30 às 15h20, Ballet (9 a 12 anos); 15h30 às 16h20, Ballet primary (7 a 10 anos); 15h30 às 16h20, Ballet pontas + 10 anos; 15h30 às 16h20, Ballet pontas + 10 anos; 13h30 às 14h30, Artesanato (6 a 8 anos); 14h30 às 15h30, Artesanato (9 a 17 anos); 15h30 às 16h30, Artesanato (9 a 12 anos); Educação infantil – de segunda-feira a sexta, das 7h30 às 17h.

**OBSERVAÇÃO:** há crianças/adolescentes que fazem mais que uma das atividades, e as crianças da educação infantil, acima de 4 anos, participam das aulas de ballet.

**EQUIPE:** coordenador: Sim; Assistente Social: 01; Psicólogo: 0; Pedagogo: 01; Orientadora Pedagógica: 01; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário Psicologia: 0; Administrativo: 01; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 03; Oficineiros (Prof.): 09; Educador Social: 0; Apoio: 04; Cozinheira: 01; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0 Motorista: 01; Voluntário: 01 - Outros (especificar): 01 voluntária, presidente e Diretora Educacional.

**ESTRUTURA:** tipo de prédio (próprio ou cedido): \*; Recepção: 0; Sala Técnicos: 01; Sala Administrativo: 0; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 0; Sala de Atividades: 02; Sala Multiuso: 0; Sala de Informática: 0; Banheiros Funcionários: 0; Banheiros Usuários: 04; Banheiros PCD: 0; Almojarifado (materiais e/ou alimentos): 01; Biblioteca/Videoteca: 0; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 01; Brinquedoteca: 0; Auditório: 0; Área Externa: 0; Quadra Poliesportiva: 01 - Outros (especificar): \*

**FLUXOS:** recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos para Assistente Social. O atendimento das pessoas que procuram os serviços é realizado pelo acolhimento e, se tiver o serviço solicitado, é colocado o nome na lista de espera para chama-lo logo que surja uma vaga, de acordo com a necessidade; acessa o usuário ou grupo familiar para os demais programas da rede. Realização de referenciamento e contrareferenciamento à rede socioassistencial e as Políticas Sociais, articulação intersectorial com as Políticas Públicas, entre outros.

**OBSERVAÇÕES:** Programa Viva Leite.

**QUEM PROCURA:** crianças, adolescentes, jovens, idosos e famílias que encontram-se em processo de reconstrução de vínculos, de autonomia, parte delas inseridas em programas de transferência de renda ou serviços socioassistenciais, referenciadas pelo CRAS/DAS. Atendemos as famílias do Jardim Ipaussurama e entorno, a maior procura vem do Satélite Iris. Os usuários que participam do Centro de Convivência Inclusivos e Intergeracionais são incluídos nos programas em sua maioria, de forma espontânea. Procuramos atender, sempre que possível, as demandas referenciadas pelo CRAS/DAS, pela Rede Socioassistencial, Centro de Saúde e demais políticas públicas.

**\*Não informado**

### **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Vila União**

**ENDEREÇO:** Rua Tião Carreiro, nº 20 – Vila União III

**TELEFONE:** (19) 3228-4858

**E-MAILS:** nccavilauniao@hotmail.com /scfv.vilauniao@campinas.sp.gov.br

**FAIXA ETÁRIA:** 6 a 14 anos e 11 meses.

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** \*

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 11h, e das 12h30 às 16h.

**EQUIPE:** Coordenador: Não; Assistente Social: 0; Psicólogo: 01; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário Psicologia: 0; Administrativo: 0; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 03; Oficineiros (Prof.): 0; Educador Social: 0; Apoio: 0; Cozinheira: 0; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 01; Voluntário:

0 – Outros: \*

**ESTRUTURA:** Espaço compartilhado com o CRAS Campos Elíseos; Recepção: 0; Sala Técnicos: 04; Sala Administrativo: 0; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 0; Sala de Atividades: 01; Sala Multiuso: 01; Sala de Informática: 0; Banheiros Funcionários: 01; Banheiros Usuários: 02; Banheiros PCD: 01; Almojarifado (materiais e/ou alimentos): 02; Biblioteca/Videoteca: 0; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 01; Brinquedoteca: 0; Auditório: 01; Área Externa: 01; Quadra Poliesportiva: 01 - Outros (especificar): 01 Telecentro.

**FLUXOS:** recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos. O primeiro atendimento no SCFV é realizado pela psicóloga. Neste encontro, procura-se conhecer a família, seu contexto familiar e social, sua demanda e a história da criança/adolescente. Busca-se também esclarecer o objetivo do serviço, as atividades oferecidas e seu funcionamento. Caso a família tenha interesse, tendo vagas, é feita a matrícula ou a criança/adolescente é inserido na lista de espera. Ainda, a família pode ser encaminhada para outro serviço quando detectada demanda.

**OBSERVAÇÕES:**

**QUEM PROCURA:** moradores da região, especialmente responsáveis que procuram um local para a criança ficar e desenvolver uma atividade enquanto está no trabalho.

**\*Não informado**

## SCFV - Sementes da Liberdade

**ENDEREÇO:** \*

**TELEFONE:** \*

**E-MAIL:** \*

**FAIXA ETÁRIA:\***

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS: \***

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 13h às 16h.

**EQUIPE:** Coordenador: Não; Assistente Social: 0; Psicólogo: 0; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário Psicologia: 0; Administrativo: 0; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 02; Oficineiros (Prof.): 0; Educador Social: 0; Apoio: 0; Cozinha: 0; Faxineira: 0; Guarda/Vigilante: 0; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0 - Outros: \*

**ESTRUTURA:** sem sede própria, usa o espaço de duas salas no CIC Vida Nova (sala de atendimento e grupo e recepção); Recepção: 01; Sala Técnicos: 0; Sala Administrativo: 0 Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 01; Sala de Atividades: 0; Sala Multiuso: 0; Sala de Informática: 0; Banheiros Funcionários: 0; Banheiros Usuários: 0; Banheiros PCD: 0; Almojarifado (materiais e/ou alimentos): 0; Biblioteca/Videoteca: 0; Cozinha: 0; Copa/refeitório: 0; Brinquedoteca: 0; Auditório: 0; Área Externa: 0; Quadra Poliesportiva: 0 - Outros: \*

**FLUXOS:** recepção, primeiro atendimento e encaminhamentos feitos por psicóloga ou educadora. São realizadas orientações pontuais, encaminhamentos para rede ou grupo de adolescente/jovens.

**OBSERVAÇÃO:** \*

**QUEM PROCURA:** moradores da comunidade, mães, adolescentes e jovens à procura de atividades para os mesmos, encaminhamentos da rede local.

**\*Não informado**

## Região Sul

### DAS - Distrito de Assistência Social Sul

**ENDEREÇO:** Rua Pastor Cícero Canuto de Lima, 401 – Pq. Itália

**TELEFONES:** (19) 3273-3707 / 3272-7556 / 3273-3064

**E-MAIL:** das.sul@campinas.sp.gov.br

**EQUIPE:** 01 coordenadora (assistente social); 02 assistentes sociais; 01 psicóloga; 01 Agente administrativo; 02 agentes de apoio operacional; 01 auxiliar de limpeza (terceirizada); 01 motorista (terceirizado); Equipe do Cadastro Único.

**ESTRUTURA:** 02 salas para atendimento técnico, 01 sala da coordenação, 01 sala utilizada para arquivo, 01 sala para almojarifado, 01 cozinha/lavanderia, sala de espera (recepção), 01 sala grande para reunião, 03 salas utilizadas pela equipe do Cadastro Único, 02 banheiros para usuários, + 01 banheiro com acessibilidade para deficiente, 02 banheiros para os funcionários.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

**ACOLHIMENTO:** quarta-feira, às 13h, e sexta-feira, às 8h.

**FLUXOS:** a maioria é demanda espontânea. Atendemos, ainda, famílias referenciadas por outros serviços, como saúde, educação, habitação, ONGs, da própria Secretaria de Assistência Social, INSS, Conselho Tutelar, Vara da Infância, Ministério Público, entre outros.

**QUEM PROCURA:** a maioria mulheres, chefes ou não de família, idosos e jovens.

**DEMANDAS RECORRENTES:** A maioria vem em busca de recursos, inclusão em programas como Renda Cidadã, Ação Jovem, benefícios como BPC, solicitação de documentos, cesta básica e orientações sobre as demais políticas, entre outros. Casos encaminhados do Conselho Tutelar, Vara da Infância, Ministério Público. Há um número crescente de denúncias de violência, negligência contra idosos ou mesmo solicitação de vagas em instituições de longa permanência.

**PRIMEIRO ATENDIMENTO:** todos os técnicos (assistente social ou psicóloga), dependendo da demanda apresentada. Em dias de acolhimento, a assistente social faz o atendimento. Quem realiza o primeiro atendimento, geralmente dá seguimento à demanda apresentada. Temos uma técnica que fica como referência para o Programa Ação Jovem, uma para o Programa Renda Cidadã e uma para o BPC. As outras demandas são divididas.

### CRAS - Campo Belo

**ENDEREÇO:** Rua Ademir Ademir Cubero Ruano, s/nº – Jardim Campo Belo I

**TELEFONES:** (19) 3265-8203 / 3265-4194

**E-MAIL:** cras.campobelo@campinas.sp.gov.br

Área Territorial km²: 0; População: aproximadamente 18.000 pessoas; Nº de Bairros: 12.

**EQUIPE:** técnico de referência: Sim; Formação do Técnico de referência: Assistente Social; A.S.: 04; PSI: 02; Pedagogo: 0; Agentes Sociais: 02; Estagiário AS: 0; Estagiários de Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; ADM – 0; Recepcionista – 0; Casdastradores PBF: 02; Oficineiros: 0; Monitor curso livre: 0; Apoio: 0; Cozinheiras: 0; Faxineira: 01; Guarda: 01; Motorista: 0; Disponibilidade de veículo e dias por semana: duas vezes na semana.

**ESTRUTURA:** espaço público com ações integradas entre Assistência Social, Saúde e Educação; Recepção: 0; Sala Técnicos: 04; Técnico de Referência: 0; ADM: 01; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 0; Brinquedoteca: 0; Sala para CadÚnico: 01; Auditório: 0; Salas para Atendimento individual: 04; Salas para atendimento em grupos: 01; Sala Multiuso: 0; Sala de Reunião: 01 (sala de reunião e atendimento de grupo); Banheiros: 01; banheiro para usuários e 01 para funcionários;

Almoxarifado: não tem.

**OUTROS SERVIÇOS:** 01 sala de telecentro, onde funciona o Programa Juventude Conectada para acesso digital da população do território.

**OBSERVAÇÕES:** 0.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** 8h às 17h, segunda a sexta.

**REUNIÃO TÉCNICA:** reuniões semanais com equipe técnica do DAS e coordenação.

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** acolhimentos específicos às famílias às terças e quartas, às 8h e às 13h; nos demais dias, as famílias são orientadas pelos técnicos pelo CRAS.

**VISITAS DOMICILIARES:** as visitas são realizadas conforme a necessidade e demandas apresentadas.

**OFICINAS:** Oficina socioeducativa com crianças/adolescentes e mulheres. Realizado duas vezes por semana no período da manhã e tarde. Desenvolvida pelos Agentes de Ação Social Odila e Carmem.

**CADASTRO PBF:** O agendamento é realizado pelo atendimento 156 da PMC, e as famílias são atendidas por cadastradores em uma sala do CRAS.

Reuniões com usuários do PBF: as famílias em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família são atendidas em grupo bimestralmente.

**FLUXOS:** recepção do usuário que chega ao serviço e é orientado conforme a demanda.

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** realizado acolhimento pelo técnico; logo em seguida, é realizada uma reunião de esclarecimento sobre o atendimento CRAS. atendimentos individuais ou grupais: logo após a reunião de acolhimento, o usuário é atendido individualmente por um técnico, que faz a escuta qualificada e, na medida do possível, atende as suas necessidades.

**QUEM PROCURA:** famílias que moram no território do CRAS, principalmente mulheres em busca de inclusão em Programa de Transferência de Renda e orientações gerais.

**DEMANDAS RECORRENTES:** documentos pessoais; Programas de Transferência de Renda; cesta básica emergencial; orientações sobre violência doméstica contra mulher, crianças e adolescentes; negligência contra idosos e crianças; vaga em creche e escola; orientações e encaminhamentos à Previdência Social; Defensoria Pública e Conselho Tutelar.

## CRAS Bandeiras

**ENDEREÇO:** Rua: Altino Arantes, 140 – Jardim das Bandeiras II

**TELEFONE:** (19) 3227-3501

**E-MAIL:** cras.bandeiras@campinas.sp.gov.br

Área Territorial km²: 0 População: 6.000 famílias; Nº de Bairros: 14.

**EQUIPE:** Técnico de Referência: Sim; Formação do Técnico de referência: Assistente Social; A.S.: 03; PSI: 02; Pedagogo: 0; Agentes Sociais: 01; Estagiário AS: 0; Estagiários de Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; ADM: 01; Recepcionista: 0; Cadastradores PBF: 0; Oficineiros 0; Monitor curso livre: 0; Apoio: 0; Cozinheira: 0; Faxineira: 01; Guarda: 01; Motorista: 0; Disponibilidade de veículo dias por semana: 2 vezes na semana (segundas e quartas-feiras – período integral)

**OBSERVAÇÕES:** 0

**ESTRUTURA:** espaço utilizado é uma casa alugada ; Recepção: 01; Sala de Técnicos: 02 (salas onde as técnicas se dividem nos atendimentos); Sala de Técnico de Referência: 0; ADM: 0; Cozinha: 01; Copa/refeitório: 01 (copa); Brinquedoteca: 0; Sala para CadÚnico: 0; Auditório: 0; Salas para Atendimento individual: são as mesmas utilizadas pelas técnicas; Salas para atendimento em grupos: 0; Sala Multiuso: 0; Sala de Reunião: 0; Banheiros: 02; Almoxarifado: 0; Outros serviços: 0.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segunda a sexta, das 8h às 17h.

Reunião técnica: semanal, às sextas-feiras.

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** o acolhimento às famílias é realizado às terças e quintas, das 8h às

12h, mas diariamente as famílias são orientadas pelos técnicos do CRAS.

**VISITAS DOMICILIARES:** realizadas às quartas-feiras (o dia todo).

Oficinas: 0

**CADASTRO PBF:** Realizado encaminhamento com hora marcada para o posto de cadastramento localizado no DAS-SUL

**REUNIÕES COM USUÁRIOS DO PBF:** Famílias em descumprimento são convocadas através de busca ativa e participam de grupos mensais, previamente agendados. E, semanalmente, fazemos orientações a todos que estão no CRAS nos horários de acolhimento.

**FLUXOS:** recepção das pessoas ao chegarem na recepção do CRAS, entregam seus documentos de identidade para a recepcionista que, em consulta ao SIGM, verifica se os mesmos já passaram pelo CRAS. Ela os organiza por ordem de chegada para as orientações gerais realizadas pelo técnico antes do atendimento individual.

**ACOLHIDA/ACOLHIMENTO:** em dias de Acolhimento Técnico inicia o atendimento com todos, para dar orientações gerais e depois inicia-se o atendimento individual.

Atendimentos individuais ou grupais: atendimentos individuais são realizados em dias de acolhimento para demanda espontânea. Realizados também para as pessoas que querem inclusão no BPC em horários previamente agendados e para atendimentos dos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, Vara da Infância, Disque Denúncia, e outros que pontualmente chegam ao CRAS. E, quando necessário, para as famílias que estão em acompanhamento pelo PAIF. Os atendimentos grupais são feitos uma vez por semana para os beneficiários em período de repercussão e atualização cadastral do Programa Bolsa Família. E, mensalmente, para os beneficiários dos Programas Renda Cidadã, Ação Jovem e demais famílias em acompanhamento pelo PAIF.

Após a consulta ao SIGM, feita pela recepcionista, é realizado pelo técnico o grupo para orientações gerais, informações sobre os Programas de Transferência de Renda, Ações do PAC e demais demandas apresentadas no momento e, então, inicia-se o atendimento individual.

**QUEM PROCURA:** em maioria mulheres em busca dos PTR. Porém, já diagnosticamos que no território predomina a incidência de violência doméstica (de gênero e crianças).

**DEMANDAS RECORRENTES:** solicitação para inclusão em PTR, documentos e cesta básica.

**PRIMEIRO ATENDIMENTO:** as pessoas, ao chegarem na recepção do CRAS, entregam seus documentos de identidade para a recepcionista que, em consulta ao SIGM, verifica se os mesmos já passaram pelo CRAS. Ela os organiza por ordem de chegada para as orientações gerais realizadas pelo técnico antes do atendimento individual.

## SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

### SCFV – Vila Formosa

**ENDEREÇO:** Rua Ademar Pereira de Barros, 249 –Vila Formosa

**TELEFONE:** (19) 3276-7411

**E-MAIL:** nucleoformosa@gmail.com

**FAIXA ETÁRIA:** 6 a 14 anos e 11 meses.

**NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS:** 80.

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** segundas a sexta, das 8h às 16h12. Atendimento social: segunda a sexta, das 8h às 14h.

**PROGRAMAÇÃO:** segunda a sexta, atividades orientadas diárias nos períodos da manhã e da tarde, divididas em faixas etárias: jogos e brincadeiras, artes manuais, informática, esportes, oficina de leitura, oferecimento de café da manhã/lanche da tarde e almoço, higiene e roda de conversa, de acordo com planejamento e conteúdo de interesse dos usuários. Também são ofertadas às

crianças/adolescentes oficinas de sexualidade, prevenção à drogadição e jogos e esportes. Aos pais/responsáveis são ofertadas oficinas de prevenção à violência doméstica.

**EQUIPE:** Coordenador: não; A.S.: 01; Psicólogo: 0; Pedagogo: 0; Orientadora Pedagógica: 0; Estagiário AS: 0; Estagiário Pedagogia: 0; Estagiário PSI: 0; Administrativo: 0; Recepcionista: 0; Agentes Sociais (monitor): 03; Oficineiros (Prof.): 0; Educador social: 0; Apoio: 02; Cozinha: 01; Faxineira: 0 Guarda/Vigilante: 02; Porteiro: 0; Motorista: 0; Voluntário: 0; Outros (especificar): 0

**ESTRUTURA:** prédio é cedido. Recepção: 0; Sala Técnicos: 0; Sala Administrativo: 0; Sala dos Funcionários: 0; Salas para Atendimento (Individual, grupo, reunião): 01; Sala de Atividades: 03; Sala Multiuso: 0; Sala de Informática: 0; Banheiros Funcionários: 0; Banheiros Usuários: 0; Banheiros PCD: 0; Almoxarifado (materiais e/ou alimentos): 0; Biblioteca/Videoteca: 0; Cozinha: 0; Copa/refeitório: 0; 1 Brinquedoteca: 01; Auditório: 0; Área Externa: 01; Quadra Poliesportiva: 0 - Outros (especificar) – 01 telecentro (sala de informática) – Programa Juventude Conectada.

**FLUXOS:** recepção do primeiro atendimento e encaminhamentos: o acolhimento é realizado pela assistente social. A princípio, acolhe as demandas da família. Em seguida, explica-se o funcionamento do Serviço como direito e seus objetivos, procurando sanar as dúvidas existentes e efetivar os encaminhamentos que se fizerem necessários.

**QUEM PROCURA:** famílias da comunidade, principalmente mães solicitando a inclusão da criança/adolescente nas atividades oferecidas pelo Serviço.

## Participantes da Formação PSB

2014

### Grupo Coordenador

Ana Lúcia Manzoni Puccini  
Carmem M. Ghetti Senra  
Denise Maria de Oliveira  
Eliana Aparecida Ferraz Teixeira  
Fernando C. S. Rodrigues  
Flávia Renata Marcolino Silva  
Gilberto Leis Ribeiro  
Giovanna Puosso Labbate  
Leila Sueli Dias  
Lucilaine de Oliveira Schatz  
Maghali Rodrigues

Márcia Pantaleão de Lima  
Maria José Tofoli  
Maria Margarida da Silva  
Mariana Goes C. Ramos  
Michele Karina Franco  
Natália Cristina Valente  
Noemia Rodrigues de Oliveira  
Raquel F. Almeida Biachi  
Silvana Gambini  
Tatiana Percin  
Zuleika A. M. Carneiro

### DAS

Andreia da Silva Costa Barbosa  
Claudia Jesus de Oliveira Zanelli  
Cristina Helena Orlando  
Flávia Renata Marcolino Silva  
Heloisa Helena J. Theodoro  
Karina Ferrari da Silva  
Luciana Guernelli Nucci Marrey  
Lucilaine de Oliveira Schatz

Luzia Ramos Ruiz  
Maria Auxiliadora Rehder Teixeira Rodrigues  
Maria Devocionia Correia Neves  
Marlene Felipe  
Neide Fernandes  
Roberta Santos Rezende  
Silvana Regina Sterpeloni Proença

## CAPIÚLOS

### GRUPO LIVRO 1º CAPÍTULO

Leila Sueli Dias  
Michele Karina Franco  
Natália Cristina Valente  
Noemia Rodrigues de Oliveira  
Tatiana Perecin

### GRUPO LIVRO 2º CAPÍTULO

Zuleika A. Minussi Carneiro  
Carmem Magda Ghetti Senra  
Giovanna Puosso Labbate  
Fernando C. S. Rodrigues  
Maghali A. Rodrigues

## CRAS - T 4

Andreia Aparecida da Silva Sartori  
Angela Berteli de Castro  
Carolina Silva Jeremias  
Denise Maria de Oliveira  
Eliane Paulon Espelho  
Fátima Isabel da Silva Barbosa  
Giovana Ferreira Frau Paulino  
Gisele Fialho Gervazio  
Gisele Straatmann  
Juliano Watanabe

## CRAS - T 5

Ana Lúcia Esteves  
Ana Lúcia Pereira  
Ana Luzia da Silva (T4)  
Carmen Harumi Suguinoshita  
Daniela Martins Peterle  
Denize Mara Callegari Gonçalves de Oliveira  
Elaine Prado de Moraes Barros  
Elizabeth Maria Ximenes Lourenço  
Fabio Jun Sugawara  
Fernando C. S. Rodrigues  
Glícia Pereira Narcizo

### GRUPO LIVRO 3º CAPITULO

Carmem Magda Ghetti Senra  
Maria Margarida da Silva  
Maria José Tofóli  
Gilberto L. Ribeiro  
Lucilaine de Oliveira Schatz

Leila Maria dos Santos Oehlmeyer  
Luciana Zeida Jorge  
Maria Luiza A. O. Almeida  
Maura Maria dos Santos Arroyo  
Monica da S. Souza  
Neura Maria Ferreira  
Patrícia Franco de Camargo  
Ruan Henrique de Almeida  
Soraia Aparecida Oliveira Felipe Vieira  
Sumaia de Assis Moura Machado

Jailton Lima da Silveira  
Juliana Correa Barra  
Lenil Aparecida de Lima  
Luciane Brazolim  
Natalia Vamocho Granado  
Neide Maria Costa  
Patricia Caetano Menegazzi dos Santos  
Paula Maziero Silva  
Paulo Roberto Russo  
Raquel Fernanda de Almeida Biacchi  
Tânia Regina Fonseca Puschnick

## CRAS - T 7

Alessandra Ferreira Pozzani  
Aline de Fátima Barreto Oliveira  
Ariany Nicioli  
Débora Oliveira de Padua  
Elida Biasoli Fernandes  
Fernanda Carriel  
Graziele Galindo do Vale  
Iana Licia de Barros Lopes  
Iara Cristina Pinheiro  
Jocymara Martinez dos Santos  
Luana Sacramento de Souza

Lucia Rosiane Siqueira Palmieri  
Marlene Felipe  
Nilza Catini  
Patrícia de Oliveira Sousa  
Patrícia da S. Paulino  
Rita Aparecida Aguiar de Faria  
Silvana Dias Vieira  
Tatiana Perecin  
Vera Ligia Bellinazzi Peres  
Vivian Cristina Conceição Bechelli

## SCFV - T 1

Ana Gabriela A. M. Silva  
Andreia Aparecida Cardilha Souza  
Daniela Sanseverino  
Denise Zanardi  
Fabiana Galvão Taioli Ribeiro  
Giovanna Puosso Labbate  
Iara Tais Ferreira  
Júlia B. Petroni de Souza  
Luiz Henrique P. Mendes  
Maghali A. Rodrigues

Margareth Solange Bucheroni  
Maria Aparecida Mendes Soares  
Maria Aparecida Vilela  
Maria A. Caetano Pacheco  
Michelle Costa de Sousa  
Raquel P. Souza  
Richelle Sandra do S. Quirino  
Sandra B. Roloff Barcelos  
Sandra Pinheiro Landim  
Tatiane A. Ferreira

## SCFV - T 3

Adriana Lopes de Campos  
Aline Fernanda O. Silva  
Camilla Fernanda Seixas Menali  
Carolina Miletovic Mozol  
Célia Aparecida A. Bedon  
Célia Maria Silva Diniz  
Celida Mirian F. Regis  
Cristiane Silmara Vertoni  
Deiseane Santos de Sousa  
Elaine Renata Alves Carmo  
Eliane Maria Silva de Sousa  
Fabia Equiteria Santos da Costa Oliveira  
Fernanda A. Sousa (T 3)  
Fernanda Cristina Martins Paixão  
Gabriela Domingues de Castilho

Gerson Canuto de Paiva  
Helena Gonzaga Pereira  
Luzia Pereira Rodrigues Barão  
Marcia Dolores Domeni Martins Ferruccio  
Márcia Helena Marcelino  
Maria Cristina Andreoli Theodoro  
Micheli Tatiani Dibes Pereria  
Paloma Lopes Casarini  
Patrícia Fernanda Boro Guerra  
Priscila Graner Pinto Ribeiro  
Suselei Aparecida de Souza Tavares Candido  
Tatiane Cusinato  
Thamara A. Elias Duarte  
Yara Aparecida F. Ribeiro

## SCFV - T 8

Adriana Lopes de Campos  
Aline Fernanda O. Silva  
Camilla Fernanda Seixas Menali  
Carolina Miletovic Mozol  
Célia Aparecida A. Bedon  
Célia Maria Silva Diniz  
Celida Mirian F. Regis  
Cristiane Silmara Vertoni  
Deiseane Santos de Sousa  
Elaine Renata Alves Carmo  
Eliane Maria Silva de Sousa  
Fabia Equiteria Santos da Costa Oliveira  
Fernanda A. Sousa (T 3)  
Fernanda Cristina Martins Paixão  
Gabriela Domingues de Castilho

Gerson Canuto de Paiva  
Helena Gonzaga Pereira  
Luzia Pereira Rodrigues Barão  
Marcia Dolores Domeni Martins Ferruccio  
Márcia Helena Marcelino  
Maria Cristina Andreoli Theodoro  
Micheli Tatiani Dibes Pereria  
Paloma Lopes Casarini  
Patrícia Fernanda Boro Guerra  
Priscila Graner Pinto Ribeiro  
Suselei Aparecida de Souza Tavares Candido  
Tatiane Cusinato  
Thamara A. Elias Duarte  
Yara Aparecida F. Ribeiro

## SCFV - T 9

Alessandra Aparecida de Oliveira  
Ana Sueli dos Santos Lopes  
Daniela Sanseverino  
Daniella Facionatto Reina Mateus  
Delzuita Lopes Brauna  
Elizabeth Regina de Carvalho  
Elisabeth Casotti  
Eloisa Aparecida da Silva  
Fabiana Valério  
Josiana Muciacito Farias  
Maria Amelia Grangeiro Canario

Maria Inês Bernardi da Cunha  
Marilene Aparecida S. Lago  
Marisete Rocha Moura  
Natália Cristina Valente  
Patrícia Bandeira cabral  
Rita de Cássia Gonçalves  
Rita de Cássia Viotti  
Rosana A. Borges de Carvalho  
Rosangela Ferreira  
Thiago Lusvardi

# A Educação Popular no reordenamento institucional da Proteção Social Básica de Campinas

Este livro, intitulado *A Educação Popular no Reordenamento Institucional da Proteção Social Básica de Campinas*, retoma à concepção de Educação Popular, como aquela atrelada a um projeto de sociedade comprometida com a superação de toda e qualquer forma de opressão. Esta concepção pautou o processo formativo com as trabalhadoras e trabalhadores da Proteção Social Básica de Campinas e promoveu reflexões e estratégias para o reordenamento institucional.

A consolidação da Assistência Social, no âmbito dos direitos, exige o investimento permanente no aprimoramento das ações, tanto gerando melhores condições materiais para o atendimento, quanto refletindo criticamente sobre a atuação das equipes envolvidas. A gestão e os trabalhadores precisam intensificar o diálogo para alcançar este nível de qualidade do atendimento.

O processo de Educação Permanente cumpre esta tarefa e está estabelecido como uma das frentes de trabalho fundamentais e obrigatórias na implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Tendo este sentido, esta obra é a síntese de um processo formativo desenvolvido com toda a equipe da Proteção Social Básica de Campinas, o qual demonstra o quanto são possíveis novos aprendizados políticos no campo democrático e popular na construção da política de assistência social como garantidora dos direitos humanos.

Célio Vanderlei Moraes  
Consultor do Instituto Paulo Freire



PREFEITURA DE  
CAMPINAS

Um novo tempo  
para nossa cidade.

ISBN 978-85-61850-10-4



9 788561 850104